



FIERGS
CIEERGS
SESI
SENAI
IEL

FIERGS

BALANÇO 2006 & PERSPECTIVAS 2007

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

DEZEMBRO / 2006

<u>CENÁRIO MACROECONÔMICO MUNDIAL 2003-2007</u>	3
<u>CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASIL 2005-2007</u>	4
<u>CENÁRIO MACROECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL 2005-2007</u>	5
<u>SUMÁRIO EXECUTIVO</u>	6
<u>CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2007</u>	8
<u>CENÁRIO INTERNACIONAL</u>	10
<u>1. PIB BRASIL</u>	17
<u>2. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS</u>	25
<u>3. INDÚSTRIA BRASILEIRA</u>	30
<u>4. MERCADO DE TRABALHO BRASIL</u>	38
<u>5. SETOR EXTERNO BRASILEIRO</u>	48
<u>6. SETOR PÚBLICO - BRASIL</u>	56
<u>7. PIB DO RIO GRANDE DO SUL</u>	61
<u>8. INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL</u>	67
<u>9. MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL</u>	76
<u>10. SETOR EXTERNO DO RIO GRANDE DO SUL</u>	87
<u>11. SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL</u>	96

Cenário Macroeconômico MUNDIAL 2003-2007

INDICADORES	2003	2004	2005	2006*	2007*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)					
<i>EUA</i>	2,5	3,9	3,2	3,4	2,9
<i>Japão</i>	1,8	2,3	2,6	2,7	2,1
<i>Zona do Euro</i>	0,8	2,1	1,3	2,4	2,0
<i>Europa Leste e Central</i>	4,7	6,5	5,4	5,3	5,0
<i>Reino Unido</i>	2,7	3,3	1,9	2,7	2,7
<i>Ásia (exceto Japão)</i>	9,2	5,9	4,5	4,9	4,4
<i>Argentina</i>	8,8	9,0	9,2	8,0	6,0
<i>Brasil</i>	0,5	4,9	2,3	3,3	3,6
<i>Chile</i>	3,9	6,2	6,3	5,2	5,5
<i>México</i>	1,4	4,2	3	4	3,5
Mundo	4,1	5,3	4,9	5,1	4,9
Inflação (% a.a.)					
<i>EUA</i>	2,3	2,7	3,4	3,6	2,9
<i>Japão</i>	-0,3	0,0	-0,6	0,3	0,7
<i>Zona do Euro</i>	2,1	2,1	2,2	2,3	2,4
<i>Europa Leste e Central</i>	9,2	6,1	4,8	5,3	4,6
<i>Reino Unido</i>	1,4	1,3	2,0	2,3	2,4
<i>Ásia (exceto Japão)</i>	1,4	2,4	2,2	2,2	2,2
<i>Argentina</i>	13,4	4,4	9,6	12,3	11,4
<i>Brasil</i>	14,8	6,6	6,9	3,2	4,1
<i>Chile</i>	2,8	1,1	3,1	3,5	3,1
<i>México</i>	4,5	4,7	4	3,5	3,3
Mundo	3,6	3,7	3,7	3,8	3,7

Fonte: FMI / *Projeções World Economic Outlook - FMI

Cenário Macroeconômico Brasil 2005-2007

INDICADORES	2005	2006*	2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Inflação (% a.a.)					
IGP-DI	1,23	3,96	5,10	4,20	3,70
INPC	5,05	2,50	4,40	4,10	3,50
IPCA	5,69	3,15	4,70	4,00	3,60
Produto Interno Bruto Real (%) a.a.					
Agropecuária	0,8%	2,3%	2,1%	2,3%	2,5%
Industrial	2,5%	4,2%	4,7%	4,9%	5,1%
Serviços	2,0%	2,4%	2,5%	2,7%	2,9%
Total	2,3%	3,3%	3,4%	3,6%	3,8%
Produção Física Industrial (%) a.a.					
Indústria Extrativa Mineral	10,3%	7,8%	5,8%	6,9%	7,3%
Indústria de Transformação	3,1%	2,2%	3,3%	3,5%	3,7%
Indústria Geral	3,4%	2,6%	3,4%	3,6%	3,9%
Indústria Total ²	2,5%	4,2%	4,7%	4,9%	5,1%
Mercado de Trabalho					
Agropecuária (em mil)	(66,28)	40,08	8,60	19,46	30,31
Indústria (em mil)	269,98	383,57	235,39	247,49	259,59
Serviços (em mil)	1.050,28	830,60	803,09	816,63	830,17
Total (em mil)	1.253,98	1.254,23	1.047,07	1.083,56	1.120,08
Setor Externo (US\$ Milhões)					
Exportações	118.308	135.650	134.500	141.500	148.500
Importações	73.550	91.000	108.900	103.700	98.500
Balança Comercial	44.759	44.650	25.600	37.800	50.000
Transações Correntes	14.190	12.000	2.750	5.510	8.250
Investimento Estrangeiro Direto	12.676	15.860	10.700	15.760	20.900
Moeda e Juros (% a.a.)					
Juros Nominais – Selic - Média do ano	19,04	15,00	13,00	12,30	11,90
Juros Nominais – Selic - Final do ano	18,00	13,25	12,50	12,00	11,00
Juros Reais(Final de Ano) – deflator IPCA ³	15,26	8,88	7,91	7,43	6,47
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%)	(16,80)	(11,07)	(4,15)	2,76	10,14
Taxa de Câmbio – Média do Ano	2,44	2,17	2,08	2,23	2,39
Setor Público					
Resultado Primário (% PIB)	4,80	4,30	4,10	4,25	4,50
Resultado Nominal (% PIB)	(3,30)	(3,20)	(2,85)	(2,07)	(1,50)
Pagamento de Juros Nominais (% PIB)	8,10	7,50	6,95	6,32	6,00
Dívida Líq. do Setor Público – BR (% do PIB)	51,60	50,10	50,10	49,10	47,20

¹ Preços Constantes; Usando deflator do PIB.

² Estimativa UEE/FIERGS. Previsão UEE/FIERGS.

³ Considerando expectativas de inflação p/ a data de vencimentos dos títulos emitidos em dezembro.

*Previsão Unidade de Estudos Econômicos - FIERGS

Cenário Macroeconômico do Rio Grande do Sul 2005-2007

INDICADORES	2005	2006*	2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Produto Interno Bruto Real (%) a.a.					
Agropecuária	-15,2%	17,8%	2,4%	3,4%	4,4%
Industrial	-4,8%	-2,1%	4,8%	5,8%	6,8%
Serviços	-0,4%	1,3%	0,2%	1,1%	2,1%
Total	-4,7%	2,6%	2,5%	3,5%	4,5%
Empregos Gerados – Mercado Formal					
Agropecuária (em mil)	(3,45)	(1,60)	(1,32)	(0,53)	0,27
Industria (em mil)	(19,13)	9,00	12,71	14,40	16,25
Serviços (em mil)	48,84	42,25	37,38	37,95	38,53
Total (em mil)	26,26	49,64	48,76	51,82	55,04
Setor Externo (US\$ Milhões)					
Exportações	10.454	11.500	10.925	12.300	12.650
Importações	6.687	7.950	9.300	9.100	8.700
Balança Comercial	3.767	3.550	1.625	3.200	3.950
Setor Público					
ICMS (R\$ bilhões)	11,38	11,98	12,60	12,87	13,00
Índice de Desempenho Industrial					
Alimentos e bebidas	10,7%	-6,6%	-3,5%	-1,6%	0,2%
Produtos têxteis	2,5%	9,1%	-4,5%	-3,1%	-1,7%
Vestuário e acessórios	-0,9%	-6,0%	-0,2%	3,4%	7,1%
Couros e fab. artef. couro e calçados	-12,4%	-9,9%	-2,2%	-0,6%	1,1%
Produtos de madeira	-5,6%	-1,1%	1,7%	2,5%	3,3%
Edição, impressão e reprod. de grav.	-2,9%	-0,8%	-1,4%	0,4%	2,2%
Produtos químicos	-7,3%	-3,9%	1,7%	4,3%	6,8%
Borracha e plástico	-10,0%	-1,6%	1,9%	3,6%	5,3%
Metalurgia básica	-0,6%	-2,6%	-0,4%	1,0%	2,3%
Produtos de metal	-7,6%	-3,9%	3,1%	4,3%	5,6%
Máquinas e equipamentos	-15,7%	-10,4%	12,6%	15,1%	17,6%
Máquinas Agrícolas	-26,5%	-17,0%	27,1%	31,7%	36,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-22,1%	-2,7%	9,4%	11,8%	14,3%
Material eletrônico e de comunicação	-8,9%	11,5%	-2,9%	-0,2%	2,5%
Veículos automotores	-2,4%	-4,5%	1,0%	2,5%	4,0%
Móveis e indústrias diversas	-5,0%	-1,1%	0,9%	1,9%	2,9%
Móveis	-6,4%	-5,9%	4,3%	5,5%	6,8%
Indústria Transformação - IDI/RS	-5,2%	-6,5%	5,2%	6,5%	7,8%

Uma análise retrospectiva do desempenho da economia brasileira e gaúcha frente a um cenário internacional favorável, revela diferenças, fragilidades, desafios e oportunidades a serem enfrentadas e aproveitadas em 2007. Em um ano de eleições presidenciais e regionais, as variáveis mais sensíveis aos movimentos de propostas políticas aventureiras dessa vez se comportaram com menor oscilação, e refletiram mais o ajuste macroeconômico do que as expectativas.

O apagar das luzes de 2006 não irá representar o fim das incertezas e dos problemas estruturais, e as perspectivas traçadas para 2007 devem contemplar essas questões como pano de fundo. No palco internacional, o principal fator de risco é o comportamento da inflação nas economias desenvolvidas. Apesar da redução do nível do preço do petróleo, é importante lembrar que não foram dissipadas as tensões no campo político e, dessa forma, mudanças no nível do preço desta *commodity* e também na sua variação, podem resultar em maiores variações de preços. Além disso, há também os riscos associados ao ajuste no preço dos imóveis e de aumento do déficit em conta corrente nos EUA. Esses fatores contribuem para manter o dólar mais fraco frente a seus pares e não elimina a possibilidade de manutenção do aperto monetário, tanto na economia americana quanto na Europa. Dessa forma, as projeções de crescimento para PIB mundial carregam um componente de viés de baixa.

No cenário nacional, após mais um ano de pequeno crescimento do PIB, a herança mais positiva do ano de 2006 será a inflação baixa. Tanto a valorização do câmbio quanto os elevados juros reais contribuíram para uma menor variação dos preços no atacado e no varejo. Com isso, o componente inercial da inflação será menor, e abre-se espaço para mais cortes nos juros nominais, que, em um cenário moderado, devem encerrar 2007 em cerca de 12% ao ano.

O lado perverso desse ajuste foi a queda da rentabilidade dos segmentos exportadores e a perda de competitividade de diversas indústrias, inclusive no mercado interno. Mesmo assim, o ano de 2006 manteve-se o elevado saldo comercial, motivado, em grande medida, pelo aumento das exportações de produtos relacionados à indústria extrativa mineral, da metalurgia básica e do refino de petróleo e álcool. Esse saldo contribuiu de forma significativa para a manutenção do ajuste das contas externas. Nesse cenário, dadas as perspectivas de manutenção do crescimento mundial em torno de 5%, e o contexto favorável ao investimento em países emergentes, abre-se espaço para mais um ano de equilíbrio no balanço de pagamentos.

Apesar dos ventos favoráveis no campo macroeconômico, as projeções de crescimento do PIB para o País em 2007 ainda permanecem aquém do desejado e do necessário para resolver nossas principais mazelas sociais. Nesse sentido, o **desafio** que se coloca para uma agenda de médio e longo prazo é a melhora na gestão do gasto público e a consolidação de um ambiente propício ao investimento privado. Após assimilar a importância dos superávits primários no controle da dívida interna, o governo deverá mudar o foco do ajuste, de aumento de arrecadação para corte de gastos, em especial com pessoal e de custeio.

Tal ajuste deverá ser feito sem perder de vista a necessidade de novos investimentos. A limitação do crescimento da economia brasileira a taxas abaixo de 3,5% amplia-se também no horizonte de tempo, na medida em que há **fragilidades** no campo energético e de infra-estrutura de transporte. Nesse sentido, abre-se uma janela de **oportunidades** para o País ampliar seu PIB potencial se o governo conseguir delimitar, no campo jurídico, as condições mínimas de segurança e regras claras para atrair o capital privado aos projetos de investimento.

Essa possibilidade poderia ser potencializada com a aprovação das reformas estruturais que estão na pauta de discussão: política, previdenciária, trabalhista e tributária. Vale destacar que não há uma ordem de prioridade dentre esses projetos, e sim uma necessidade latente do País de destravar suas maiores amarras. Essas são as premissas pelo qual se delineia um crescimento mais robusto do PIB brasileiro. De qualquer forma, todas as projeções aqui feitas não prevêm o êxito pleno na aprovação das mesmas, dada a sua complexidade e amplitude política. Porém, a ausência de mudanças estruturais não impedirá que se observe mais um ano de crescimento, mesmo que fraco, do PIB.

No campo regional, o ano de 2006 revelou, de forma nua e crua, as principais **diferenças** que existem na estrutura produtiva gaúcha relativamente à nacional. Dentre os fatores que atingiram negativamente a economia brasileira nos últimos meses; valorização do câmbio, juros reais elevados e queda da renda do produtor primário, todos manifestaram sua realidade de forma mais intensa no Rio Grande do Sul. De outra maneira, as ações de natureza fiscal e monetária que tiveram como objetivo impulsionar a economia nacional, como por exemplo, os maiores gastos com programas sociais e os incentivos à expansão do crédito, não encontraram no Estado a resposta que se presenciou nas demais regiões do País. O desempenho da indústria gaúcha no ano de 2006, por sua vez, comprovou a natureza dessas diferenças.

Apesar dos sinais de que a crise está se dissipando, as perspectivas regionais para o ano de 2007 ainda carregam em si alguns elementos dela. De um lado, a recuperação da produção de grãos oportuniza maior volume de recursos, mas que não encontra respaldo na rentabilidade do produtor primário. Por outro lado, diversos segmentos industriais conseguiram superar as dificuldades impostas pela exposição cambial, na medida em que fizeram pesados ajustes nas suas estruturas de custos. Assim, já é possível notar a inflexão das vendas na indústria que, de maior prejudicado no ano de 2006, deve retomar sua importante posição nos resultados do PIB estadual.

Sendo assim, as perspectivas são de que a economia gaúcha apresente taxas de crescimento próximas à brasileira no ano de 2007. Tal cenário revela a proeminente necessidade de se implementar, seja nacionalmente ou regionalmente, um novo plano de metas, mais ambicioso que o anterior e com um formato adequado ao novo ambiente de concorrência internacional.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS PARA 2007

As projeções realizadas para o ano de 2007 consideram em comum a existência de um cenário macroeconômico internacional positivo. Mesmo diante da possibilidade do preço do petróleo apresentar novo crescimento, as pressões sobre os indicadores de preços nas economias desenvolvidas, deverá ser ameno. No cenário moderado, projeta-se leve alta da inflação, que deve contribuir para a manutenção de uma trajetória de queda dos juros nos EUA. No caso se um cenário mais pessimista, com os índices de inflação aumentando de forma um pouco mais acelerada que as expectativas, os juros internacionais podem ficar em patamares mais elevados. De outro lado, em uma perspectiva mais otimista, há estabilidade nos preços que permita uma redução dos juros americanos ainda no primeiro semestre do ano.

Diante dessas três considerações para o cenário internacional, a economia dos países desenvolvidos pode apresentar uma desaceleração amena, para o caso do cenário moderado. Porém, com juros maiores, essa desaceleração pode ser maior, ao passo que, em uma perspectiva otimista, o crescimento econômico pode ser maior que o esperado.

Considerando que o cenário externo é favorável, esperamos que este deve se refletir no desempenho dos indicadores macroeconômicos do Brasil. As hipóteses do cenário moderado são de que a taxa de câmbio permaneça estável no patamar de R\$/US\$ 2,2, na esteira de um bom desempenho do setor externo brasileiro. Essa estabilidade irá contribuir para que a inflação fique dentro da meta de 4,5% no ano de 2007, facilitando a continuidade de redução gradual dos juros até o patamar de 12%. Mesmo assim, o crescimento econômico deve ficar dentro do esperado e em linha com o potencial, cerca de 3,5%.

O ponto mais importante na pauta de discussões políticas do ano será o controle dos gastos públicos e a melhora na qualidade da gestão do orçamento. Nesse sentido, no cenário moderado, a perspectiva é que o governo consiga aprovar pontos importantes que estão relacionados com as discussões fiscais, como a DRU – Desvinculação das Receitas da União.

Em uma perspectiva um pouco mais pessimista, as projeções são de uma valorização do câmbio para cerca de 2,08, conjugado com uma leve alta dos preços na esteira de um maior crescimento do consumo das famílias. Com isso, há menor espaço para redução dos juros, que deve terminar o ano em cerca de 12,5%. O fato de se considerar a possibilidade de uma paralisia política no Congresso não irá impedir que a economia, mesmo no cenário pessimista, tenha uma performance positiva no PIB. Porém, essa deve ser abaixo das expectativas.

No cenário mais otimista, a taxa de câmbio pode atingir 2,23, dando um certo alívio ao setor exportador. Destaca-se que esse movimento de desvalorização não deverá ser significativo a ponto de comprometer os indicadores de inflação que, nesse cenário, devem ter comportamento semelhante ao verificado no ano de 2006. Com isso, tem-se mais espaço para reduções nos juros, que podem terminar o ano em cerca de 10,5%, e o crescimento da economia passa a acontecer pelo lado da oferta, com o aumento dos investimentos. No campo político, o cenário mais otimista considera a possibilidade de início do processo de reformas importantes, como a política, previdenciária, tributária e trabalhista.

Por fim, dentre as hipóteses traçadas para o cenário regional, há pouca diferenciação entre o cenário pessimista e moderado. Ou seja, não se cogita a possibilidade de que ocorra um ajuste do orçamento no curto prazo, o que deve resultar em dificuldades financeiras do governo do estado ao longo do ano de 2007. Da mesma forma, as projeções que são feitas para o setor agropecuário e a cadeia do agronegócio, não consideram a possibilidade de mudanças climáticas significativas, como a estiagem que assolou o estado na safra 2004/2005.

A diferença entre esses e o cenário mais otimista, no âmbito regional, é a possibilidade de um pequeno ajuste no orçamento estadual.

CENÁRIOS* PROPOSTOS PARA 2007

	Cenário Pessimista	Cenário Moderado	Cenário Otimista
Cenário Internacional			
Inflação	Aumento acelerado no nível de preços	Leve alta nos índices de preços	Estabilidade nos preços
Crescimento Econômico	Desaceleração um pouco mais acentuada	Desaceleração moderada das economias desenvolvidas	Acima do esperado
Juros	Aumento dos juros acima das expectativas	Manutenção da trajetória de ajuste nos juros	Redução dos juros americanos no 1º semestre
Cenário Nacional			
Taxa de Câmbio Média	Valorização (2,08)	Estabilidade (2,23)	Pouco acima de 2,23
Inflação	Leve alta nos preços (4,7%)	Aquém da meta de 4,5% (4%)	Igual ao comportamento de 2006 (3,6%)
Crescimento Econômico	Crescimento puxado pela demanda	Manutenção do cenário de 2006	Crescimento pelo lado da oferta
Juros	Queda um pouco mais lenta (12,5%)	Queda moderada (12%)	Queda mais acelerada (11%)
Ambiente Político	Paralisia no Congresso	Votação de pontos importantes para as discussões fiscais	Dá início ao processo de reformas
Cenário Regional			
Orçamento	Não há ajuste	Não há ajuste	Pequeno ajuste
Aspectos Climáticos	Ausência de estiagem	Ausência de estiagem	Ausência de estiagem

* Nota: Cada cenário é independente, sendo possíveis múltiplas combinações e possuindo probabilidades diferentes de ocorrência, dependendo da variável analisada.

APESAR DOS AJUSTES OCORRIDOS NA ECONOMIA AMERICANA, O MUNDO CONTINUA CRESCENDO FORTE.

Apesar das políticas implementadas pelo governo americano para corrigir as distorções de preços do seu setor imobiliário, a taxa de crescimento do PIB mundial permaneceu elevada. Os crescentes indícios de pressão inflacionária nos países desenvolvidos, entretanto, devem exigir políticas monetárias mais restritivas, reduzindo um pouco a taxa de crescimento do produto mundial em 2007.

O ano de 2006 iniciou sob os olhares atentos dos analistas econômicos internacionais. As principais preocupações estavam relacionadas ao comportamento do preço do petróleo, preços dos imóveis e déficit em conta-corrente dos Estados Unidos.

O preço do petróleo iniciou o ano cotado em US\$ 58 o barril. Entretanto, a perspectiva da manutenção do forte crescimento mundial para o ano abria a possibilidade de aumento de preços do produto no curto prazo. A repercussão deste aumento nos indicadores de inflação exigiria políticas monetárias mais restritivas nas principais economias do mundo, repercutindo de forma negativa sobre o crescimento global. A preocupação, que inicialmente estava fundamentada na crescente redução da diferença entre a capacidade de refino mundial e a demanda pelo produto (em torno de 2% de capacidade ociosa), foi reforçada pela continuidade da guerra no Iraque e tensões na região do Oriente Médio, envolvendo o Irã, e a guerra entre Israel e o Líbano. O resultado foi um aumento expressivo no preço do petróleo, que superou a casa dos US\$ 70 o barril por boa parte o ano. A partir do mês de agosto, entretanto esse comportamento se reverteu.

A mudança é atribuída em parte pela acomodação da atividade especulativa sobre o produto e a notícia de redução do ritmo de crescimento de economias importadoras do produto como EUA e China. Entretanto, os fatores estruturais ligados à baixa capacidade ociosa de produção e refino do produto continuam mantendo a luz de alerta acesa. Se ocorrerem choques que prejudiquem o lado da oferta (inclusive via riscos de instabilidade no Oriente Médio), podem perfeitamente elevar o preço do petróleo para patamares acima dos observado em 2006. A expectativa do FMI é de que o preço médio em 2007 possa alcançar os US\$ 75 o barril, ou seja, muito próximo do preço máximo de 2006. A se confirmar esse cenário, as pressões inflacionárias nas principais economias do mundo serão agravadas, exigindo a manutenção ou até um aperto monetário maior do que o esperado.

Os preços dos imóveis nos EUA vinham registrando altas sucessivas, repercutindo sobre o comportamento da demanda do país. Como os imóveis são os grandes garantidores do crédito das famílias americanas, a valorização dos mesmos ampliava a capacidade de endividamentos dos consumidores, estimulando o consumo e gerando pressões inflacionárias. O aumento da taxa básica de juros dos EUA conseguiu reverter esse processo de maneira gradual, evitando o chamado “pouso forçado” da economia¹.

Apesar dos dados do PIB Americano no terceiro trimestre revelarem um crescimento anualizado de apenas 1,6%², abaixo do que se esperava, ainda não há

¹ Ver Box sobre o preços dos imóveis.

² O Bureau of Economic Analysis divulgou nota dia 29 de novembro corrigindo para cima essa estimativa, passando para 2,2% (taxa anualizada). A análise desenvolvida permanece válida neste novo cenário.

indícios mais fortes de que a política monetária tenha desaquecido demasiadamente a atividade econômica do país. A evidência mais forte disso é o fato do comportamento dos diversos componentes da demanda agregada ser heterogêneo. Enquanto o consumo das famílias continua crescendo (+3,1%) o investimento privado caiu 2%, fundamentalmente pela queda do investimento residencial (-17,4%). Os gastos e investimentos do governo também continuam crescendo (+2%), mas as importações crescem também, representando um escape do aumento de consumo para produtos estrangeiros.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO



Fonte: FGV Dados.

O déficit em conta-corrente (soma dos saldos da balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais) dos Estados Unidos continuou elevado, e deve terminar o ano próximo a 6,4% do PIB. Em 2007, pode alcançar 6,9% do PIB, conforme projeção do FMI. De acordo com os técnicos do Fundo, o ajuste ocorrido nos preços dos imóveis e o conseqüente desaquecimento da economia americana, somado a um processo gradual de desvalorização contínua da moeda americana devem induzir um ajustamento lento, mas consistente desta conta. O ajustamento via forças de mercado, sem maior interferência do governo, somente poderá ocorrer se o fluxo de capitais para os EUA continuar forte por muitos anos. Por enquanto, a sistemática de financiamento do déficit, alicerçada na absorção da dívida americana por países exportadores da Ásia, tem permitido a manutenção do déficit. Entretanto, qualquer abalo nessas relações pode exigir um ajustamento mais acelerado com conseqüências sobre o crescimento do país e do mundo.

O PREÇO DOS IMÓVEIS NOS EUA DEVEM REPRESENTAR MENOR RISCO

O preço dos imóveis nos EUA parecem ter perdido o fôlego nos últimos meses, o que deve contribuir para reduzir as pressões inflacionárias e os riscos sobre o sistema de crédito. Além disso, essa acomodação nos preços é elemento fundamental para permitir que o Fed faça, já a partir do segundo semestre de 2007, uma política monetária mais expansionista.

O Nos últimos cinco anos o preço médio dos imóveis nos EUA aumentou em cerca de 56%, ao passo que o índice de inflação ao consumidor, para o mesmo período, foi de 14%. Diversos fatores contribuíram para essa pressão, em destaque, o menor custo do crédito de longo prazo, devido às baixas taxas de juros vigentes, as modificações

demográficas no país, (com boa parte da população demandando a compra de um segundo imóvel para férias ou então para aposentadoria, a rápida imigração) e, como não podia deixar de ser, o processo especulativo. Assim, dada a dificuldade em se expandir a oferta no curto prazo, esses movimentos em conjunto contribuíram para desequilibrar o mercado imobiliário.

Porém, o aumento de preços verificado não foi homogêneo no país. Em algumas regiões como a Flórida e a Califórnia, por exemplo, o valor dos imóveis dobrou nesse período. Nesse cenário, era comum que relatórios sobre a economia americana abordassem os riscos associados ao rápido crescimento do preço dos imóveis. Apontava-se que, com um ativo importante como a residência valendo mais a cada ano, poderíamos ter um efeito riqueza nas famílias que poderia ser revertido em consumo presente, e com potencial para desequilibrar o mercado de ativos.

De fato, tal cenário esteve presente no processo de crescimento econômico do país nos últimos anos, e ainda se faz sentir de maneira contundente em determinadas regiões. É importante ressaltar que o risco nesse mercado estava associado à possibilidade de uma reavaliação desses preços de forma abrupta, colocando as finanças das famílias em dificuldades e resultando em impactos negativos na qualidade do crédito no país, o que poderia comprometer o crescimento econômico.

Porém, tal como verificado em diferentes mercados de ativos em uma economia, era natural supor que o ciclo de ajuste do preço dos imóveis apontasse para uma acomodação. E isso é o que têm acontecido nos últimos meses. Os preços dos imóveis ainda crescem, mas a uma taxa menor do que verificada em outros períodos. É o primeiro sinal de acomodação.

Em todo caso, vale ressaltar que esse processo não tem se verificado de maneira uniforme em todo o país. Em algumas regiões, como por exemplo, naquelas afetadas pelo furacão Katrina e no Texas (área de riqueza do petróleo), o preço dos imóveis continua a crescer de forma acentuada. O último relatório do instituto responsável pela coleta de informações sobre a qualidade do crédito e do preço dos imóveis no país (www.ofheo.gov), mostra que o preço dos imóveis aumentaram 10,6% no segundo trimestre desse ano em relação ao mesmo período do ano passado. Em relação ao primeiro trimestre, o crescimento é de apenas 1,17%. A boa notícia é que essa é a menor taxa de crescimento já verificado desde o último trimestre de 1999.

A justificativa para essa acomodação nos preços está na política monetária restritiva aplicada pelo Fed nos últimos dois anos – a taxa de juros básica nos EUA está em 5,25% a.a., uma menor atuação dos especuladores e também o maior número de lançamentos, que tem contribuído para elevar a oferta de imóveis.

A experiência presenciada com a reavaliação de preço dos imóveis em países como a Austrália e no Reino Unido, sugere que esse processo é lento e gradual. Esses podem ser visualizados a partir da queda dos gastos dos consumidores, queda da taxa de juros de longo prazo e redução da taxa de crescimento do PIB, mas longe de se configurar uma recessão. Se essa for a realidade para os EUA, podemos inferir que seus impactos no PIB ainda estão longe do fim. Porém, ressalta-se que existe uma diferença importante no mercado imobiliário dessas economias. Enquanto que esse mercado no Reino Unido trabalha, preponderantemente, com taxas de juros flutuantes para empréstimos, nos EUA o refinanciamento é feito com taxas de juros fixas.

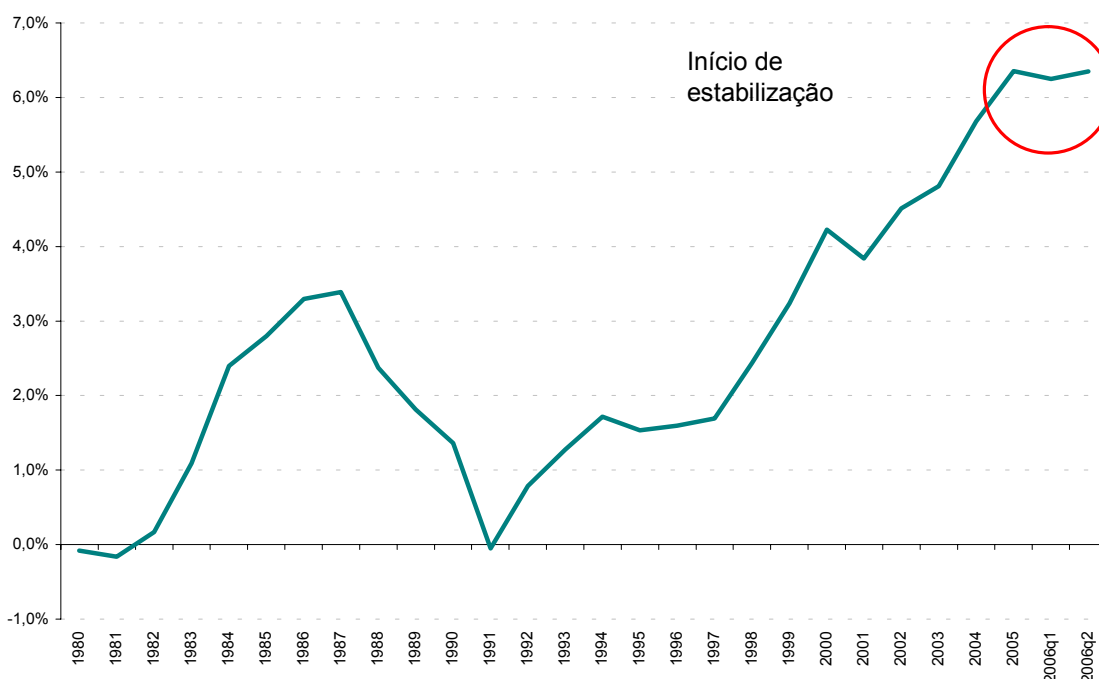
As projeções para a economia americana são de que o preço dos imóveis deve continuar o processo de desaceleração nos próximos meses, crescendo a taxas menores que os demais preços. Isso é o que os economistas denominam de ajuste nos preços relativos. É claro que tal processo não deverá ocorrer sem produzir impactos sobre a renda dos consumidores, seus gastos e o desempenho do PIB. É nesse sentido que se

projeta uma acomodação do crescimento da economia americana a taxas próximas a 3% para os próximos 12 meses.

É importante ressaltar que, no curto prazo, a redução no preço do petróleo e também da gasolina, deve amenizar esses impactos negativos. Porém, a trajetória da inflação e o comportamento do PIB potencial ainda são temas centrais do debate nos EUA, quando o assunto for política monetária. A próxima reunião do Fed será apenas no dia 12 de dezembro. As projeções são de que os juros devem permanecer em 5,25%, à espera dos indicadores de desempenho do PIB para o último trimestre do ano. Para o resto do mundo e, em especial para o Brasil, o melhor é que os preços dos imóveis nos EUA tenham um processo de ajuste gradual, sem choques, cenário que começa a se materializar para 2007.

Publicado no Informe Econômico Nº 46 de 13/11/2006

GRÁFICO 2 - DÉFICIT EM CONTA-CORRENTE DOS EUA*



Fonte: Bureau of Economic Analysis. * Valores negativos representam superávit.

Em resumo, apesar das oscilações do preço do petróleo, as previsões mais pessimistas quanto o comportamento das variáveis que representavam riscos ao crescimento mundial no curto prazo, acabaram não se confirmando e o PIB mundial deve crescer em 2006 aproximadamente 5%. O resultado deriva de um bom crescimento de alguns países desenvolvidos e de países em desenvolvimento, notadamente a China, com crescimento estimado de 10%. As estimativas do FMI indicam um crescimento da economia americana de 3,4% para 2006. Esse número, porém, foi revisado para 3,1% pela Casa Branca, após o fraco desempenho do terceiro trimestre. A região do Euro deve crescer em torno de 2,4% em 2006. Esse é o melhor desempenho registrado nos últimos seis anos. O Japão deverá fechar 2006 com uma expansão de 2,7%, levemente acima dos 2,6% registrados em 2005. Por fim, o bloco dos emergentes deverá terminar o ano com forte expansão, superando os 7%. Esse resultado, porém, não demonstra um crescimento homogêneo entre os países emergentes. Os dados indicam crescimento acelerado de economias como China (+10%), Índia (+8,3%) e Rússia (+6,5%), enquanto que a América Latina deverá continuar crescendo num ritmo mais fraco.

O desempenho econômico em 2007, como de praxe, estará condicionado à administração de alguns riscos potenciais. Um destes riscos já fazia parte das preocupações dos analistas para o desenvolvimento do próprio ano de 2006: o déficit em conta-corrente americano. Além dele, está na linha de frente as pressões inflacionárias nas principais economias do mundo. O principal problema está relacionado à baixa capacidade ociosa e aumento de custos de produção nestas economias. Soma-se a isso, os riscos de elevação dos preços de *commodities*, principalmente o petróleo, também pelo fato da capacidade de oferta estar quase no seu limite. Esse risco potencial pode exigir dos respectivos bancos centrais uma política monetária mais restritiva, reduzindo o crescimento mundial no próximo ano. As estimativas atuais são de que a taxa fique pouco abaixo dos 5%.

A permanecerem as condições atuais, estima-se que os EUA devem manter uma taxa de crescimento próximo a 3%, dependendo do grau de ajuste a ser implementado tanto na conta-corrente quanto no orçamento público. Aliás, a proposta orçamentária do governo americano é de um ajuste lento e gradual do déficit fiscal até 2009. A Europa deve crescer um pouco abaixo dos 2,4% de 2006, se expandido em torno de 2%. O resultado deve continuar a ser influenciado positivamente pelo crescimento dos investimentos privados. Entretanto, o consumo privado deve crescer mais moderadamente em função de ajustamento fiscais nas principais economias do bloco, principalmente na Alemanha que já anunciou aumento de alíquotas de impostos para 2007. Vale destacar que a capacidade de crescimento da região continua sendo limitada por problemas estruturais ligados a fragilidades fiscais dos governos (apesar dos indicadores terem melhorado em relação a 2005) e elevado nível de regulamentação no mercado de trabalho. Essa limitação tem gerado redução nos ganhos de produtividade destas economias, resultando em uma ampliação dos diferenciais relativos de produtividade em favor dos EUA.

A economia Japonesa deve voltar a crescer em 2007, porém a uma taxa menor do que a de 2006, que será próxima a 2,7%. Para 2007, o FMI projeta um crescimento de 2%. O maior estímulo ao crescimento virá da demanda das famílias, que continua aquecida, comportamento reforçado pelas pesquisas de confiança do consumidor. A desaceleração virá da redução do crescimento mundial, principalmente dos EUA, grande parceiro comercial do Japão. Além deste, o déficit fiscal e o elevado nível de endividamento público devem exigir nos próximos anos medidas mais duras de ajustamento.

A Ásia deverá manter o ótimo ritmo de crescimento dos últimos anos, expandindo seu PIB em uma taxa superior a 8%. O resultado, novamente será determinado pelo crescimento da China que deve repetir os 10% de 2006. O resultado, porém poderá ser um pouco mais fraco na medida em que existe a expectativa de que as importações de produtos da região sofram uma queda com o desaquecimento dos EUA e Japão, seus principais compradores. Além disso, o desempenho do próximo ano também dependerá do comportamento dos preços das *commodities*, fundamentalmente do petróleo.

O FMI também destaca a necessidade do governo chinês alterar a sua política de controle cambial, deixando que sua moeda flutue mais livremente. As contínuas intervenções no mercado para evitar a valorização da moeda chinesa estão reduzindo a capacidade do banco central de controlar a liquidez da economia. O excesso de liquidez tem influenciado a expansão do crédito e isso pode acabar gerando capacidade ociosa a ponto de reduzir a rentabilidade e os lucros das empresas, provocando uma deterioração dos balanços das instituições financeiras e comprometendo a capacidade de crescimento de longo prazo.

A América Latina deverá manter o seu ritmo de crescimento em torno de 4%, bem abaixo do esperado para a Ásia. Apesar das melhorias no que se refere à condução da política monetária nas maiores economias da região e do cenário externo extremamente favorável, a região ainda não conseguiu retomar uma agenda de reformas para melhorar o ambiente de negócios e incentivar taxas de investimento mais elevadas. Ressalta-se que a região tem crescido sistematicamente abaixo das demais regiões em desenvolvimento e vem perdendo espaço relativo na economia mundial para os países asiáticos.

TABELA 1 - CRESCIMENTO ECONÔMICO MUNDIAL

	2006	2007
Mundo	5,1	4,9
EUA	3,4	2,9
Zona do Euro	2,4	2,0
Alemanha	2,0	1,3
França	2,4	2,3
Itália	1,5	1,3
Espanha	3,4	3,0
Japão	2,7	2,1
China	10,0	10,0
Índia	8,3	7,3
Brasil	3,3*	3,5*
México	4,0	3,5

Fonte: FMI * Projeções da UEE / Fiergs

OS ASIÁTICOS SÃO MELHORES DO QUE NÓS?

O crescimento econômico da Ásia nas últimas décadas reduziu as diferenças entre a renda da região e dos países desenvolvidos. Em sentido inverso caminhou a América Latina, que patina na escolha da sua identidade econômica.

O rápido crescimento econômico da Ásia nas três últimas décadas contribuiu para reduzir a diferença de renda per capita da região em relação aos países desenvolvidos, ao contrário do cenário verificado na América Latina. Em 1970, a renda per capita da Ásia representava apenas 15% da renda per capita dos EUA, enquanto a América Latina tinha uma renda equivalente a 26% da americana. Desde então essa relação veio se invertendo. Enquanto a região asiática investia nas reformas estruturais com foco na melhoria do ambiente institucional e no processo de “incentivo às exportações”, a América Latina debatia a importância de se integrar ao mundo e se fechou no falido modelo de “substituição de importações”. Como resultado, a participação da região asiática no comércio mundial mais do que dobrou entre 1970 e 2005, ao passo que a participação da América Latina caiu. Tal estratégia de intensificar relações comerciais com o resto do mundo, não fazendo distinção de cor, sexo, raça e religião, resultou em ganhos de renda para a região. Em 2005 a renda per capita da Ásia atingiu a 26% da verificada nos EUA, enquanto a América Latina experimentou o empobrecimento relativo, com sua renda per capita hoje representando apenas 20% da verificada nos EUA.

A performance asiática pode ser analisada a partir do comportamento da produtividade na região, em especial a que está relacionada ao trabalho. A literatura econômica coloca o fator produtividade como variável importante na determinação do crescimento de longo prazo nos países. Porém, apesar da dificuldade em mensurá-la, não obstante, é possível encontrar relações de quanto produtivo está a economia, seja do ponto de vista global, setorial ou então desagregando a mesma em outros fatores.

Assim, a análise das diferenças de crescimento da produtividade entre países no período de 1965-2005, ajuda a compreender melhor seus fatores determinantes. De uma maneira geral, os países que tiveram maior crescimento da produtividade nesse período, também apresentaram melhora relativa nas instituições, com aumento da transparência no setor público, constituição de regras mais claras e críveis de investimento e de relação entre o setor público e privado e entre os agentes privados; um sistema financeiro mais desenvolvido (concorrência e segurança jurídica nos contratos); um clima mais favorável aos investimentos, seja do ponto de vista de redução de custos para se começar um negócio seja na receptividade da participação do capital privado na economia; melhor infra-estrutura, menores restrições a políticas de comércio, onde a China, Índia e o Chile são bons exemplos de intensificação dos acordos comerciais bilaterais e, também, um maior nível educacional, com investimento em qualidade de ensino.

Os números revelam que a Ásia teve uma performance melhor que as demais regiões, em especial a América Latina, em muitos desses indicadores. Destaque para a melhora no ambiente institucional, na abertura comercial e no desenvolvimento do setor financeiro. É claro que há muita disparidade dentro da região, com a China apresentando melhores resultados no que diz respeito à facilidade na abertura de empresas, na qualidade das instituições e nos anos de escolaridade. Por outro lado, a América Latina peca por apresentar deficiências na abertura comercial, qualidade institucional e desenvolvimento do setor financeiro. Não é para menos, os governantes Latino-Americanos ainda não se convenceram dos benefícios de maior comércio, e a região se vê com dificuldades em respeitar contratos (vide exemplos recentes da Argentina, Venezuela e Bolívia). Além disso, muitos países da América Latina relutam em tornar as suas instituições públicas mais transparentes, e se sentem bem quando combatem os investimentos privados. É uma escolha, que tem o seu preço. Sempre vai ter um outro país que irá querer receber investimentos privados, sem hostilidade.

O crescimento recente da Ásia não é repentino e surgiu sobre bases bastante sólidas. É o resultado de um esforço concentrado da região nas últimas décadas em ocupar um lugar de destaque no mundo dos negócios. Eles sabem que tem potencial em função de disponibilidade de mão-de-obra e, mesmo possuindo uma menor quantidade de recursos naturais, souberam explorar suas vantagens comparativas, e investiram em capital humano e na atração do capital físico, reduzindo as barreiras ao investimento e ao desenvolvimento de mercados. Analisando o passado, temos boas lições a aprender com os asiáticos.

Olhando para o futuro, podemos traçar um cenário onde a competição para os investimentos será mais acirrada. A Ásia conhece as deficiências que se afloram diante de uma economia que se desenvolve rapidamente, e já discute diversas reformas estruturais como estratégia para manter a sua competitividade na atração de investimentos privados. Mas, oportunidades sempre existirão, e se a América Latina conseguir se livrar das propostas econômicas da década de 1970, do populismo e do paternalismo, que se materializa no exemplo de programas de transferência de renda, como o bolsa-família, e voltar os olhos para o investimento em educação, teremos a oportunidade de, pelo menos, recuperar parte do terreno perdido.

Publicado no Informe Econômico Nº 27 de 03/07/2006

À ESPERA DE UM MILAGRE

Mesmo diante de um cenário externo favorável, o desempenho da economia brasileira deverá ficar aquém do esperado e muito abaixo do necessário para atender as demandas sociais. Nem mesmo a manutenção de crescimento econômico mundial deve evitar que o País continue a crescer cerca de 3,5% em 2007.

A orientação de política econômica no Brasil no ano de 2006 priorizou a expansão da demanda, principalmente via aumento dos gastos do governo com transferências de renda. Além da expansão fiscal, outros instrumentos de política também contribuíram para a consolidação desse quadro. Em destaque a expansão do crédito, na esteira da redução dos juros nominais e da melhora nas facilidades de fechamento de contratos. Vale destacar que esse cenário foi complementado pela baixa taxa de inflação, que impactou positivamente no salário real dos trabalhadores, e também pela expansão do emprego formal, elementos importantes para consolidar a expansão do consumo.

O segmento de crédito livre continua a apresentar uma elevada taxa de crescimento. Nos últimos nove meses expandiu-se 13%, com destaque para o aumento do crédito a pessoas físicas, com aumento de 16%. Tal cenário resulta em cerca de R\$ 55 bilhões a mais de recursos que foram canalizados para o segmento de crédito livre. Desse total, o volume total destinado para pessoas físicas foi de R\$ 31 bilhões, ao passo que a parcela destinada a pessoas jurídicas foi de R\$ 23 bilhões.

**TABELA 1.1 - COMPORTAMENTO DO CRÉDITO LIVRE
(EM R\$ MILHÕES)**

	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Estoque (R\$ milhões)	225.969	240.782	466.751
var.(%) no ano	16,2%	10,8%	13,3%
Var. (R\$ milhões) no ano	31.432	23.475	54.908
Estoque (% do PIB)	10,91%	11,63%	22,54%

Fonte: BCB. Dados deflacionados pelo IPCA. Até setembro/2006

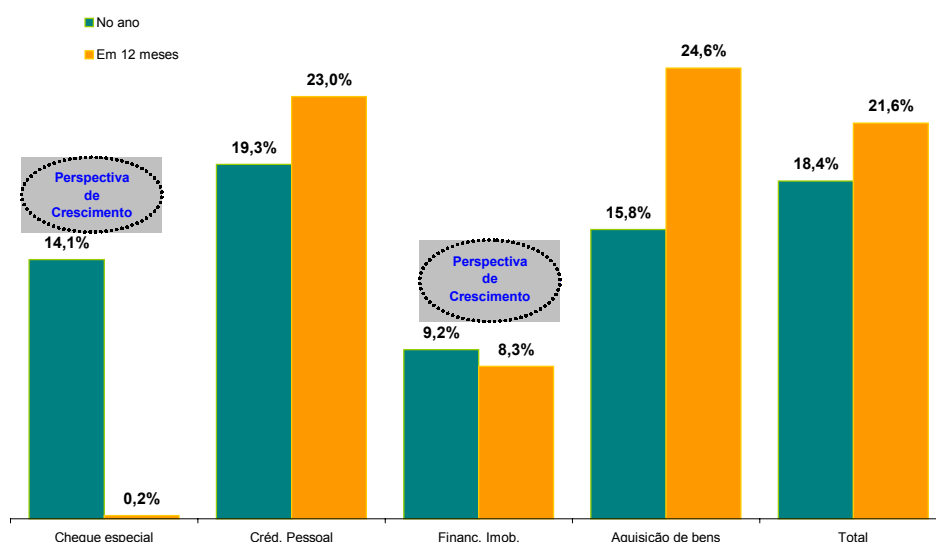
Apesar dessa expansão significativa, a participação do estoque de crédito sobre o PIB ainda permanece pequena, 22% do PIB, uma participação baixa comparativamente ao verificado em outros países.

Na composição do crédito no segmento a taxas livres, grupo pessoas físicas, a maior parcela é a que corresponde ao crédito pessoal, R\$ 77 bilhões, seguido do crédito destinado para a aquisição de bens, com R\$ 72 bilhões. Ressalta-se que, nesse item, a grande maioria é composta de crédito para aquisição de veículos. Da mesma forma que são os dois itens que apresentam a maior participação, também são os que tiveram as maiores taxas de crescimento nos últimos 12 meses e também no acumulado do ano.

Porém, na medida em que o indicador de 12 meses para esses dois grupos se mostra maior que o resultado para o acumulado do ano, nota-se que há uma tendência de arrefecimento nessa taxa de crescimento. Por outro lado, apesar do crédito na modalidade de cheque especial e imobiliário não terem grande participação no volume de recursos emprestados pelo segmento livre, R\$ 12 bilhões e R\$ 1 bilhão, são os que sinalizam para um aquecimento para os próximos meses.

A taxa de crescimento no ano para o crédito na forma de cheque especial está em 14%, ao passo que a taxa em 12 meses está em apenas 0,2%. No caso dos empréstimos imobiliários, a expansão no ano está em 9%, enquanto que no acumulado em 12 meses em 8,3%. É importante ressaltar que a parcela de crédito livre que é destinada para o segmento imobiliário sempre foi pequena. Isso ocorre porque na economia brasileira existe uma modalidade denominada de crédito direcionado, que corresponde à parcela do depósito feito nos bancos que tem que ser destinada, compulsoriamente, ao segmento da habitação. Os dados de setembro mostram que o estoque do volume de recursos alocados para a habitação estava em R\$ 33 bilhões.

**GRÁFICO 1.1 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS
(VARIÇÃO PERCENTUAL)**



Fonte: BCB. Dados deflacionados pelo IPCA. Até setembro/2006

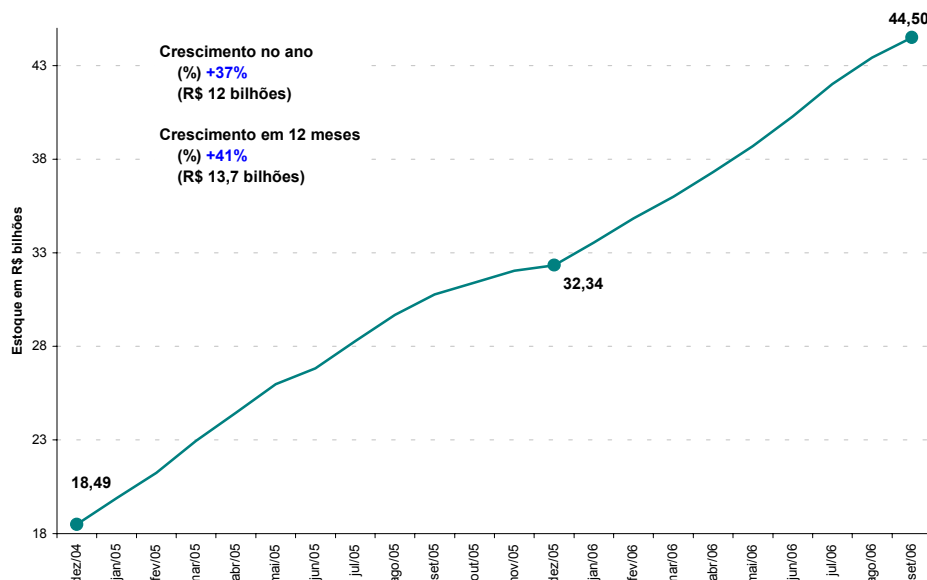
Ressalta-se que, dentro da modalidade de crédito pessoal, o crédito consignado em folha de pagamento é o que mais responde pela boa performance dos últimos meses. Do total de expansão do crédito pessoal em 12 meses (R\$ 13,4 bilhões) cerca de R\$ 12,1 bilhões foram provenientes do crédito consignado. Destaque para o avanço do crédito para trabalhadores do setor público R\$ 10,5 bilhões, que coloca esses com um estoque de R\$ 38,9 bilhões em setembro. Vale destacar que tal valor corresponde a 87% do total do estoque de crédito consignado na economia, restando uma parcela pequena de participação dos trabalhadores do setor privado.

Em 12 meses a expansão do crédito consignado é mais forte ainda, 41%, o que representa um adicional de R\$ 13,7 bilhões. Como pode ser visto pelo gráfico, a evolução do crédito consignado tem sido forte desde dezembro de 2004, e não dá mostras de que irá recuar no curto prazo.

O cenário positivo pelo lado do crédito a pessoas físicas tem contribuído para manter aquecida a demanda no comércio. É importante destacar que de todos os segmentos pesquisados pelo IBGE, apenas o item de combustíveis e lubrificantes apresenta uma queda no volume de vendas³.

³ Destaca-se que esse resultado pode estar relacionado a um problema de amostra ou de coleta de dados, uma vez que os dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível) mostram que

GRÁFICO 1.2 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO CONSIGNADO (EM R\$ BILHÕES)



Fonte: BCB. Dados deflacionados pelo IPCA. Até setembro/2006

Por outro lado, três segmentos tiveram uma performance significativa. O volume de vendas de equipamentos e materiais de escritório, informática e de comunicação crescem a taxas de 35% no ano, e devem encerrar 2006 com crescimento de 39%. As vendas de móveis e eletrodomésticos também estão em alta, 16% no acumulado em 12 meses e nos nove primeiros meses do ano.

**TABELA 1.2 - VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA
(VARIAÇÃO % ACUMULADA ATÉ SETEMBRO/06)**

	Variação acumulada no ano	Variação acumulada em 12 meses	Perspectiva para 2006
Equip. e mat. Escrit., inform. e comunic.	34,7	43,4	39,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	16,3	16,3	16,3
Móveis e eletrodomésticos	9,6	10,1	9,9
Hiper., super., prod. Alim., bebidas e fumo	7,7	6,1	6,9
Hipermercados e supermercados	7,7	5,8	6,8
Artigos farmac., médicos, ortop, perfum	3,9	5,2	4,6
Tecidos, vestuário e calçados	1,7	3,8	2,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,9	0,7	0,8
Combustíveis e lubrificantes	-9,2	-9,0	-9,1

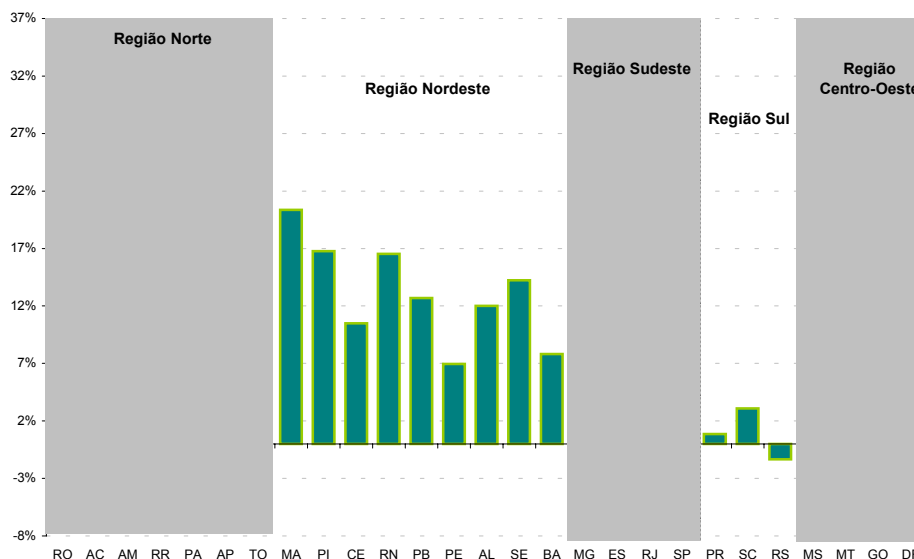
Fonte: IBGE

Porém, essa performance não é homogênea entre as regiões e os estados. O Norte e o Nordeste apresentam taxas de expansão do comércio da ordem de 20% a 30% e que já duram a vários meses. Destaque para Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e

as vendas de derivados de combustíveis de petróleo no país apresentaram um aumento de 1,5%, nos primeiros nove meses do ano relativamente ao mesmo período do ano passado, quando medidos em metros cúbicos.

Maranhão, com taxas superiores a 18% no ano. Apenas dois estados dessas duas regiões não crescem acima da média nacional (5,8%): Pernambuco e Rondônia. Por outro lado, nas duas regiões mais ricas do País, somente o Estado do Espírito Santo (+10,7%) e Minas Gerais (+9,7%), crescem acima da média nacional. Todos dos demais, em especial o Rio Grande do Sul, crescem abaixo da média nacional⁴.

**GRÁFICO 1.3 - VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA POR REGIÃO
(VARIAÇÃO % ACUMULADA ATÉ SETEMBRO/06)**



Fonte: IBGE

**FIGURA 1.1 - VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA POR REGIÃO
(VARIAÇÃO % ACUMULADA ATÉ SETEMBRO/06)**



Fonte: IBGE

⁴ Para efeito de comparação com os indicadores dos demais estados, a análise do comércio regional é feita com os dados do IBGE. Porém, no Rio Grande do Sul há um indicador, o IVV (Índice de Vendas do Varejo), que tem menor viés de seleção dos dados, e abrange mais regiões do Estado. Nesse sentido, torna-se mais confiável para medir o desempenho do comércio no Estado. Isso será abordado na parte de nível de atividade regional.

O mapa mostra como se distribuem os resultados do comércio no País, tornando-se evidente a performance mais fraca das duas regiões mais ricas – cores menos escuras.

Após um ciclo de dois anos de resultados pífios e que devem encerrar o ano de 2006 com um prejuízo acumulado de cerca de R\$ 36 bilhões, a agropecuária nacional parece estar se recuperando, mesmo que lentamente. As regiões importantes do País na produção de soja, como Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás, apresentam ligeira recuperação. Vale ressaltar que a soja responde por cerca de 44% da produção total de grãos do Brasil. As estimativas da safra 2005/2006 para o Mato Grosso são da ordem de 15 milhões de toneladas, para o Paraná 9,3 milhões, Rio Grande do Sul de 7,5 milhões e Goiás de 6 milhões.

FIGURA 1.2 - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE SOJA – BRASIL – SAFRA 2005/2006



Fonte: IBGE

É importante lembrar que, mesmo com um preço médio, quando medido em reais, cerca de 17% mais baixo que o praticado no ano de 2005, a ligeira recuperação na quantidade produzida de soja no País pode representar o início da saída do ciclo de recessão que assolou o setor. Por outro lado, outro item importante para as lavouras temporárias no Brasil, o milho, que deve ter safra de 41 milhões de toneladas, não projeta um desempenho favorável. Seu preço médio está 32% abaixo do verificado no ano passado, o que deve prejudicar sobremaneira a capitalização do produtor.

A recuperação da agropecuária nacional é de extrema importância para diversos estados brasileiros. As primeiras projeções de produção de grãos para a safra 2006/2007, dão conta de uma estabilidade. O intervalo de estimativa da Conab vai de uma queda de -1,84% a um aumento de 0,57%, ou seja, uma safra de 117 a 120 milhões de toneladas.

A maior queda na produção, em termos absolutos e relativos, deverá ocorrer no Trigo, que deve reduzir à metade a quantidade produzida. Outro impacto significativo deverá vir da produção de Arroz, com projeção de queda de 286 mil toneladas e da

Cevada com queda de 133 mil toneladas. Enquanto se projeta uma estabilidade na produção de soja e milho, as duas mais importantes culturas das lavouras temporárias, as perspectivas são boas para o algodão (em caroço) e a mamona.

**TABELA 1.3 - ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE GRÃOS
BRASIL**

Estimativa da Produção de Grãos Produtos	Safras em 1000t		
	05/06	06/07	
		Lim. Inferior	Lim. Superior
Algodão - caroço	1.671	1.941	2.049
Algodão - Pluma	1.028	1.230	1.299
Amendoim Total	268	245	250
Amendoim 1ª SAFRA	209	187	193
Amendoim 2ª SAFRA	58	58	58
Arroz	11.579	11.293	11.561
Aveia	517	491	491
Centeio	7	6	6
Cevada	399	266	266
Feijão Total	3.473	3.487	3.524
Feijão 1ª SAFRA	1.149	1.331	1.368
Feijão 2ª SAFRA	1.470	1.332	1.332
Feijão 3ª SAFRA	855	824	824
Girasol	113	108	108
Mamona	104	138	143
Milho	41.682	41.939	42.915
Milho 1ª SAFRA	31.808	32.002	32.978
Milho 2ª SAFRA	9.874	9.937	9.937
Soja	53.414	53.540	55.032
Sorgo	1.543	1.600	1.611
Trigo	4.873	2.441	2.441
Triticale	306	242	242
Total Brasil	119.949	117.737	120.638

Fonte: Conab.

Em resumo, as expectativas são de que o PIB da agropecuária repita o mesmo resultado observado no ano de 2006, um pequeno crescimento da ordem de 2,3%. Vale destacar que tal cenário será positivo para a retomada da produção agro-industrial, em especial no segmento de alimentos e bebidas e o complexo metal-mecânico (ver item sobre indústria). As projeções para o setor agropecuário carregam uma menor dose de incerteza proveniente do ambiente macroeconômico, uma vez que boa parte do resultado do PIB para o ano de 2007 já está em processo de formação com o plantio de importantes culturas. Nesse sentido, os resultados pessimistas e otimistas estão mais relacionados a como deverá se comportar o clima ao longo do ano.

TABELA 1.3 - QUANTIDADE ABATIDA

	Bovinos	Suínos	Frangos
2004	25.936.697	21.623.790	3.532.553.666
2005	28.030.409	23.462.662	3.852.491.559
2006*	28.865.818	24.242.826	3.886.955.728
Var. (%) 2005/2004	8,07%	8,50%	9,06%
Var. (%) 2006/2005	2,98%	3,33%	0,89%

Fonte: IBGE. *Estimativa

Mesmo com a projeção de estabilidade na quantidade produzida de grãos, deve haver um impacto positivo no segmento de transportes para o ano de 2007, com expansão estimada de 3,6%. Tal resultado também está em linha com o desempenho do volume de vendas do comércio, que deve repetir os bons números de 2006. Os fatores que nos levam a apostar nessa continuidade dos resultados no comércio são: a manutenção dos volumes do programa bolsa família do governo federal na ordem de R\$ 8,6 bilhões; a inflação baixa; juros nominais e reais menores; expansão do emprego e da massa de salários; maior volume de crédito na economia. No geral, o setor de serviços deverá ter um desempenho melhor que o verificado no ano de 2006.

Porém, deverá ser da indústria a maior contribuição para a retomada do PIB no ano de 2007. Após um ano fraco, como o de 2006, a menor crise no setor primário, os menores juros e o crescimento mundial, devem dar um impulso ao setor industrial. Sendo assim, nossa expectativa de PIB para o ano de 2007 considera um cenário moderado de crescimento de 3,6%. Uma vez que os principais choques de natureza externa, como uma alta do preço do petróleo e o processo de ajuste na política monetária nos EUA, oferecem menores riscos de ocorrência, o cenário internacional continuará a ser benigno para o Brasil. Nesse sentido, as projeções oscilam pouco em relação ao cenário moderado, e o resultado mais pessimista para o PIB é de 3,4%, e o mais otimista de 3,8%.

**TABELA 1.4 - PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
(ÓTICA DA PRODUÇÃO)**

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	0,8%	2,3%	2,1%	2,3%	2,5%
Indústria Total	2,5%	4,2%	4,7%	4,9%	5,1%
Transformação	1,3%	2,3%	3,3%	3,5%	3,7%
Serviços	2,0%	2,4%	2,5%	2,7%	2,9%
Comércio	3,3%	3,7%	3,5%	3,7%	3,9%
Transportes	3,2%	3,0%	3,4%	3,6%	3,8%
Demais	1,7%	2,1%	1,7%	1,9%	2,1%
PIB total	2,3%	3,3%	3,4%	3,6%	3,8%

Fonte: IBGE. *Estimativa UEE/FIERGS. Previsões da UEE/FIERGS

**TABELA 1.5 - PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
(ÓTICA DA DESPESA)**

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Consumo Total	2,7%	3,6%	3,6%	3,8%	4,0%
Consumo das Famílias	3,1%	4,3%	4,2%	4,4%	4,6%
Consumo do Governo	1,6%	1,8%	1,6%	1,8%	2,0%
Investimento	1,6%	6,0%	6,3%	6,5%	6,7%
Exportações	11,6%	4,5%	3,5%	3,7%	3,9%
Importações	9,5%	14,0%	9,4%	9,6%	9,8%
PIB	2,3%	3,3%	3,4%	3,6%	3,8%

Fonte: IBGE. *Estimativa UEE/FIERGS. Previsões da UEE/FIERGS

Pela ótica da despesa, o destaque deverá ser, mais uma vez, o consumo das famílias, com projeção de expansão de 4,4%, na esteira da menor taxa de juros, maior crédito a pessoas físicas, maior nível de emprego e estabilidade de preços. Os

investimentos também devem dar uma contribuição positiva, na esteira da redução dos juros reais. Destaque para as projeções pelo lado da demanda externa. Com o real valorizado, as exportações devem ter um desempenho mais fraco em 2007 que em 2006, repetindo o cenário de acomodação da expansão no setor. Por outro lado, as importações devem continuar com vigor, e a projeção é que tenham um aumento de 9,6% em volume.

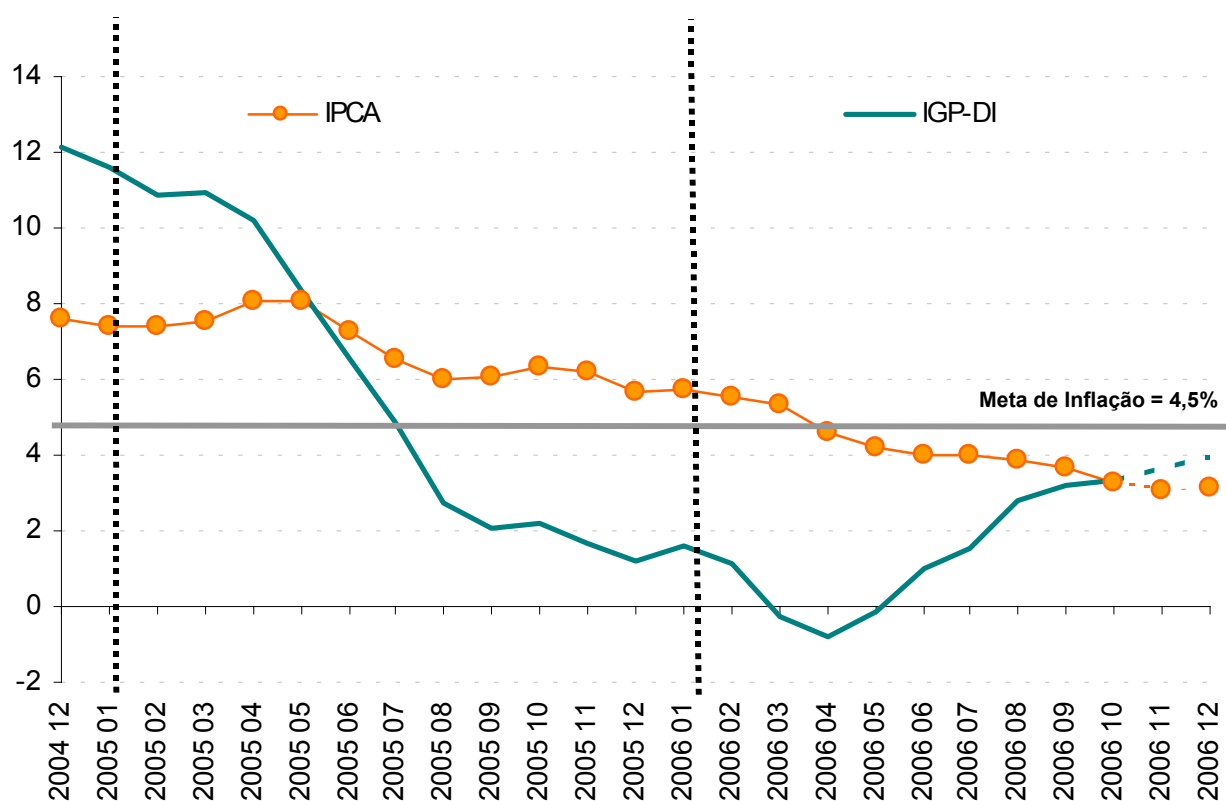
2. POLÍTICA MONETÁRIA E PREÇOS

OS JUROS DEVERÃO REDUZIR SEU RITMO DE QUEDA, MAS AS TAXAS QUE VIGORARÃO EM 2007 AINDA SERÃO MENORES QUE AS DE 2006.

O ano de 2006 foi marcado por reduções sucessivas nas taxas de juros. A valorização cambial intensa verificada desde meados de 2004 tem mantido a inflação controlada e facilitando as reduções da Selic. Outro recente aliado no controle da inflação tem sido o petróleo, que ao reduzir seu preço, aliviou as poucas pressões inflacionárias existentes.

Diferentemente de anos anteriores, 2006 foi marcado por reduções sucessivas na taxa Selic que, por enquanto, não causaram nenhum tipo de prejuízo inflacionário. Da mesma forma que já vinha ocorrendo desde 2005, o dólar vem sendo um grande aliado ao controle inflacionário brasileiro, facilitando reduções nas taxas básicas de juros. Ao diminuir o preço das matérias-primas importadas, a valorização do câmbio provoca uma diminuição dos preços nos atacados, que acaba por repercutir, mesmo que mais tardiamente, nos preços ao consumidor. Contudo, vale salientar que como a inflação vem paulatinamente se reduzindo, tendendo a terminar o ano próxima dos 3% e, portanto, 1,5 pontos percentuais aquém da meta, apesar da taxa de juros nominal estar mais baixa, essa combinação com a taxa de inflação também baixa revela uma taxa de juros real ainda muito elevada.

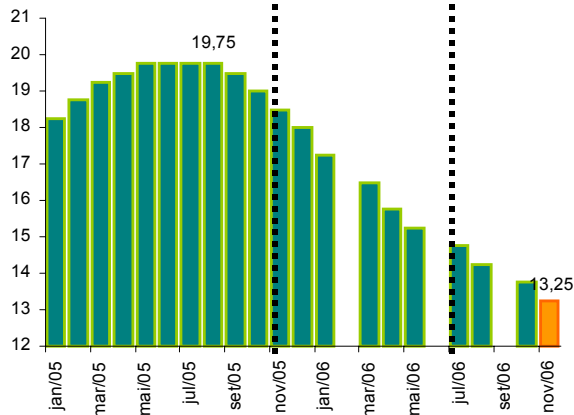
GRÁFICO 2.1 - EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)



Fonte: BCB

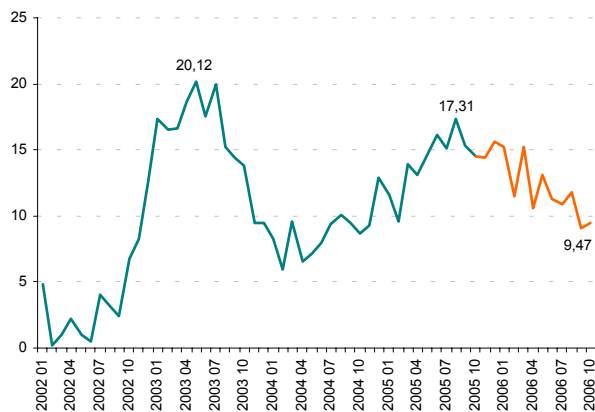
Se a economia não está sujeita mais a uma taxa de juros real da ordem dos 14,4%, como ocorreu em setembro de 2005, também não convive com juros baixos. Em outubro de 2006, quando da última reunião, a economia enfrentava uma taxa de juros real de 9,35%. Assim, apesar de termos conhecimento que há uma defasagem entre a política monetária e seus efeitos na economia de aproximadamente seis meses, o fato das taxas de juros reais continuarem muito elevadas funcionam como fator inibidor ao aumento da inflação.

GRÁFICO 2.2 - EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC-META (% a.a.)



Fonte: BCB

GRÁFICO 2.3 – TAXA DE JUROS REAL EX-ANTE E EX-POST (% a.a.)



Fonte: BCB e IBGE

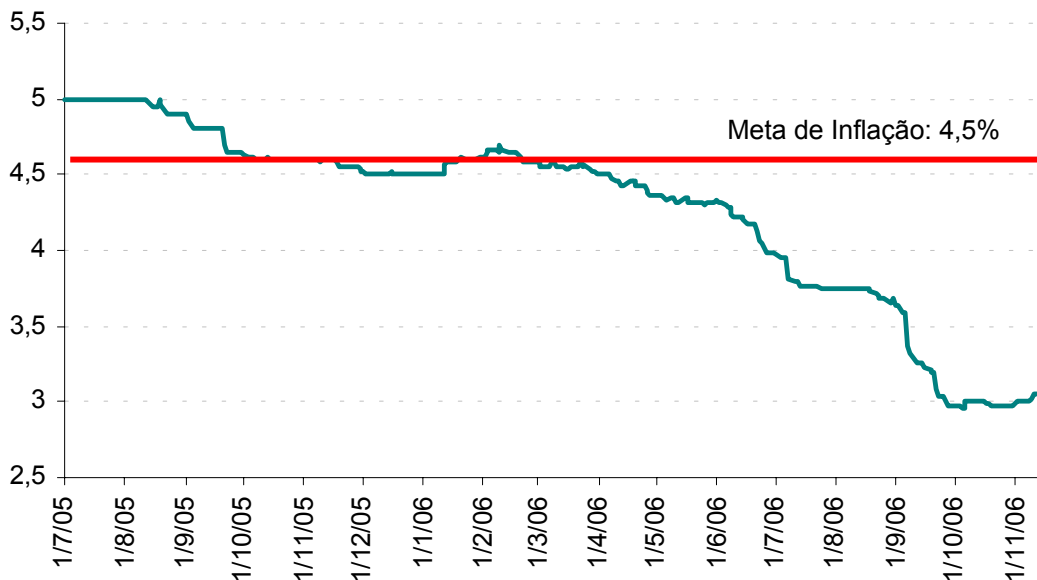
Nesse sentido, uma questão recorrente em 2006 relacionou-se ao comportamento, supostamente, conservador em excesso dos membros do COPOM. Em vários momentos desde a criação do Sistema de Metas de Inflação, em 1999, o comitê foi acusado de atuar de maneira extremamente restritiva. No entanto, naqueles momentos a justificativa era sempre no sentido de que, se isso fosse verdade, a inflação ficaria aquém da meta e não acima dela, como na maioria dos casos ocorreu. No entanto, em 2006, foi exatamente isso que ocorreu. Nesse sentido, é razoável examinar o comportamento da política monetária na perseguição da meta de inflação.

Assumindo que a política monetária apresente uma defasagem de 6 meses entre a definição da taxa de juros e o seu efeito na economia, vamos considerar o espaço de tempo de julho de 2005 a junho de 2006 como aquele capaz de alterar as taxas de inflação vigentes em 2006, em função da ação da política monetária.

Como se sabe, as decisões do COPOM são baseadas na análise intensiva de basicamente quatro conjuntos de variáveis: de nível de atividade, de preços, as relacionadas à economia internacional e as de natureza expectacional. Ao se analisar o comportamento das expectativas de inflação para 2006, verifica-se que apesar de apresentarem reduções sucessivas desde meados de 2005, a meta de inflação somente é alcançada pelas expectativas no início de abril, quando o COPOM ainda conta apenas com uma reunião antes de suas decisões terem mais influência sobre o ano seguinte do que sobre o ano em questão. Nesse mesmo período, as expectativas de inflação para 2007 se mantêm constantes em 4,5%, meta acertada para aquele ano. Apesar do cenário interno positivo no primeiro semestre, apontando um crescimento relevante da formação bruta de capital, fundamental para a sustentação do crescimento sem geração de

pressões inflacionárias, o cenário internacional pouco positivo foi fundamental na definição das decisões do COPOM.

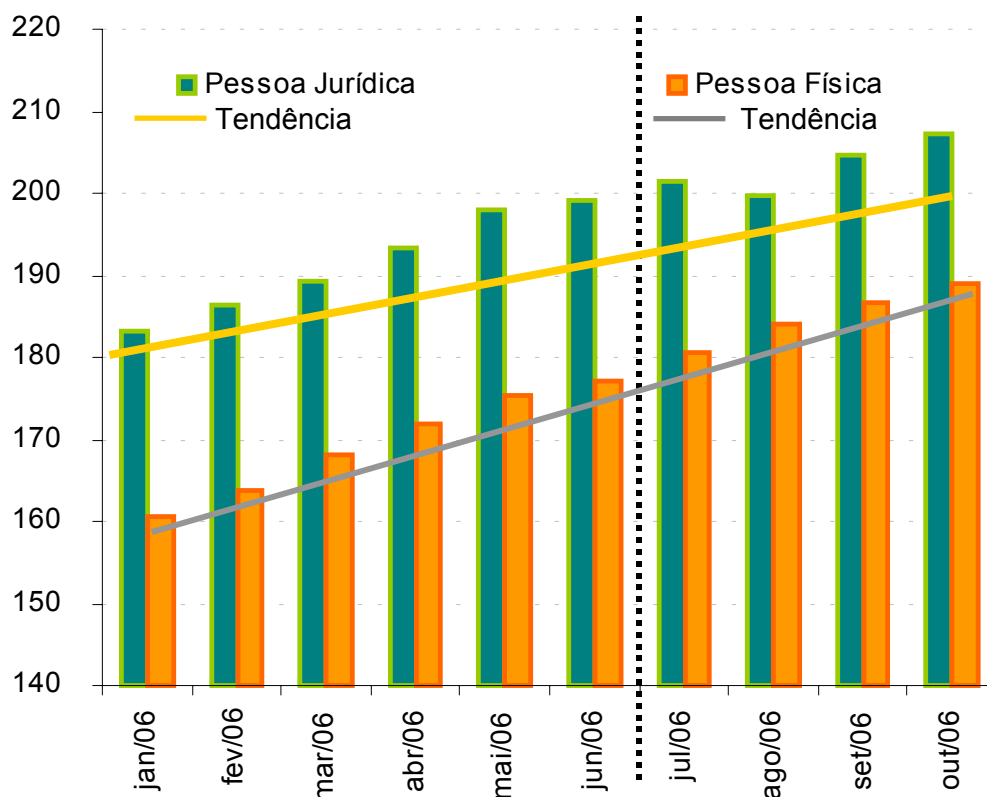
GRÁFICO 2.4 - EVOLUÇÃO DA EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO (%)



Fonte: BCB

Apesar de internamente todos os índices apresentarem tendência de queda da inflação no acumulado durante o primeiro semestre de 2006, em junho o preço do petróleo ultrapassava, quase que semanalmente, a patamares históricos. Os motivos que ora pressionavam as cotações da *commodity* eram a crise nuclear no Irã, o risco de escassez de gasolina nos EUA durante a temporada de verão e a falta de segurança nas instalações na Nigéria. As tensões no Oriente acabaram por se materializarem na invasão de Israel ao Líbano, em julho, colocando o mundo num estado de tensão sobre os prováveis desfechos do conflito. Ao mesmo tempo, os EUA anunciavam aumentos consecutivos nas taxas de juros e um grande número de organismos internacionais começaram a apontar um menor ritmo de crescimento para a economia americana em 2007, com, assim, prováveis resultados sobre a balança comercial brasileira em 2007, colaborando por diminuir a força favorável do câmbio sobre a inflação. Além disso, o crédito continuava a se expandir num ritmo acelerado (em junho, o crédito total acumulava 22,73% de aumento em 12 meses, com destaque ao crédito à pessoa física que acumulava aumento de quase 30% no mesmo período) e, uma vez associado ao crescimento da renda real, causava receio de possíveis pressões de demanda. Assim, parece razoável supor que o Banco Central seguiu aquilo que os fundamentos propunham, agindo não de maneira exageradamente conservadora, mas sim razoável com as informações disponíveis até o momento. O que nos parece é que ao iniciar o processo de diminuição das taxas de juros, esse processo poderia ter sido mais intenso, para que no segundo semestre do ano-efetividade da política monetária os eventuais ajustes fossem realizados, caso houvesse necessidade.

GRÁFICO 2.5 - EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE CRÉDITO (R\$ BILHÕES)



Fonte: BCB

No segundo semestre de 2006, um conjunto de fatores vieram a colaborar para uma inflação declinante. Os dados relativos ao PIB do segundo trimestre foram bastante tímidos, revelando uma economia desaquecida. O câmbio, por sua vez persistiu sua tendência de valorização e o petróleo reverteu sua tendência altista. Com isso, as prováveis pressões inflacionárias se dissiparam. Com a queda da inflação, uma economia desaquecida e a persistência de um cenário favorável em 2007, o ritmo de reduções da taxa de juros não foi diminuído. Atualmente⁵, as perspectivas de mercado para as TOP 5 são de uma meta *Selic* de 13,25% para o final de 2006 e 12% para o final de 2007, porém a dinâmica da *Selic* estará fortemente referendada em como hão de evoluir as trajetórias do nível de atividade e das expectativas de inflação.

O mercado espera que as quedas da *Selic* continuem ocorrendo, entretanto, não numa taxa suficiente para reduzir os atuais patamares das taxas de juros reais, que deverão ficar em torno de 7% a 8% a.a. ao final de 2007 (considerando as expectativas de inflação para os 12 meses seguintes) Assim, o quadro de permanência da inflação baixa tende a transferir quase em sua integralidade as variações na taxa real de juros, mesmo sendo elas pequenas. Um dos fatores que sustenta o fato das taxas de juros se reduzirem menos em 2007 é a expectativa de que as pressões inflacionárias no mundo forcem as economias desenvolvidas a assumirem políticas monetárias mais apertadas no próximo ano, ou na melhor das hipóteses, permanecerem nos mesmos níveis.⁶

⁵ Realizado com as informações disponíveis até 17 de Novembro/2006.

⁶ Vale destacar, porém, que há analistas que afirmam que a desaceleração do mercado de residências nos EUA têm aumentado as preocupações relativas ao desempenho da economia americana em 2007 e, pode

Associado a isso, o mercado espera que a balança comercial diminua seu vigor e, portanto, a via comercial deixe de exercer tamanha influência na dinâmica do câmbio, o que freia a queda da *Selic*. Contudo, vale destacar que, com o início do novo mandato pode haver algum tipo de transformação na configuração do COPOM a favor de uma formação mais aberta a uma política monetária mais frouxa, como vem sendo demandado por certos setores do governo.

TABELA 2.1 – PERSPECTIVAS PARA OS ÍNDICES DE INFLAÇÃO E TAXA SELIC

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
IPCA	5,69%	3,15%	4,70%	4,00%	3,60%
IGP-DI	1,23%	3,96%	5,10%	4,20%	3,70%
IGP-M	1,20%	3,80%	5,20%	4,20%	3,70%
INPC	5,05%	2,50%	4,40%	4,10%	3,50%
Selic-Meta (Fim de Período)	18,00%	13,25%	12,50%	12,00%	11,00%
Selic-Over (Média do Período)	19,04%	15,00%	13,00%	12,30%	11,90%

Fonte: IBGE, FGV e BCB. * Previsão. Estimativas: UEE / FIERGS

levar o Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano) a baixar os juros à medida que a economia perde força. Todavia, vale salientar, que isso não é uma unanimidade.

CRESCIMENTO BAIXO EM CENÁRIO DE MAIOR DEMANDA.

O cenário de baixo crescimento da produção industrial no ano de 2006 é o retrato de uma opção de política econômica que priorizou a ampliação do consumo e se esqueceu do incentivo à oferta nacional. Com os juros em queda, as perspectivas para o setor são melhores no ano de 2007.

Apesar da queda na taxa de juros nominal, o desempenho da indústria nacional em 2006 deve ficar aquém do verificado em 2005, e bem abaixo dos bons resultados de 2004. De um lado, tem-se a boa performance projetada para a indústria extrativa, na esteira do aumento da produção nesse setor em Estados importantes, como no Pará, com crescimento de 15%, Minas Gerais (+9,4%) e Rio de Janeiro (+8,4%). Por outro lado, a indústria de transformação, que possui maior peso na composição do indicador da indústria total, terá resultados mais heterogêneos, tanto do ponto de vista setorial quanto do ponto de vista regional.

Vários são os fatores que influenciaram esses resultados. Em primeiro lugar é importante lembrar a manutenção de um câmbio valorizado, que prejudicou o desempenho da indústria exportadora e reduziu a performance em estados com produção mais voltada ao setor externo, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Vale destacar que os primeiros impactos da valorização cambial, sentidos no ano de 2005, deram-se do ponto de vista de queda de receitas em reais. A seguir, com o aprofundamento das dificuldades de competição no cenário externo, em especial nos segmentos com maior concorrência, foi possível sentir de forma intensa a redução na produção no ano de 2006.

O segundo fator a contribuir de forma negativa para o desempenho da indústria nacional no ano de 2006 foi a queda na produção no setor de máquinas e equipamentos, em especial no subsetor de máquinas e implementos agrícolas. Ressalta-se que, nesse caso, o estado mais atingido foi o Rio Grande do Sul, maior produtor nacional de tratores e colheitadeiras.

Por outro lado, o aumento do crédito a pessoas físicas produziu impactos positivos sobre a demanda de produtos de bens de consumo duráveis, com destaque para São Paulo, na produção de máquinas de escritório e equipamentos de informática, e também Minas Gerais na produção de veículos automotores.

A estabilidade de preços, conjugada com a geração de pouco mais de um milhão de postos de trabalhos formais, contribuiu para um cenário de ganhos de renda real para o trabalhador e também para um aumento da massa de salários na economia. Nesse sentido, o consumo das famílias aumentou de forma acentuada, puxando não apenas as vendas, mas também a produção doméstica.

Do total de subsetores da indústria, monitorados pelo IBGE, 13 tiveram performance significativa, com destaque para a produção de eletrodomésticos da linha marrom, que deve encerrar o ano com expansão de cerca de 15%, e também a produção de equipamentos para produção, distribuição e controle de energia elétrica. Na outra ponta, as maiores quedas estiveram relacionadas com a produção de tratores, que devem encerrar o ano com retração de 21%, a indústria de construção e montagem de vagões ferroviários, projeção de queda de 16%, além da produção de tubos, ferros e aço,

construção de embarcações, artefatos de metal e cutelaria, madeira e defensivos agrícolas.

**TABELA 3.1 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SUBSETORES
(MAIORES VARIAÇÕES %)**

	Var. (%) no ano	Var. em 12 meses
Eletrodomésticos da "linha marrom"	16,37%	13,29%
Equip. p/ prod., distr. e controle de energia elétrica	16,37%	20,58%
Outros veículos e equipamentos de transporte	12,30%	11,62%
Artefatos diversos de material plástico	11,79%	10,18%
Fabricação e refino de açúcar	11,78%	0,16%
Carrocerias e reboques	11,77%	8,99%
Extração de minérios ferrosos	11,54%	11,36%
Eletrodom. da "linha branca", ex- fornos de microondas	11,43%	4,72%
Couro e fabricação de artefatos , exclusive calçados	10,13%	9,84%
Condutores e outros mat. Elétr. exclusive para veículos	9,82%	9,26%
Metalurgia dos não-ferrosos	9,55%	7,57%
Máq. e equip. para extração mineral e para construção	9,01%	13,09%
Álcool	8,05%	-0,61%
Total da Indústria de Transformação	2,41%	2,06%

Fonte: IBGE. Até setembro/2006

Em termos setoriais, destaque para os bons resultados na produção de máquinas para escritório e equipamentos de informática – como dito anteriormente, beneficiando a indústria de São Paulo – máquinas, aparelhos e materiais elétricos (indústria do Ceará, Santa Catarina e Paraná), Equipamentos médico-hospitalar, ópticos e outros (indústria do Amazonas) e bebidas (Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro).

**TABELA 3.2 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORES ACIMA DA MÉDIA
(VARIAÇÃO %)**

	Var. (%) no ano	Var. em 12 meses
Máquinas para escritório e equip. de informática	53,73%	50,70%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11,86%	14,11%
Equip. de instrum. médico-hospitalar, ópticos e outros	9,35%	5,94%
Bebidas	6,22%	5,89%
Mobiliário	6,08%	5,37%
Fumo	5,64%	6,59%
Farmacêutica	4,80%	8,11%
Refino de petróleo e álcool	2,89%	2,00%
Celulose, papel e produtos de papel	2,58%	2,72%
Metalurgia básica	2,46%	1,69%
Total da Indústria de Transformação	2,41%	2,06%

Fonte: IBGE. Até setembro/2006

De outro lado, dentre os setores industriais com resultados abaixo da média nacional destacam-se a produção de madeira (indústria de Santa Catarina e Paraná); vestuário e acessórios, atingindo os estados do Ceará e Santa Catarina; calçados e artigos de couro (indústria do Rio Grande do Sul e do Pernambuco) e, por fim, os produtos de metal, com piores resultados nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

**TABELA 3.3 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL – SETORES ABAIXO DA MÉDIA
(VARIAÇÃO %)**

	Var. (%) no ano	Var. em 12 meses
Máquinas e equipamentos	2,34%	0,45%
Borracha e plástico	2,23%	1,28%
Outros equipamentos de transporte	2,22%	3,04%
Têxtil	1,92%	0,81%
Minerais não metálicos	1,91%	1,90%
Alimentos	1,77%	1,11%
Veículos automotores	1,69%	1,80%
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,49%	3,06%
Material eletr., aparelhos e equip. de comunicações	0,28%	0,08%
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	0,23%	-0,10%
Diversos	-1,79%	-0,68%
Outros produtos químicos	-2,23%	-2,34%
Produtos de metal - exclusive máqu. e equipamentos	-2,41%	-2,86%
Calçados e artigos de couro	-3,73%	-4,63%
Vestuário e acessórios	-6,84%	-7,84%
Madeira	-8,10%	-8,20%

Fonte: IBGE. Até setembro/2006

Em relação às categorias de uso, como salientado anteriormente, a estabilidade de preços, a redução dos juros nominais, o aumento do crédito e a geração de empregos formais, contribuiu para uma expansão significativa da produção de bens de consumo duráveis, que deve encerrar o ano com expansão de cerca de 6,6%. Já a produção de bens intermediários não acompanhou esse aumento, e cresceu abaixo do total da indústria de transformação.

**TABELA 3.4 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL – CATEGORIAS DE USO
(VARIAÇÃO %)**

	Var. (%) no ano	Var. em 12 meses
Bens de consumo duráveis	6,53%	6,68%
Bens de capital	5,24%	5,07%
Bens de consumo	3,35%	3,40%
Semiduráveis e não duráveis	2,46%	2,57%
Bens intermediários	1,99%	1,46%
Total da Indústria de Transformação	2,41%	2,06%

Fonte: IBGE. Até setembro/2006

O cenário de juros em queda tem beneficiado a produção de bens de capital. É bem verdade que o câmbio valorizado impediu que esse resultado pudesse ser mais significativo, na medida em que aumenta a exposição do setor à concorrência internacional no mercado interno e reduz a competitividade no mercado externo. Assim, o resultado divulgado está concentrado em apenas dois importantes grupos: a produção de itens de bens de capital destinados à construção civil, juntamente com o desempenho da produção de bens de capital destinados à energia elétrica.

Por outro lado, apesar de se projetar que o segmento de produção de equipamentos de transporte encerre o ano com queda de cerca de 1,1%, é importante ressaltar que o mesmo apresenta uma tendência de recuperação.

**TABELA 3.5 - PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL – GRUPOS SELECIONADOS
(VARIÇÃO %)**

	Var. (%) no ano	Var. (%) 12 meses
Construção Civil	11,7%	16,8%
Energia Elétrica	32,0%	36,8%
Equipamentos de Transporte	-1,5%	-0,9%

Fonte: IBGE. Até setembro/2006

À exceção da indústria de transformação do Amazonas, que deve terminar o ano com queda de cerca de 0,8%, todos os demais estados da região Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, apresentam resultados positivos. Já os três estados da região Sul devem ter queda conjunta da produção nesse segmento. O destaque estadual deve ser a expansão no Pará, que está em 12% nos últimos 12 meses terminados em setembro, seguida do Espírito Santo, Pernambuco e Minas Gerais. O mapa retrata os estados com os melhores perfis em termos de desempenho para o período. As cores mais escuras representam aqueles com maiores taxas de crescimento.

**FIGURA 3.1 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL TOTAL
(VARIÇÃO % ACUMULADA NO ANO)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2006

A justificativa para que os três estados do Sul tenham uma queda conjunta na produção industrial no ano de 2006, pode ser feita a partir da análise setorial. No Paraná, as maiores quedas na produção devem ocorrer no segmento de veículos automotores (que tem importante peso para a indústria local) e a indústria de madeira. Destaca-se que, no primeiro caso, tem-se um efeito local de redução e fechamento de fábrica, uma vez que a produção de veículos em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do

Sul aumenta. Outro segmento a apresentar grande retração no Paraná foi a indústria da madeira, que também cai nos dois outros estados onde é feita a coleta de dados pelo IBGE, Santa Catarina e Pará. Portanto, esse pode ser caracterizado como um problema setorial.

Por fim, outro segmento que apresenta forte retração em Santa Catarina, e que tem importância para a composição do PIB do setor, é a indústria de vestuário e acessórios. Da mesma forma, nos dois outros estados onde a mesma é pesquisada, São Paulo e Ceará, há queda na produção nos últimos 12 meses, o que nos leva a inferir sobre a existência de um problema setorial no país.

TABELA 3.6 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL TOTAL – DESEMPENHO SETORIAL

	Melhores desempenhos		Piores desempenhos	
Amazonas	Edição, impr. e repr. de gravações	Produtos de metal - ex. máq. e equip.	Refino de petróleo e álcool	Produtos químicos
Pará	Indústria extrativa	Alimentos e bebidas	Madeira	Celulose, papel e produtos de papel
Ceará	Refino de petróleo e álcool	Produtos químicos	Vestuário e acessórios	Calçados e artigos de couro
Pernambuco	Borracha e plástico	Minerais não metálicos	Refino de petróleo e álcool	Produtos químicos
Bahia	Celulose, papel e produtos de papel	Metalurgia básica	Produtos químicos	Veículos automotores
Minas Gerais	Indústria extrativa	Máquinas e equipamentos	Outros produtos químicos	Produtos de metal - ex. máq. e equip.
Espírito Santo	Alimentos e bebidas	Metalurgia básica	Celulose, papel e produtos de papel	Minerais não metálicos
Rio de Janeiro	Indústria extrativa	Alimentos	Perfumaria, sabões, detergentes e	Borracha e plástico
São Paulo	Farmacêutica	Máq. para escritório e equip. de informática	Vestuário e acessórios	Produtos de metal - ex. máq. e equip.
Paraná	Borracha e plástico	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	Madeira	Veículos automotores
Santa Catarina	Borracha e plástico	Veículos automotores	Vestuário e acessórios	Madeira
Rio Grande do Sul	Alimentos	Bebidas	Calçados e artigos de couro	Máquinas e equipamentos
Goiás	Produtos químicos	Metalurgia básica	Indústria extrativa	Alimentos e bebidas

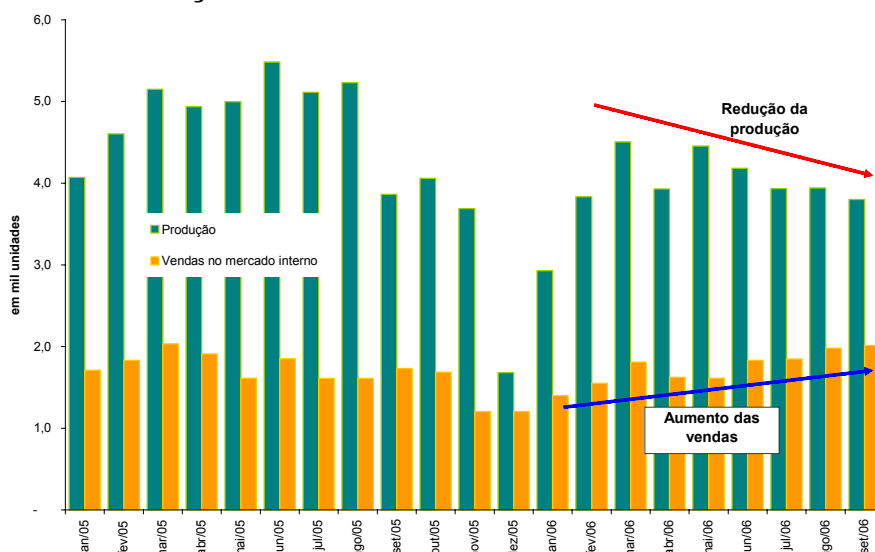
Fonte: IBGE. Até setembro/2006

Na indústria do Rio Grande do Sul, apenas os setores de alimentos e bebidas, celulose e papel, borracha e plástico e veículos automotores, não apresentam queda nos últimos 12 meses terminados em setembro. Todos os demais segmentos industriais estão em retração. A indústria de calçado e couro, foi fortemente impactada pela valorização do câmbio e também pela restrição de créditos de ICMS de exportação (no caso do Rio Grande do Sul), que contribuiu para deprimir ainda mais a atividade nas micro e pequenas empresas. Ressalta-se que, em todos os três estados onde a pesquisa setorial é feita – Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul – é possível notar retração na produção de calçados e de couro, o que nos leva a concluir sobre a existência de um problema setorial, e não apenas localizado regionalmente.

Outro segmento a apresentar forte queda no estado gaúcho é a indústria de máquinas e equipamentos, puxada pela queda na produção de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas. Destaca-se que o segmento de máquinas e equipamentos apresenta expansão quando calculado para a média brasileira, sendo puxado pelos bons resultados na indústria de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. No Paraná, onde a pesquisa desse setor também é feita, há uma retração na produção. É importante destacar que a pauta de produção é diferenciada nesses estados. O Rio Grande do Sul e o Paraná produzem máquinas agrícolas ao passo que São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina tem uma pauta mais diversificada.

A despeito desse cenário de retração no setor, os números relativos a vendas no mercado interno iniciaram um processo de recuperação, apesar da mesma se mostrar lenta e gradual, mas sinaliza que, para o ano de 2007, há uma perspectiva de retomada da produção. É certo que não nos mesmos patamares pré-crise do setor agropecuário nacional, mas pode ser o suficiente para reverter os números negativos no estado do Rio Grande do Sul e do Paraná.

GRÁFICO 3.1 - PRODUÇÃO E VENDAS DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS NACIONAIS



Fonte: IBGE. Até setembro/2006

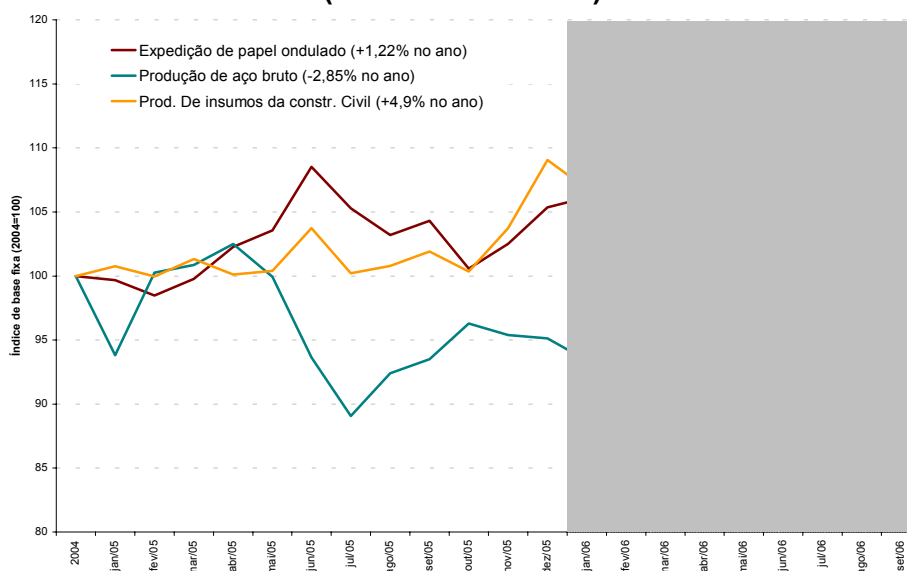
As projeções para o ano de 2007 para a indústria brasileira, no cenário moderado, consideram a manutenção de uma política monetária mais branda, com a meta *Selic* encerrando o ano em 12%. Saliencia-se que tal comportamento será possível na medida em que se projeta estabilidade dos índices de preços e da taxa de câmbio. De um lado, o aspecto positivo deve ser um maior nível de investimentos no país, o que irá contribuir de forma positiva para a demanda por bens de capital. Nesse caso, as recentes políticas de incentivo à expansão ao crédito habitacional, podem contribuir para a manutenção de taxas de crescimento elevadas na produção de bens de capital destinados à construção civil.

Porém, de outro lado, o câmbio mais valorizado deve resultar em uma menor dinâmica na recuperação de setores exportadores intensivos em mão-de-obra e também que se fazem presente em um mercado internacional com estrutura de elevada concorrência, onde é mais difícil promover reajustes de preços. Da mesma forma, a exposição à concorrência internacional no mercado interno deve prejudicar setores como

calçados e couro, vestuário e têxtil. O aspecto positivo desse cenário deve ser a projeção de menores reajustes de preços de produtos desses setores.

Os principais indicadores de conjuntura, que sinalizam uma tendência para a produção industrial em momentos posteriores, estão positivos no ano de 2006. Analisando a tendência recente, pode-se ver que a produção de aço bruto mostra forte recuperação, da mesma forma que a expedição de papel ondulado, embora em menor magnitude. A despeito do recente desempenho da indústria de bens de capital para a construção civil e as perspectivas de continuação do cenário positivo nesse setor para o ano de 2007, o indicador de produção de insumos para a construção civil mostra uma certa estabilidade nos últimos meses. Mas, no ano a taxa de crescimento é de quase 5%.

**GRÁFICO 3.2 - INDICADORES DE CONJUNTURA
(NÚMERO ÍNDICE)**



Fonte: IBGE. Até setembro/2006

No caso da indústria extrativa, os estados de Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro, devem continuar a ter bons resultados, e a perspectiva é que esse segmento tenha expansão de quase 7%, dando seqüência a três anos de crescimento significativo. No caso da indústria de transformação, a maior taxa de crescimento deve ser puxada pela recuperação dos segmentos de máquinas e equipamentos, com impactos positivos no setor de produtos de metal, além da perspectiva de desempenho positivo nas demais indústrias do complexo metal-mecânico. Com isso, no cenário moderado as perspectivas são de crescimento da ordem de 3,5%.

TABELA 3.7 - PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Indústria extrativa mineral	10,3%	7,8%	5,80%	6,9%	7,3%
Indústria de transformação	3,1%	2,2%	3,3%	3,5%	3,7%
Indústria Geral	3,4%	2,6%	3,4%	3,6%	3,9%
Indústria Total*	2,5%	4,2%	4,7%	4,9%	5,1%

Fonte: IBGE. *Estimativa UEE/FIERGS. Previsões da UEE/FIERGS

Com isso, o indicador da indústria geral, que contempla a indústria extrativa mineral e de transformação, deve ter desempenho de cerca de 3,6%. Somando-se a esses dois segmentos as projeções de crescimento da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública, a indústria total deve ter expansão da ordem de 4,9%.

Vale ressaltar que, mesmo diante de um cenário um pouco mais pessimista, onde projetam-se juros e inflação mais elevados que o cenário moderado, a indústria deve crescer em 2007. Tal projeção está embasada no fato de que a piora no cenário macroeconômico não deve ser significativa o suficiente para reverter uma projeção de crescimento da produção na indústria nacional no próximo ano.

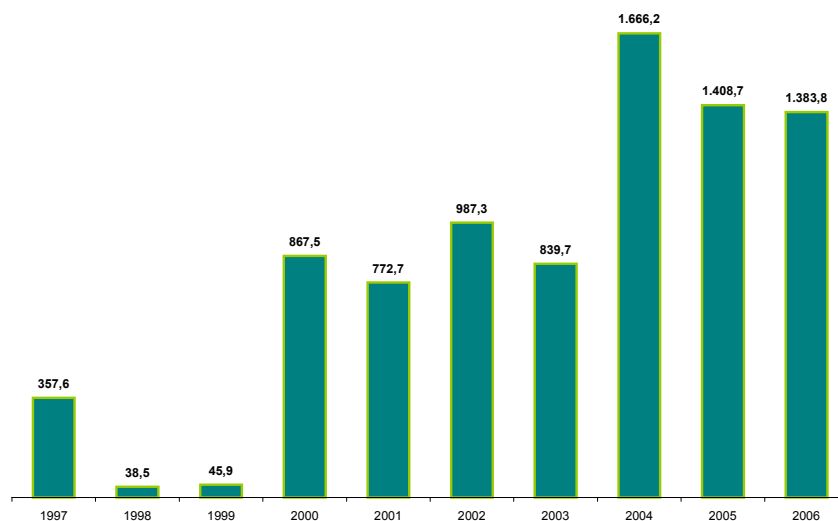
AUMENTO NA OCUPAÇÃO NÃO REDUZ O DESEMPREGO.

O mercado de trabalho no ano de 2006 foi marcado pelo crescimento do nível de emprego, em que pese não tenha sido suficiente para diminuir as taxas de desemprego. A renda do trabalhador, da mesma forma, registrou expansão em resposta à queda da inflação, aos reajustes salariais e do salário mínimo. Para 2007, sem mudanças importantes no cenário econômico nacional, projeta-se a continuidade desse processo, embora em ritmo inferior.

Em sintonia com o ritmo da atividade econômica em 2006, o mercado de trabalho brasileiro se caracterizou por uma leve desaceleração da tendência de crescimento ocorrida em 2004 e 2005, em especial, no que se refere ao nível de ocupação. Nesse sentido, os empregos só devem retomar de forma mais consistente a partir de um crescimento econômico mais robusto.

A análise a ser feita sobre o comportamento do mercado de trabalho foi dividida em três partes. A primeira contempla a geração de postos de trabalho formal nos últimos meses, cujos dados são disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho – CAGED / MTE. A segunda parte acompanha o nível de emprego da indústria de transformação estimado pela Pesquisa Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Estas duas consideram apenas os trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Ainda no que se refere à indústria, há a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) divulgada pelo IBGE de âmbito nacional. Por fim, a terceira parte acompanha a evolução do nível de ocupação formal e informal, dos rendimentos reais e da taxa de desemprego com as informações da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE – PME / IBGE - para o conjunto da economia das principais regiões metropolitanas.

**GRÁFICO 4.1 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO TOTAL
GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL – JANEIRO A SETEMBRO – BRASIL**



Fonte: CAGED/MTE

A análise dos empregos formais através do CAGED / MTE confirmou o comportamento favorável do mercado de trabalho com a criação de mais de 1,38 milhão de postos no Brasil de janeiro a setembro deste ano. Embora este total corresponda a uma diminuição de 1,8% no número de vagas abertas no mesmo período de 2005, o volume é historicamente elevado ficando atrás apenas do ano passado e de 2004, quando o indicador bateu recorde histórico.

Esse menor ímpeto na geração de vagas em 2006 foi determinado pelo setor de Serviços, fundamentalmente pelo comércio varejista, pelo segmento de transportes e serviços prestados às empresas. Os demais setores econômicos registraram um crescimento no número de postos criados, na comparação com o mesmo período de 2005, com destaque para a agropecuária que cresceu 51%.

TABELA 4.1 - GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL-BRASIL (em unidades)

	Geração de emprego		Diferença
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006	
Agropecuária	139.993	211.877	71.884
Indústria Total	413.683	486.674	72.991
Indústria Extrativa Mineral	9.538	14.901	5.363
Indústria de Transformação	291.300	335.493	44.193
Prod. Dist. Elet, gás, água	5.132	4.871	(261)
Construção Civil	107.713	131.409	23.696
Serviços	855.018	685.254	(169.764)
Total	1.408.694	1.383.805	(24.889)

Fonte: CAGED/MTE.

Em termos regionais, os dados de 2006 apontam para um saldo positivo em todas as regiões do País. Porém, a desaceleração na geração de emprego foi apresentada de forma mais intensa pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste e só não foi registrado na região Sul. O aumento no ritmo das contratações verificado nessa região retrata, na realidade, o fraco desempenho do ano passado.

TABELA 4.2 - GERAÇÃO EMPREGO FORMAL-REGIÕES-BRASIL (em unidades)

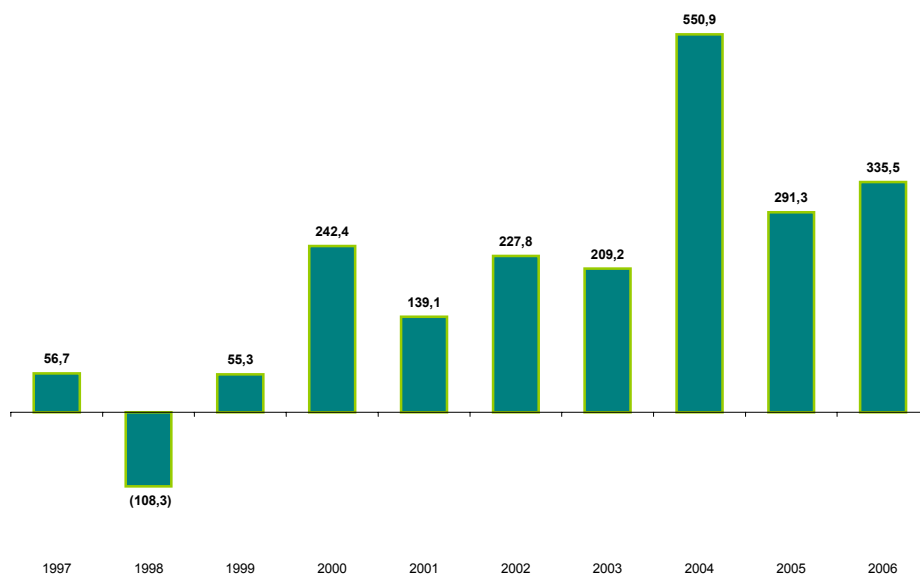
	Geração de emprego		Diferença
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006	
Região Norte	56.680	54.768	(1.912)
Região Nordeste	165.725	150.013	(15.712)
Região Sudeste	922.182	915.452	(6.730)
Região Sul	167.487	177.830	10.343
Região Centro Oeste	96.620	85.742	(10.878)
Total	1.408.694	1.383.805	(24.889)

Fonte: CAGED/MTE

No que se refere especificamente à Indústria de Transformação, na comparação com o ano passado, o número de contratações líquidas (admitidos menos demitidos) aumentou 15,2%, totalizando 335,5 mil, refletindo a expansão das vendas e da produção industrial, e ficando atrás apenas do recorde de 2004.

No âmbito dos gêneros industriais, todos registraram saldos positivos no indicador. Da totalidade dos postos criados pelo setor em 2006, as maiores contribuições foram dadas por alimentos e bebidas (116,4 mil), químicos (52,9 mil) e vestuário e acessórios (25,5 mil).

GRÁFICO 4.2 - GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL – JANEIRO A SETEMBRO – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL (em mil unidades)



Fonte: CAGED/MTE

O ritmo mais intenso, na comparação com o ano passado, porém, foi determinado, principalmente, pelas empresas dos setores coureiro-calçadista, madeira e química, devido mais ao desempenho medíocre de 2005 do que a uma expansão resultante de um cenário conjuntural favorável. Por outro lado, ocorreram desacelerações expressivas no âmbito da criação de emprego nos setores de material eletrônico e montagem de veículos. Vale lembrar, a desaceleração verificada nesses dois gêneros industriais não significa postos de trabalho fechados e sim vagas criadas em quantidade inferior ao período de comparação. Os dados setoriais podem ser visualizados na tabela a seguir.

TABELA 4.3 - GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL (em unidades)

	Geração de emprego		Diferença
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006	
Alimentos e bebidas	106.660	116.399	9.739
Produtos do fumo	1.265	701	(564)
Produtos têxteis	9.056	7.878	(1.178)
Vestuário e acessórios	29.922	25.510	(4.412)
Couros, artef. e calçados	4.224	18.606	14.382
Produtos de madeira	(10.830)	2.469	13.299
Celulose, papel e produtos de papel	3.958	2.375	(1.583)
Edição, impressão e rep. de gravações	6.826	7.226	400
Produtos químicos	39.455	52.940	13.485
Borracha e plástico	17.372	15.623	(1.749)
Minerais não metálicos	13.734	11.583	(2.151)
Metalurgia básica	4.102	7.184	3.082
Produtos de metal	13.120	18.558	5.438
Máquinas e equipamentos	5.067	11.532	6.465
Máquinas para escritório e equip de informátic...	3.687	5.203	1.516
Máquinas, apar. e mat. elétricos	6.742	6.689	(53)
Material eletrônico e de com.	7.221	1.893	(5.328)
Equipamentos de instrumentacao p/ uso médico hospital...	2.454	2.319	(135)
Veículos automotores	16.321	7.153	(9.168)
Outros equipamentos de transporte	2.907	4.189	1.282
Móveis e indústrias diversas	6.641	8.291	1.650
Reciclagem	1.396	1.172	(224)
Total	291.300	335.493	44.193

Fonte CAGED/MTE

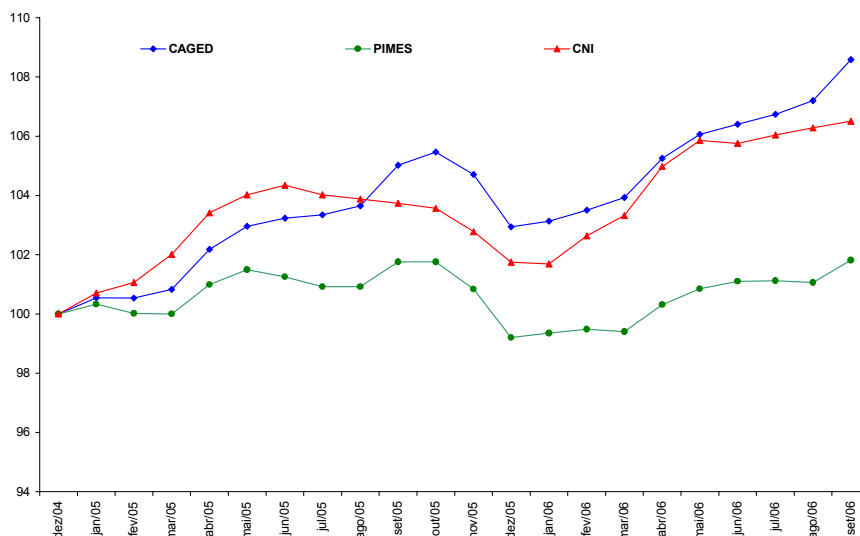
Outra maneira de analisar o comportamento do emprego industrial é pelo seu nível (estoque de empregados), que gera números diferentes do fluxo (criação de postos de trabalho). Isto é particularmente importante na medida em que podemos ter, dependendo da trajetória do indicador ao longo do tempo, geração de emprego e diminuição do volume de empregados quando se comparam dois períodos análogos. Especificamente nesse ano, isso ocorre quando o total de vagas criadas em 2006 não compensou a perda acumulada ocorrida ao longo do ano passado.

Por exemplo, o setor de madeira brasileiro empregou em média 247,7 mil pessoas no período de janeiro a setembro de 2005. Ao longo de todo o ano passado, o setor demitiu 20 mil trabalhadores. Portanto, apesar da geração de 2,5 mil novas contratações de 2006 (fluxo positivo), o seu estoque médio ao longo dos nove primeiros meses do ano é de 231,6 mil trabalhadores, inferior ao nível registrado no mesmo período de 2005.

Assim, a análise de nível de emprego, ao mesmo tempo em que complementa a anterior, representa um retrato mais fidedigno do desempenho da variável. Além dos dados do CAGED demonstrados até aqui, serão apresentados também os resultados do emprego dos Indicadores Industriais da CNI e da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES/IBGE), que em conjunto, são fontes de análise do emprego industrial e abrangem todo o território nacional.

Em primeiro lugar, cabe referir a discrepância dos dados divulgados pela PIMES/IBGE que aponta uma retração no emprego industrial brasileiro de 0,34% ante as expansões estimadas pelo M.T.E. e pela CNI, de 3,1% e 1,7%, respectivamente, no período de janeiro a setembro desse ano em relação ao análogo de 2005.

GRÁFICO 4.3 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL - BRASIL



Fonte: CNI, IBGE e MTE

Como podemos observar, a trajetória do indicador de emprego da PIMES/IBGE demonstra uma tendência de estabilidade ao longo dos últimos 19 meses apresentando apenas variações sazonais. Esse comportamento é bastante diferente daquele traçado pelos outros dois indicadores que, além das variações sazonais, demonstram claramente uma tendência de expansão.

Algumas considerações nesse momento devem ser feitas no que se refere à metodologia aplicada por cada órgão de pesquisa. Os registros do CAGED trabalham com todo o universo de empresas formais. A amostra dos Indicadores Industriais/CNI

abrange somente as empresas com mais de 20 empregados com carteira assinada. Portanto, os registros administrativos do CAGED e a amostra dos Indicadores industriais da CNI podem estar captando, além das vagas novas, um movimento de formalização do trabalho. Ou seja, parte do número refere-se a vagas já existentes que saíram da informalidade. No que se refere especificamente ao comportamento da PIMES/IBGE, na medida que a metodologia do Instituto abrange também o mercado informal, uma hipótese é de que a retração registrada estaria sendo influenciada pelo setor informal da indústria brasileira.

Entre os setores industriais, os maiores diferenciais, entre o CAGED/MTE e a PIMES/IBGE, são percebidos no segmento de vestuário (+4,0% vs -5,4%), artefatos de couros e calçados (-2,2% vs -13,1%) e máquinas e equipamentos (+1,9% vs -7,6%).

TABELA 4.4 - EMPREGO INDUSTRIAL – PIMES VS CAGED

	Emprego Industrial	
	CAGED/M.T.E.	PIMES/IBGE
Alimentos e Bebidas	5,4%	8,1%
Fumo	-8,1%	-6,7%
Têxtil	0,9%	-1,6%
Vestuário e acessórios	4,0%	-5,4%
Artefatos de couro e Calçados	-2,2%	-13,1%
Madeira	-6,5%	-8,8%
Editorial e Gráfica	4,8%	-1,1%
Coque e refino de petróleo	11,2%	13,2%
Química	2,8%	1,8%
Borracha e Plástico	5,2%	-2,5%
Minerais não-metálicos	3,6%	-2,1%
Metalurgia básica	1,6%	1,4%
Produtos de metal	4,4%	-0,5%
Máquinas e equipamentos	1,9%	-7,6%
Material elétrico e de comunicações	5,6%	5,0%
Material de Transporte	2,8%	2,7%
Indústria de Transformação	3,1%	-0,3%

Fonte: M.T.E./CAGED

De qualquer forma a conclusão é de que a evolução do emprego na indústria nacional é relativamente modesta embora melhor do que registrada no ano passado. Esse desempenho reflete o baixo padrão de crescimento da economia como um todo, insuficiente para determinar uma redução mais forte da taxa de desemprego. Uma expansão mais robusta da ocupação só ocorrerá com um crescimento da economia mais vigoroso.

De qualquer maneira, diante da ausência de maiores evidências, uma explicação mais detalhada deste comportamento deve ser objeto de análise mais aprofundada, fora do escopo dessa análise de conjuntura.

Por fim, na tabela a seguir é apresentado o nível de emprego (estoque) com base nas informações do CAGED que refere-se apenas ao segmento formal da atividade industrial do País.

Vale novamente lembrar, a diferença entre geração de postos de trabalho e nível de emprego: a indústria nacional gerou 335.493 novos empregos entre janeiro e setembro de 2006, entretanto, o número de pessoas empregadas nesse mesmo período ante o análogo de 2005 é de apenas 16.333 maior. Isso ocorre devido ao efeito da sazonalidade positiva, que tem em sua composição uma boa parte de trabalhadores temporários que tendem a ser desligados no final de cada ano (sazonalidade negativa). Dessa forma,

quando comparamos estoques entre períodos iguais a sazonalidade é eliminada, e o desempenho do emprego é mais modesto.

Os três segmentos industriais registram estoques de empregados abaixo do observado em 2005 são fumo, artefatos de couros e calçados e madeira. Os melhores desempenhos, em termos relativos, foram dados pelos setores de máquinas para escritórios e equipamentos de informática, refino de petróleo e material eletrônico e de comunicações. Em termos absolutos, que leva em consideração o número de empregados, destaque para o setor alimentício (incluído bebidas), vestuário e produtos de metal.

TABELA 4.5 - NÍVEL DE EMPREGO – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASIL

	Estoque de empregados		Diferença Absoluta	Diferença percentual
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006		
Alimentos e Bebidas	1.176.287	1.240.217	63.930	5,4%
Fumo	26.546	24.399	(2.147)	-8,1%
Têxtil	307.168	309.980	2.812	0,9%
Vestuário e acessórios	509.812	530.101	20.290	4,0%
Artefatos de couro e Calçados	397.145	388.419	(8.726)	-2,2%
Madeira	247.761	231.569	(16.192)	-6,5%
Celulose e produtos de papel	139.244	141.762	2.518	1,8%
Editorial e Gráfica	195.875	205.309	9.434	4,8%
Coque e refino de petróleo	88.956	98.899	9.943	11,2%
Química	314.049	322.745	8.697	2,8%
Borracha e Plástico	331.873	349.047	17.174	5,2%
Minerais não-metálicos	299.111	310.022	10.911	3,6%
Metalurgia básica	223.008	226.665	3.657	1,6%
Produtos de metal	372.290	388.682	16.392	4,4%
Máquinas e equipamentos	325.576	331.629	6.053	1,9%
Máq. p/ escritório e equip. de informatic...	28.802	35.519	6.717	23,3%
Material elétrico e de comunicações	140.142	147.938	7.796	5,6%
Mat.l eletrônico e de apar. e equip. de com....	78.004	83.862	5.858	7,5%
Equip.de instrum. para usos medico-hospital....	45.068	47.745	2.678	5,9%
Material de Transporte	337.319	346.835	9.516	2,8%
Outros equipamentos de transporte	61.202	64.709	3.507	5,7%
Móveis e indústrias diversas	294.233	296.974	2.741	0,9%
Reciclagem	19.651	20.280	629	3,2%
Total	5.959.120	6.143.308	16.393	3,1%

Fonte: CAGED/MTE

TAXA DE DESEMPREGO

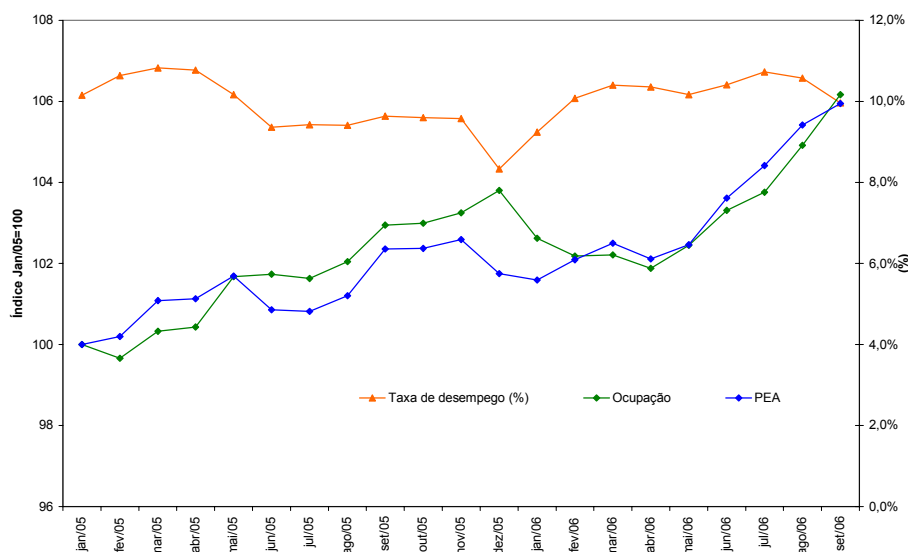
A taxa de desemprego nas regiões metropolitanas se caracteriza desde 2005 por uma relativa estabilização: nos primeiros nove meses de 2006 foi de 10,2% ante os 10,0% em média registrado no mesmo período de 2005. A diferença de 0,2 pontos percentuais é explicada pelo crescimento mais intenso da População Economicamente Ativa – PEA (força de trabalho), 2,3% no período em análise, contra uma expansão da ocupação (demanda por trabalhadores) de 2,1%. Portanto não é resultado de queda no nível de emprego da economia e sim pela incapacidade desta de gerar empregos suficientes para compensar a entrada de novos membros na força de trabalho.

Em termos absolutos, esse diferencial (0,2%) representa um acréscimo de 89,4 mil indivíduos no contingente de desempregados, situação esta que alcança, em 2006, 2,3 milhões de trabalhadores no total das regiões metropolitanas pesquisadas.

Em termos regionais, a taxa de desemprego no ano de 2006 aumentou nas regiões metropolitanas de Recife, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, caindo em Belo Horizonte e Salvador. Nas regiões onde a taxa de desemprego cresceu, a dinâmica do

desemprego foi igual: resultado do comportamento da força de trabalho e não como decorrência de redução nos postos de trabalho.

GRÁFICO 4.4 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO – TOTAL RM



Fonte: PME/IBGE

TABELA 4.6 - TAXA DE DESEMPREGO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

	Taxa de Desemprego		Diferença (p.p)
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006	
Recife	12,9%	15,4%	2,5%
Salvador	15,7%	13,9%	-1,8%
Belo Horizonte	9,1%	8,7%	-0,4%
Rio de Janeiro	7,8%	8,2%	0,4%
São Paulo	10,6%	10,7%	0,1%
Porto Alegre	7,5%	8,1%	0,6%
Total das áreas	10,0%	10,2%	0,2%

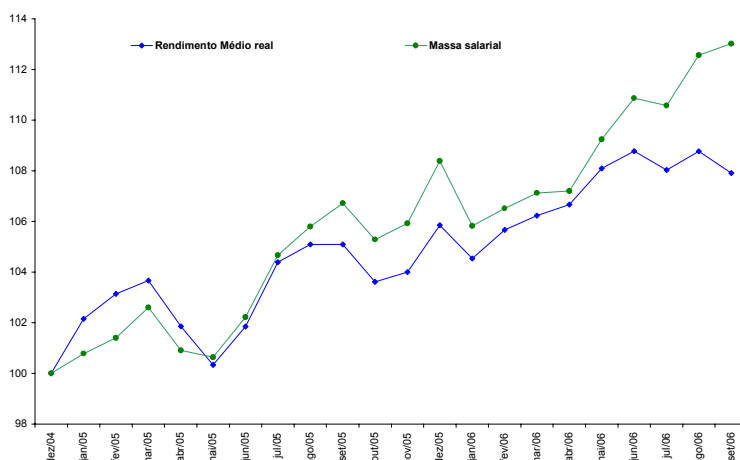
Fonte: PME/IBGE

RENDIMENTOS

No que se refere a esta variável, há duas formas de análise: a primeira é derivada da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), que abrange o setor formal e informal das principais regiões metropolitanas e a segunda, a partir do setor formal da economia do CAGED / MTE que tem abrangência nacional.

De uma maneira geral, o rendimento dos trabalhadores apresentou uma sensível melhora em 2006. Os aumentos reais do salário mínimo e os reajustes no setor público e privado explicam este comportamento. Nesse sentido, o rendimento médio real do trabalhador aumentou 4% enquanto a massa salarial do total das regiões pesquisadas cresceu 6,2% no período janeiro a setembro de 2006 ante o mesmo período de 2005, em resposta ao crescimento da ocupação. Em valores absolutos, a crescimento dos rendimentos totais recebidos habitualmente pelos trabalhadores representou uma injeção média de R\$ 1,2 bilhões/mês, em valores de setembro, nas economias das regiões metropolitanas pesquisadas, sendo que cada trabalhador recebeu em média R\$ 39,3/mês a mais do que em 2005.

GRÁFICO 4.5 - RENDIMENTO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO



Fonte: PME / IBGE

O gráfico acima demonstra claramente a trajetória ascendente do rendimento médio e da massa salarial desde o início do ano passado. A expansão do primeiro se deu com mais intensidade no setor público e no setor privado, principalmente, entre os trabalhadores sem carteira assinada. Os rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada cresceram, porém, aquém da média geral da economia.

TABELA 4.7 - RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHADOR

	Rendimento médio R\$		Variação (%)
	Jan/set-2005	Jan/set-2006	
Setor Privado com carteira assinada	998,43	1.031,50	3,3%
Setor Privado sem carteira assinada	644,08	673,78	4,6%
Setor Público	1.470,34	1.549,54	5,4%
Conta própria	771,72	807,74	4,7%
Total	983,92	1.023,27	4,0%

Fonte: PME/IBGE

O rendimento médio do trabalhador metropolitano aumentou em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, de forma mais significativa, entretanto, em Recife e Salvador. A massa de salários, de mesma forma, expandiu em todas as regiões tendo sido mais intensa em Belo Horizonte, Recife e Salvador.

TABELA 4.8 - RENDIMENTOS HABITUALMENTE RECEBIDOS

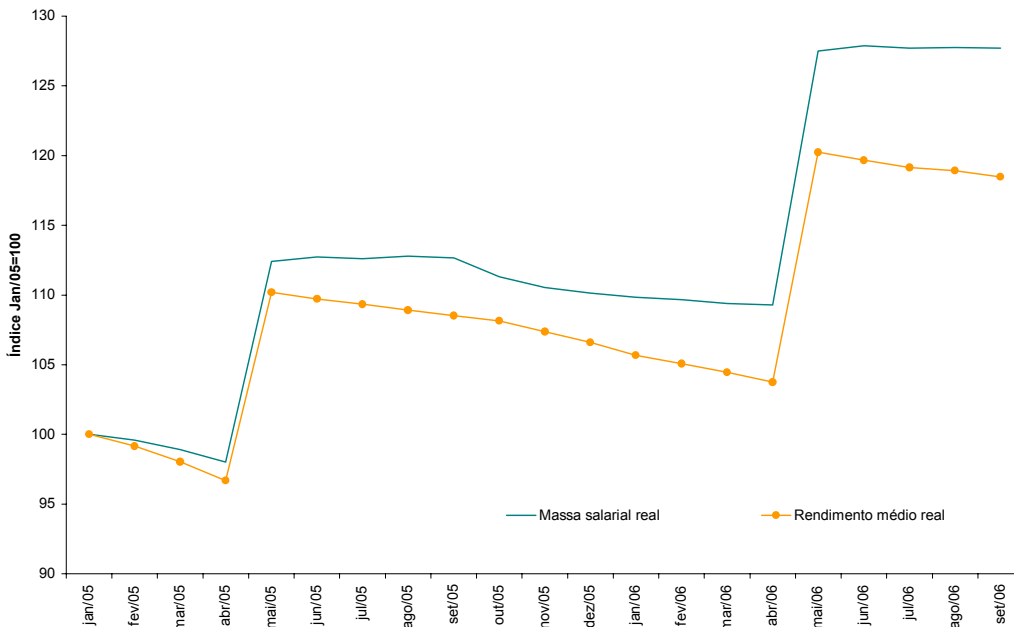
Variação (%) Jan/Set 2006 sobre Jan/Set 2005

	Rendimentos	
	Médio	Massa salarial
Recife	5,3%	7,3%
Salvador	5,3%	7,4%
Belo Horizonte	3,2%	9,3%
Rio de Janeiro	3,9%	5,5%
São Paulo	4,8%	6,4%
Porto Alegre	3,0%	5,4%
Total das áreas	4,0%	6,2%

Fonte: PME / IBGE

A título de complementarão do levantamento da PME / IBGE, pode-se recorrer às estimativas do comportamento dos rendimentos a partir das estatísticas mensais do Ministério do Trabalho, que tem abrangência em todo o território nacional embora restrito ao segmento formal da economia. Nesse caso, a remuneração média estimada do trabalhador subiu 12,2%, o que representou um adicional de 35 bilhões no período de janeiro a setembro de 2006 comparativamente ao mesmo período do ano passado. Rendimento médio do trabalhador, por sua vez, aumentou 7,95%, o que representou em média um adicional de salário de R\$ 79,15/mês no bolso do trabalhador.

GRÁFICO 4.6 - RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES FORMAIS



Fonte: MTE / CAGED

Da mesma forma que os rendimentos das regiões metropolitanas, esse crescimento resultou do aumento dos salários no setor público e privado, do salário mínimo acima da inflação e da queda dos índices de preços.

É importante lembrar uma diferença metodológica significativa. A PME/IBGE é uma pesquisa domiciliar com base em amostragem. Ou seja, o indivíduo é o informante. No CAGED/MTE, as informações provêm das empresas que remetem mensalmente, sob pena de multa, ao Ministério do Trabalho as informações quantitativas e qualitativas sobre a movimentação de admissões e demissões de seu quadro de funcionários. A expectativa é que, passados os efeitos de reajustes concedidos, a trajetória declinante dos índices de preços e a perspectiva de reajustes menores no salário mínimo, tendo em vista o déficit na previdência social, os rendimentos não apresentem o mesmo comportamento no médio prazo. A massa salarial, contudo, deverá seguir a tendência do nível de emprego.

Segundo as projeções da Unidade de Estudos Econômicos, mantido o atual padrão de crescimento do emprego formal brasileiro em 2006, tanto no agregado quanto na indústria de transformação, o País deverá encerrar o ano contabilizando algo em torno de 1.254 mil novas vagas, praticamente o mesmo patamar de 2005 e complementando três anos de crescimento. Na indústria, este número deverá ser mais modesto: cerca de 383,6 mil, porém bem acima do registrado no ano passado.

Já para 2007 com a perspectiva positiva para as vendas internas e externas e para a produção industriais, na esteira de um cenário de taxa de juros declinantes, inflação baixa, crescimento da massa salarial e a manutenção dos altos níveis de crédito, têm-se

as condições para se criar 1,08 milhão de empregos. Vale ressaltar que em qualquer dos cenários o ritmo de geração de empregos deverá ser o menor dos últimos três anos. Na indústria projeta-se uma criação de 247,5 mil postos de trabalho.

Entretanto, é importante lembrar que no cenário moderado não espera-se pressões inflacionárias resultante da expansão econômica projetada.

No cenário mais pessimista, as projeções para a economia são, naturalmente mais modestas, e como conseqüência estima-se um ritmo menor de geração de empregos formais. Porém, acredita-se que, pelo menos, 1,05 milhão de empregos no ano de 2007 sejam criados.

No cenário otimista, expresso em uma expectativa de uma expansão econômica mais intensa, a geração de emprego formal no Brasil deverá alcançar 1,12 milhão.

TABELA 4.9 - PERSPECTIVAS PARA A GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - BRASIL

	2005	2006	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	(66.277)	40.083	8.596	19.455	30.313
Indústria	269.975	383.569	235.386	247.488	259.590
Serviços	1.050.283	830.577	803.093	816.633	830.173
Total	1.253.981	1.254.228	1.047.075	1.083.575	1.120.076

Fonte e Projeções: Unidade de Estudos Econômicos

MESMO COM CÂMBIO VALORIZADO, SETOR EXTERNO BRASILEIRO SUPERA EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO EM 2006.

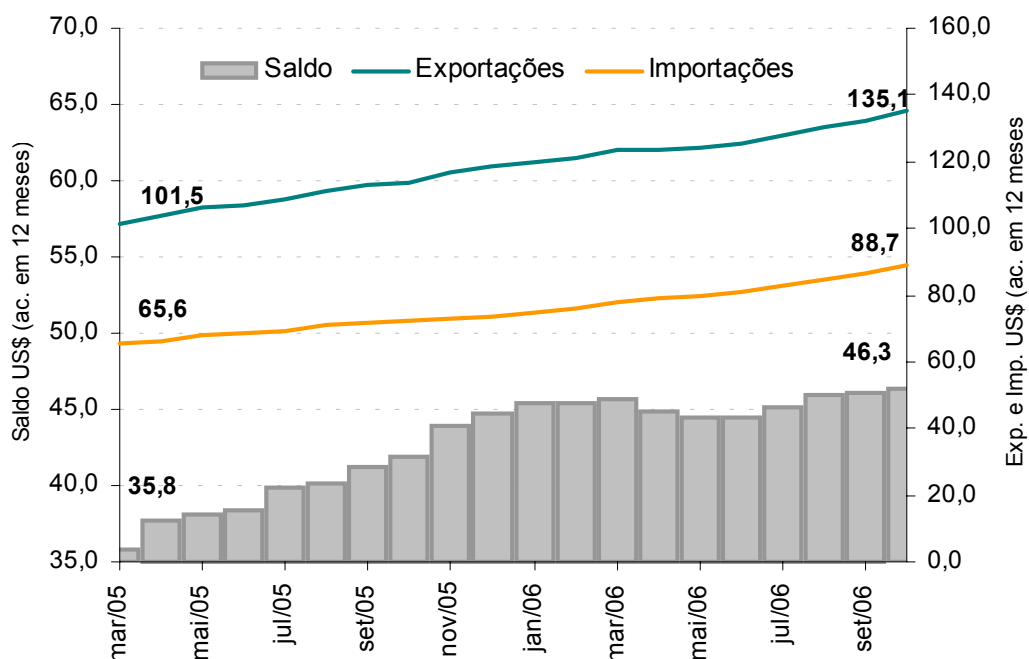
O ano de 2006 fecha com as exportações brasileiras crescendo novamente, superando as expectativas geradas em função do câmbio valorizado. O cenário mundial favorável contribuiu para esse resultado, principalmente com crescimento da demanda.

As exportações brasileiras superaram as expectativas de mercado do início do ano, que indicavam um valor próximo a US\$ 130 bilhões. Os dados computados até outubro registram vendas no valor de US\$ 113,4 bilhões, enquanto que os dados acumulados em 12 meses, que representam mais precisamente a tendência da variável, apontam valor superior a US\$ 135 bilhões, conforme mostra o gráfico 5.1.

As importações continuaram crescendo em ritmo acelerado, em torno de 25%, e devem fechar o ano próximo dos US\$ 90 bilhões. Apesar disso, o saldo comercial brasileiro não cedeu e, no acumulado em 12 meses, acumula US\$ 46,3 bilhões. O fluxo comercial brasileiro tem representado a principal fonte de divisas internacionais para o país e continua alcançando patamares bastante elevados sendo, inclusive, uma das principais fontes de valorização do real.

O desempenho observado pode ser explicado por motivos de ordem interna e externa. No que se refere à economia doméstica, destaca-se o ambiente de estabilidade macroeconômica que permitiu um planejamento mais adequado das empresas, apesar de termos evoluído muito pouco em questões cruciais para a competitividade as exportações como, por exemplo, redução de burocracia, melhorias de infra-estrutura para escoamento da produção, carga tributária elevada, entre outros fatores de ordem microeconômica.

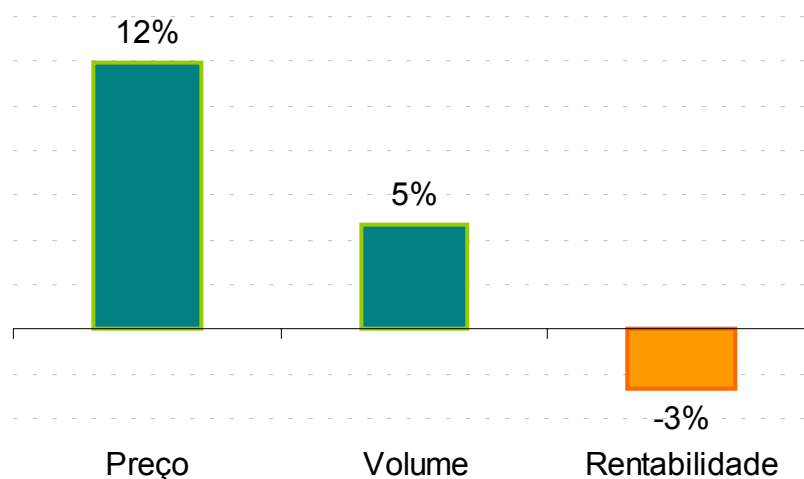
**GRÁFICO 5.1 - EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
US\$ MILHÕES**



Fonte: Secex/MDIC . Elaboração: UEE / FIERGS

Entretanto, foi mesmo o cenário internacional favorável que mais auxiliou o desempenho das vendas externas do país. A manutenção das altas taxas de crescimento das principais economias mundiais e grandes parceiros comerciais do Brasil manteve forte a demanda por produtos e *commodities* brasileiras, como podemos observar pela variação no índice de volume exportado apresentado no gráfico 5.2 (+5%). O resultado obtido também reflete aumentos de preços (+12%), principalmente dos metais e petróleo. Apesar do incremento tanto da quantidade quanto do preço, a rentabilidade⁷ das exportações caiu 3% no acumulado do ano. Essa variável reflete em parte a valorização do real, que diminuiu a competitividade dos produtos brasileiros, forçando as empresas a reduzirem suas margens de retorno.

**GRÁFICO 5.2 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
ÍNDICES DE PREÇO, VOLUME E RENTABILIDADE**



Fonte: Funcex

No que tange ao crescimento econômico dos parceiros comerciais brasileiros, destaca-se o desempenho da China com expansão de cerca de 10% ao ano com perspectiva de repetir o mesmo desempenho em 2007. Esse foi um dos principais destinos das exportações brasileiras no ano, registrando um crescimento de 33% em relação ao ano anterior, impulsionado pelas exportações de soja e minério de ferro e seus derivados. Vale ressaltar que o crescimento da china tem sido um dos principais motivos para aceleração dos preços internacionais das *commodities* metálicas.

Nosso principal parceiro comercial, os EUA, mesmo aumentando a sua taxa de juros, continuaram apresentando um bom desempenho econômico, com a demanda das famílias bastante aquecida, implicando a manutenção dos elevados níveis de importações. O Brasil expandiu suas vendas para o mercado americano em 12%, ou em valores, aproximadamente US\$ 2,1 bilhões. Apesar deste crescimento, o país vem perdendo participação no total exportado pelo Brasil, passando de 19% em 2005 para 18% em 2006.

⁷ Segundo nota técnica da Funcex, a evolução da rentabilidade é determinada a partir dos índices de preço de exportação (total e setorial), a taxa de câmbio nominal e os índices de custo (total e setorial). A construção dos índices de custo setoriais teve como base a estrutura de custos derivada da matriz de relações interindustriais do IBGE (MRI-1992).

Enquanto isso, a Argentina, que vem apresentando taxas de crescimento expressivas, ainda recuperando-se da crise de 2001, vem ganhando espaço entre os principais destinos dos produtos nacionais (de 8% para 9%). O crescimento da vendas para nossos vizinhos foi de 19%, com destaque para veículos automotores e aparelhos de telefone celular. Esses, também são aos principais produtos exportados para a Venezuela, cujo comércio com o Brasil cresceu 62%, o colocando na décima posição entre os principais destinos dos produtos brasileiros.

TABELA 5.1 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ MILHÕES

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2005	2006			2005	2006
Estados Unidos	18.353	20.497	12%	2.144	19%	18%
Argentina	8.104	9.676	19%	1.572	8%	9%
China	5.377	7.168	33%	1.791	6%	6%
Alemanha	4.165	4.661	12%	496	4%	4%
Holanda	4.418	4.653	5%	236	5%	4%
México	3.332	3.740	12%	408	3%	3%
Chile	2.906	3.284	13%	378	3%	3%
Japão	2.838	3.176	12%	338	3%	3%
Itália	2.688	3.133	17%	445	3%	3%
Venezuela	1.812	2.944	62%	1.132	2%	3%
Total do grupo	53.992	62.933	17%	8.941	56%	56%
Total geral	96.623	113.370	17%	16.748	100%	100%

Fonte: Secex/MDIC

Os gêneros da indústria que mais contribuíram para o crescimento observado foram a extrativa mineral, metalurgia básica e refino de petróleo. Na indústria extrativa destacam-se dois produtos: minério de ferro e petróleo. O Brasil não possui estrutura apropriada para o refino do petróleo produzido domesticamente, logo esse é exportado para financiar a compra do produto que se adapta às refinarias brasileiras. Apesar da indústria de refino não ser das que mais contribuem para o valor das exportações (participa com apenas 4%), ela apresentou um crescimento vigoroso (+65%). Os principais produtos foram álcool etílico, óleo diesel e *fuel-oil*, vendidos principalmente para Nigéria, Estados Unidos, Bahamas e Cingapura. A metalurgia básica que é um dos principais segmentos exportadores da indústria cresceu 20%, adicionando mais de US\$ 2 bilhões em relação ao ano passado. Os principais produtos são ferro fundido bruto e produtos semi-manufaturados de ferro e aço.

Dos 18 segmentos industriais acompanhados, apenas 3 não obtiveram crescimento das vendas externas. São eles os têxteis, vestuários e acessórios e indústria de móveis. Todos estes são setores intensivos em mão-de-obra e, portanto, sofrem de forma mais intensa as conseqüências do câmbio valorizado. O segmento têxtil e de vestuário, além do câmbio, vem sofrendo com a competição implacável dos produtos chineses, elaborados em condições bem menos rigorosas quanto à tributação, legislação trabalhista, entre outros fatores que elevam os custos de produção no Brasil.

Quando analisadas em relação ao seu grau de elaboração, percebe-se que todas as categorias registraram crescimento, com destaque para os semi-manufaturados (+22%). Em função disso, essa aumentou a sua participação no total exportado, passando de 13% para 14%, reduzindo a participação dos manufaturados que caem de 54% para 53%, mas mantém-se como a que mais participa no total vendido. Por fim, os básicos conservam a sua participação em torno de 30%. O resultado refuta a idéia de que as exportações brasileiras estejam sendo determinadas fundamentalmente pelas vendas de produtos com baixo grau de elaboração.

TABELA 5.2 - EXPORTAÇÕES POR SEGMENTO DA INDÚSTRIA – US\$ MILHÕES

Gênero da Indústria	Jan-Out 2005	Part. (%)	Jan-Out 2006	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	16.893	17%	18.525	16%	10%	1.631
Material de Transporte	14.299	15%	15.537	14%	9%	1.238
Extrativa Mineral	10.160	11%	14.273	13%	40%	4.113
Metalurgia Básica	10.611	11%	12.709	11%	20%	2.098
Química	5.555	6%	6.294	6%	13%	739
Máquinas e Equipamentos	5.745	6%	6.294	6%	10%	549
Material Elet. e de Comunic.	4.337	4%	5.223	5%	20%	886
Refino de Petróleo	2.804	3%	4.632	4%	65%	1.827
Couros, Artefatos e Calçados	2.899	3%	3.257	3%	12%	358
Celulose e Papel	2.715	3%	3.238	3%	19%	523
Indústrias diversas	2.639	3%	3.177	3%	20%	538
Madeira	2.516	3%	2.623	2%	4%	107
Borracha e Plástico	1.390	1%	1.700	1%	22%	310
Fumo	1.323	1%	1.557	1%	18%	234
Têxteis	1.340	1%	1.335	1%	0%	-5
Produtos de Metal	986	1%	1.064	1%	8%	78
Móveis	838	1%	783	1%	-7%	-55
Vestuário e Acessórios	286	0%	245	0%	-14%	-41
Total da Indústria	87.336	90%	102.465	90%	17%	15.129
Básicos	7.524	8%	8.702	8%	16%	1.178
Transações Especiais	1.763	2%	2.203	2%	25%	440
Total Geral	96.623	100%	113.370	100%	17%	16.748

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: UEE-FIERGS

Em função dos motivos apontados anteriormente e fatores de ordem climática no Paraná, o ranking dos principais estados exportadores do Brasil ficou da seguinte forma: São Paulo consolidou sua posição de maior exportador alcançando a soma de US\$ 37,7 bilhões até outubro. A pauta de exportação de São Paulo é bastante diversificada, desta forma é difícil apontar os produtos que determinam esse resultado, mas podemos destacar as vendas de aviões, telefones celulares, automóveis, álcool etílico e açúcar.

Minas Gerais assume com certa folga a posição de segundo maior exportador, acumulando até outubro US\$ 12,8 bilhões. Os destaques são as vendas de minério de ferro e seus derivados, além de café. O estado de Minas foi favorecido pelo aumento da demanda mundial por *commodities* minerais e, em função disso, o incremento significativo dos preços destes produtos.

O Rio Grande do Sul manteve a terceira colocação, exportando até outubro US\$ 9,7 bilhões. O resultado é determinado fundamentalmente pela recuperação das exportações de soja, após a safra de 2004/05 afetada fortemente pela estiagem. Pelo lado da indústria, o destaque ficou por conta do segmento de alimentos, impulsionado

pele crescimento das exportações de carnes (suína e bovina) principalmente para a Rússia.

O Rio de Janeiro assumiu a quarta posição, superando o estado do Paraná que foi atingido por forte estiagem que prejudicou significativamente a exportações de produtos primários. Por outro lado, o Rio de Janeiro do aumento das exportações de petróleo e do elevado nível de preços que vigorou durante boa parte de 2006. Com isso, acumulou US\$ 9,5 bilhões em vendas para o exterior e registrou um crescimento de 47% em relação ao mesmo período do ano passado.

Cabe também destacar o crescimento de 40% das exportações do estado do Pará que, assim como o Rio de Janeiro, aumentou a sua participação no total exportado em 1%.

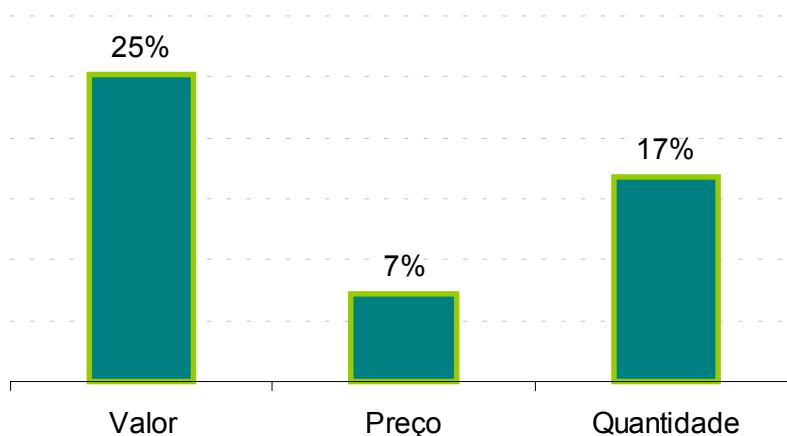
TABELA 5.3 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR ESTADO

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2005	2006			2005	2006
São Paulo	31.184	37.730	21%	6.546	32%	33%
Minas Gerais	10.924	12.847	18%	1.923	11%	11%
Rio Grande do Sul	8.593	9.732	13%	1.140	9%	9%
Rio de Janeiro	6.415	9.454	47%	3.039	7%	8%
Paraná	8.287	8.252	0%	-35	9%	7%
Bahia	4.741	5.602	18%	861	5%	5%
Espírito Santo	4.506	5.585	24%	1.078	5%	5%
Pará	3.871	5.413	40%	1.543	4%	5%
Santa Catarina	4.608	4.898	6%	289	5%	4%
Mato Grosso	3.570	3.738	5%	169	4%	3%
Total do Grupo	86.699	103.252	19%	16.553	90%	91%
Total do Grupo	96.623	113.370	17%	16.748	100%	100%

Fonte: Secex/MDIC

Por sua vez, as importações continuaram se expandindo num ritmo forte (+25%), passando de US\$ 60,3 bilhões para US\$ 75,5 bilhões. Em termos agregados, o crescimento da conta ocorreu em função do aumento das quantidades importadas que, até outubro, expandiram-se em 17%, enquanto os preços elevaram-se em apenas 7%.

TABELA 5.4 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - VARIAÇÕES %



Fonte: Funcex

Alem disso, a expansão ocorre em todas as categorias de uso, sendo que a de bens de consumo duráveis é a que mais cresce (+57%). As razões são a estabilidade econômica doméstica, o aumento do emprego e da massa salarial, além da valorização do câmbio que barateou sensivelmente o preço desses produtos. Nesta categoria, o destaque fica por conta de automóveis e eletrônicos.

TABELA 5.5 - EXPORTAÇÕES POR GRAU DE ELABORAÇÃO – US\$ MILHÕES

	US\$ milhões		Variação		Participação	
	Jan-Out	Jan-Out	%	US\$ milhões	Jan-Out	Jan-Out
	2005	2006			2005	2006
Básicos	28.523	33.575	18%	5.052	30%	30%
Semimanufaturados	12.957	15.812	22%	2.855	13%	14%
Manufaturados	52.204	60.526	16%	8.323	54%	53%
Outros	2.939	3.457	18%	518	3%	3%
Total	96.623	113.370	17%	16.747	100%	100%

Fonte: CNI Elaboração: UEE-Fiergs

A categoria combustíveis e lubrificantes cresceu 31%, parte do resultado foi estimulado pelo crescimento da economia brasileira. Mesmo que este tenha sido modesto, e pelo aumento da capacidade de refino de algumas plantas que acabaram implicando em aumento da importação de petróleo em bruto (+US\$ 1,6 bilhões) e Gás natural. Entretanto, a maior parcela da variação deve-se as variações de preços que aumentaram 29%.

A importação de bens de capital, por sua vez, expandiu-se fundamentalmente pelo aumento das quantidades compradas. A variação acumulada até outubro registra aumento de 28%, enquanto os preços caem 2% no mesmo período. O resultado pode ser atribuído a dois fatores: o aumento da concorrência internacional nos diversos mercados em que o Brasil participa e o barateamento destes produtos em função do câmbio valorizado que abre uma janela de oportunidade de investimento em melhorias tecnológicas a custos mais baixos.

A taxa de câmbio também pode explicar em parte a variação de 20% na importação de matérias-primas e produtos intermediários, que podem ter estimulado a substituição de componentes domésticos por importados. O crescimento observado está disseminado em diversos produtos, dentre os quais componentes para aviões e produtos químicos. A variação deriva basicamente do aumento dos volumes importados (+16%), enquanto os preços aumentaram em media 4%.

TABELA 5.6 - IMPORTAÇÃO POR CATEGORIA DE USO – US\$ MILHÕES

Categorias de Uso	Jan-Out	Part.	Jan-Out	Part.	Var.	US\$
	2005	(%)	2006	(%)	(%)	milhões
Bens de Capital	12.528	21%	15.595	21%	24%	3.064
Mat Primas e Prod Intermediário	30.147	50%	36.041	48%	20%	5.894
Bens de Consumo Não Duráveis	3.652	6%	4.756	6%	30%	1.104
Bens de Consumo Duráveis	3.123	5%	4.904	7%	57%	1.781
Combustíveis e Lubrificantes	10.867	18%	14.194	19%	31%	3.327
Total Geral	60.317	100%	75.490	100%	25%	15.069

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: UEE-Fiergs

Apesar da taxa de crescimento das exportações ter se mantido em patamares acima do previsto pelo mercado, as expectativas para 2007 indicam que o ritmo de crescimento deve mesmo desacelerar. Podemos relacionar dois motivos básicos para essa mudança de comportamento. O primeiro seria a percepção de algumas empresas de que a taxa de câmbio deve se manter próxima ao patamar atual, ou seja, aquelas que continuavam exportando para manter seus clientes mesmo tendo prejuízo esperando uma reversão do câmbio devem rever as suas posições. Além disso, o câmbio valorizado evidencia o segundo problema: o custo de produção no Brasil. O País possui uma série de fatores estruturais que reduzem a capacidade competitiva dos produtores nacionais. Entre eles, destacam-se excesso de burocracia, alta carga tributária e carência de infraestrutura. Enquanto o câmbio esteve desvalorizado em relação às moedas dos nossos principais concorrentes, todas as ineficiências estruturais (que representam limitação de ganho de eficiência) acabavam encobertas, mantendo a capacidade competitiva dos produtos nacionais. Com o câmbio no atual patamar, essa situação não será mais sustentável e a consequência será a inevitável exclusão de empresas exportadoras do mercado.

No atual patamar de taxa de câmbio passa a ser crucial a redução dos custos de produção no Brasil para manter a capacidade competitiva do produto nacional no mercado mundial. Infelizmente, o ritmo de implementação das reformas estruturais e os investimentos em infra-estrutura que permitiriam os produtores nacionais obterem ganhos de produtividade e redução de custos é muito lento, e seguramente exercerá uma força limitadora do crescimento da inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional.

TABELA 5.7 - PERSPECTIVAS PARA O SETOR EXTERNO BRASILEIRO

	2005	2006	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações	118,3	135,7	134,5	141,5	148,5
Importações	73,6	91,0	108,9	103,7	98,5
Saldo	44,8	44,7	25,6	37,8	50,0
Saldo de Transações Correntes	14,2	12,0	2,8	5,5	8,3
Investimento Estrangeiro Direto Líquido	12,7	15,9	10,7	15,8	20,9

Fonte: BCB.

Como base nessa avaliação, traçamos os seguintes cenários para o ano de 2007. A perdurar a atual conjuntura, com a economia mundial crescendo em torno de 5%, câmbio estável em torno de 2,20 e sem maiores ajustes estruturais no Brasil, as exportações devem crescer em torno de 4%, alcançando o valor de US\$ 141,5 bilhões, com visível desaceleração do ritmo de crescimento que deve fechar 2006 em torno de 15%. Caso a economia mundial consiga se expandir acima do previsto e a taxa de câmbio tenha ligeira depreciação, poderemos alcançar uma taxa próxima a 5% de crescimento, exportando um total aproximado de US\$ 149 bilhões.

As importações, por sua vez, continuam crescendo em um ritmo acima ao das exportações. Estima-se que em 2007 esse valor deva superar os US\$ 100 bilhões, mantendo-se o atual cenário em que o Brasil cresce próximo aos 3%, sem maiores ajustes estruturais (principalmente de ordem fiscal, reduzindo gastos correntes), o câmbio permanece no atual patamar e a economia mundial crescendo próximo aos 5%. Essa previsão muda quando consideramos um cenário externo menos favorável, principalmente no que se refere ao preço do petróleo. Nesse caso, dois efeitos se

pronunciam. O primeiro é o aumento do preço do petróleo, que repercute negativamente, aumentando o valor das importações. Por outro lado, haveria queda do nível de atividade mundial e do Brasil, induzindo redução das compras externas. No entanto, as evidências históricas mostram que o efeito o aumento do preço do petróleo se manifesta primeiro, uma vez que as decisões de produção naturalmente respeitam uma defasagem temporal. Desta forma, no cenário pessimista, as importações alcançariam a soma de US\$ 108,9 bilhões, resultado da manutenção do ritmo de crescimento em torno de 20%, reduzindo o saldo comercial para algo em torno de US\$ 25 bilhões (bastante expressivo ainda).

Quanto ao balanço de pagamentos para 2006, podemos dividir em duas partes. No que se refere às transações correntes, as expectativas e mercado indicam um superávit de US\$ 12 bilhões, um pouco abaixo do registrado em 2005. Um dos principais fatores para essa queda é o crescimento das remessas de lucros e dividendos para o exterior. O cenário moderado indica um saldo de US\$ 5,5 bilhões para 2007, podendo superar os US\$ 8 bilhões, na medida em que o saldo comercial supere as expectativas e as empresas redirecionem seus lucros para investimentos locais.

Por outro lado, os investimentos estrangeiros diretos líquidos (IED) devem fechar 2006 em aproximadamente US\$ 16 bilhões, valor próximo às expectativas do mercado feitas no final do ano passado. Estima-se que o IED deva permanecer no patamar corrente, em 2007. No cenário otimista, esse valor poderia aumentar na medida em que o governo dê sinais claros de que trabalha para agilizar as reformas estruturais que melhoram o ambiente de negócios no país.

Em suma, os dados referentes ao setor externo brasileiro no ano de 2006 ainda são bastante favoráveis, com exportações crescendo e saldo mantido em patamares bastante elevados, aproximadamente US\$ 45 bilhões. O saldo de transações correntes continua superavitário e em valores acima dos observados em 2005. No entanto, no cenário para 2007, existe a perspectiva de que o comportamento das exportações seja de crescimento moderado e importações ainda aquecidas, logo deveremos ter um saldo comercial menor, apesar de bastante satisfatório, principalmente em um regime cambial flutuante. Somado ao comportamento esperado da conta de serviços e do fluxo de capitais, estima-se que o volume total de recursos externos líquidos no país deva ser menor em 2007 do que em 2006.

MAIS UMA VEZ O AJUSTE É ADIADO

O ano de 2006 foi marcado pela ganância. A arrecadação aquecida não motivou nenhum tipo de ajustamento dos gastos públicos, e, em vários momentos, colocou em xeque o próprio alcance da meta de superávit primário.

Em 2006, repetiu-se a cena em que a receita federal anuncia, a cada mês, uma nova arrecadação recorde. A receita robusta diminuiu a pressão sobre o alcance da meta de superávit primário fixada em 4,25% do PIB. Enquanto as receitas cresceram, em termos nominais, cerca de 13% no acumulado de janeiro a outubro em relação ao mesmo período do ano passado, as despesas cresceram 15,65%, segundo dados do Tesouro Nacional. Dessa forma, verifica-se que o Brasil está muito longe de praticar o ajuste necessário para o crescimento sustentável do país. Para esse ano, a previsão é de que o superávit primário fique em 4,3%, um resultado ruim para um ano de receitas fartas, que contaram com o pagamento de *royalties* pela Petrobrás e por dividendos pagos pelos bancos federais. Como é sabido, a obtenção de superávit primário é fundamental para o controle da dinâmica da dívida pública, uma vez que destina ao pagamento de juros arrolados sobre o estoque da dívida. Em 2006, o Brasil contou com uma boa oportunidade para diminuir a relação dívida/PIB de uma maneira mais expressiva. Além das receitas estarem elevadas, o gasto com o pagamento de juros foi suavizado, dado o afrouxamento da política monetária.⁸

**TABELA 6.1 – NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO
(* R\$ BILHÕES)**

	2005 jan-out*	% PIB	2006 jan-out*	% PIB	Varição (R\$ bilhões)
Governo Central	62,97	3,78%	57,58	3,34%	5,38
Estados	18,29	1,10%	16,49	0,96%	1,80
Municípios	3,59	0,22%	2,81	0,16%	0,78
Estatais	15,19	0,91%	14,71	0,85%	0,48
Resultado Primário	100,04	6,00%	91,59	5,32%	8,44
Governo Central	(117,55)	7,05%	(111,00)	6,45%	(6,55)
Estados	(17,21)	1,03%	(22,04)	1,28%	4,83
Municípios	(3,88)	0,23%	(4,47)	0,26%	0,60
Estatais	(1,73)	0,10%	1,54	0,09%	(3,27)
Juros Nominais	(140,37)	8,42%	(135,97)	7,90%	(4,39)
Governo Central	(54,58)	3,27%	(53,42)	3,10%	(1,16)
Estados	1,08	0,06%	(5,56)	0,32%	6,64
Municípios	(0,29)	0,02%	(1,66)	0,10%	1,38
Estatais	13,45	0,81%	16,25	0,94%	(2,80)
Resultado Nominal	(40,33)	2,42%	(44,38)	2,58%	4,05

Fonte: BCB

⁸ Todavia, é importante salientar que, como a carteira da dívida brasileira conta com papéis sujeitos a vários indexadores diferentes, e uma parte significativa dos títulos são pré-fixados, as diminuições que se verificaram na taxa de juros tiveram um impacto pequeno na redução dos valores pagos em juros.

Nos primeiros 10 meses do ano, o governo federal arrecadou cerca de R\$ 323 bilhões, revelando um crescimento de 4,96% em termos reais (IPCA). Em 2006, o governo foi agraciado duplamente: além do aumento na arrecadação dos tradicionais tributos contou com entradas atípicas de recursos. Isso significa que em 2006, o governo federal colaborou de maneira plena para o crescimento da carga tributária, dado que a expectativa, de um órgão do próprio governo, é que o PIB cresça somente 2,97% no ano.

TABELA 6.2 – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (DADOS NOMINAIS)
TABELA 6.3 – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (DADOS REAIS – IPCA)

	2005	2006	variação	
	jan-out	jan-out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	98,8	110,8	12,1%	11,9
IPI	21,3	22,8	7,1%	1,5
IOF	5,0	5,5	11,2%	0,6
Imp. de Importação	7,5	8,2	9,1%	0,7
Cofins	71,8	75,8	5,5%	4,0
PIS/PASEP	18,0	19,9	10,6%	1,9
CPMF	23,8	26,0	9,5%	2,3
CIDE	6,4	6,4	1,0%	0,1
SUB TOTAL	252,6	275,5	9,0%	22,9
TOTAL	294,4	322,6	9,6%	28,2

	2005	2006	variação	
	jan-out	jan-out	%	R\$ (Bilhões)
Imposto de Renda	104,0	111,6	7,3%	7,6
IPI	22,4	23,0	2,6%	0,6
IOF	5,2	5,6	6,5%	0,3
Imp. de Importação	7,9	8,3	4,5%	0,4
Cofins	75,5	76,3	1,1%	0,8
PIS/PASEP	19,0	20,1	5,9%	1,1
CPMF	25,0	26,2	4,9%	1,2
CIDE	6,7	6,5	-3,3%	(0,2)
SUB TOTAL	265,7	277,5	4,4%	11,8
TOTAL	309,6	325,0	5,0%	15,4

Fonte: SRF

Fonte: SRF

Nas receitas típicas, registrou-se um aumento de 4,49%⁹ frente ao mesmo período do ano passado. Somente o IPI sobre automóveis apresentou alta real de 12,23%, motivado pelo crescimento de 10% nas vendas ao mercado interno. Outros destaques no período vem sendo o imposto de importação, que cresceu 4,58%, e do IPI vinculado à importação (10,4%). Essa variação procede da junção de 4 elementos: elevação de 25,02% no valor em dólar das importações tributadas; aumento de 3,46% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado; redução de 3,02% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação e valorização de 11,81% na taxa média de câmbio. De forma geral, o IPI se saiu muito bem para as contas do governo. A arrecadação relativa ao parcelamento especial (PAES) e do parcelamento excepcional (PAEX) também renderam bastante aos cofres públicos. Além disso, o IPI-Bebidas cresceu 10,17%, decorrente da arrecadação de

⁹ Todas as taxas de crescimento mencionadas a seguir são taxas reais (IGP-DI).

débitos em atraso, principalmente, ocorrida no mês de setembro. Da mesma forma, o imposto de renda da pessoa física cresceu 10,26%, com a arrecadação de cota de ajuste anual de 23,17% e de acréscimos legais de 33,23%. Quanto ao imposto de renda para as pessoas jurídicas, ocorreu crescimento de 8,45% na arrecadação, enquanto a contribuição sobre lucro líquido expandiu-se 4,39%.

Em termos setoriais, a Secretaria da Receita Federal divulgou que as maiores contribuições setoriais foram Combustíveis (42,65%) e Extração de Minerais Metálicos (50,36%). Já nas instituições financeiras, o crescimento observado na arrecadação do IRPJ (+22,84%) decorreu da retomada do recolhimento regular por parte de empresas que, no ano de 2005, estavam com demanda judicial. A arrecadação atípica proveio em parte do IRRF-Remessas ao Exterior de 20,18% influenciado, especialmente, por arrecadações relativas a rendimentos remetidos a residentes ou domiciliados no exterior de R\$ 326 milhões, em setembro, e a pagamento de juros sobre o capital no valor de R\$ 385 milhões, em outubro.

A Secretaria da Receita Federal também informou que cerca de 240 mil empresas aderiram ao Refis III, um programa de refinanciamento de dívidas com o Governo Federal. Tal adesão resultou em um incremento de arrecadação de mais de R\$ 2 bilhões nos primeiros meses do ano.

Diante desse cenário, cresce entre os Estados a demanda junto à União de um novo pacto federativo que modifique a atual partição de tributos. Isso ocorre pois, por exemplo, sistematicamente a arrecadação de contribuições vem crescendo, porém esse tipo de tributo, à exceção da CIDE, não é distribuída entre os Estados.

Os novos governadores têm vindo a público pedir uma nova reforma tributária, em substituição àquela que ora tramita no Congresso. Segundo o governo federal, a reforma na estrutura tributária precisa primar pela simplicidade e homogeneidade do processo arrecadatório, porém não abre brechas para aumentar a participação dos Estados nos tributos arrecadados e, tampouco, para uma diminuição da arrecadação. Para o governo federal, a solução para os problemas de caixa dos Estados seria o fim da chamada guerra fiscal. Segundo técnicos do governo federal, os gastos anuais com a chamada guerra fiscal seriam da ordem de R\$ 20 a R\$ 30 bilhões anuais. Ou seja, a receita do governo federal é simples: se os governos deixarem de dar incentivos às suas economias locais, seu bolo de arrecadação aumentará e, assim, não precisarão reclamar fatias da arrecadação federal. Essa discussão entre governo federal e estadual, porém, é apenas uma das que aquecerão o cenário de 2007.

No próximo ano, a política fiscal nacional como um todo vai ser o pólo de todas as discussões políticas. Isso ocorrerá porque há a possibilidade de modificações importantes no que condiz à arrecadação, dado que finda a legislação em vigor que garante a tributação sobre movimentação financeira, a CPMF, e a DRU (Desvinculação de Recursos da União). A cobrança de tributação sobre movimentações financeiras foi aprovada em 1993 e começou a vigorar no ano seguinte com o nome de IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), sendo, originalmente, de 0,25% e durando até dezembro de 1994. Dois anos mais tarde, o governo criou a CPMF com a intenção de direcionar a arrecadação desse tributo para a área da saúde. A CPMF passou a vigorar em 1997 com alíquota de 0,2%. Em 2003, sua incidência foi prorrogada até dezembro de 2007. Atualmente, a alíquota vigente é de 0,38% e além de atender o Fundo Nacional de Saúde, atende também ao Fundo de Combate à Pobreza.

A DRU, por sua vez, começou em 1994 com um projeto de emenda à Constituição que autorizava a desvinculação de 20% de todos os impostos e contribuições federais que formavam uma fonte de recursos livre de determinações prévias. Inicialmente, criou-

se um Fundo Social de Emergência, que depois foi transformado em Fundo de Estabilização Fiscal. Em 2000, esse foi reformulado e passou a ser chamado de DRU.

A arrecadação da CPMF rendeu ao governo federal recursos superiores a R\$ 29 bilhões em 2005. Para 2006, as estimativas são de que sob essa insígnia o governo arrecade cerca de R\$ 32 bilhões. Por ter engordado o bolo do governo durante muito tempo e ter se responsabilizado por uma fatia importante de gastos, se a CPMF vir a faltar enquanto receita, o governo irá penar. Desde sua instituição até hoje, os gastos cresceram enormemente. Em 2005, as despesas correntes tomaram conta de cerca de 17,8%, quando em 1997 eram de apenas 14,8% do PIB. Nesse período, as despesas obrigatórias também cresceram demasiadamente, imobilizando grande parcela do orçamento. Em 1997, as despesas obrigatórias eram de 11,8% do PIB, em 2005 foram de 14,6%, e estima-se que em 2006 essa parcela será de 15,6%.

Desde a sua instituição, a CPMF sempre foi pensada a evoluir para uma tributação que tivesse como finalidade apenas o ato de fiscalização das movimentações financeiras. Dessa forma, cogita-se que ao longo do tempo a alíquota passe dos atuais 0,38% para ralos 0,01%, apesar de que se sabe que para a fiscalização, como seria o seu intuito maior, nem alíquota seria necessária. Contudo, conforme comentado anteriormente, com o passar dos anos a arrecadação desse tipo de contribuição começou a tomar uma importância muito grande na composição de gastos específicos, como no caso da saúde. Assim, se somente a redução da alíquota de CPMF já será por si só uma dor de cabeça ao governo; a sua extinção está simplesmente descartada pelo Ministério do Planejamento. A proposta desse ministério é que haja um processo de redução lenta e gradual da alíquota da contribuição que a faça sair dos atuais 0,38% para 0,08% ao fim de dez anos. Todavia, a questão fundamental a ser discutida é que a CPMF, se caso for aprovada sua manutenção, terá a sua segunda prorrogação. O problema no caso da CPMF é a questão do ajustamento, tão difícil de ser promovido na esfera pública. Mesmo sabendo que a contribuição tinha data para a sua extinção não houve nenhum processo de redução de sua importância relativa no orçamento do governo, muito pelo contrário. Agora o Ministério do Planejamento propõe uma alternativa e a divulga como a saída menos dolorosa. A dúvida é se a forma de ajustar não será através de novas tributações “provisórias” que se apeguem de maneira extremada ao orçamento da União.

Quanto a DRU, o Ministério do Planejamento defende a revisão para cima do percentual de 20% da receita, previsto atualmente. A DRU trata-se um uma ferramenta importante de flexibilização do orçamento federal pois a desvinculação da receita evita gastos adicionais. Com esse mecanismo, a DRU permite a desvinculação das despesas obrigatórias sem fonte fixa de receita que poderiam ser cobertas com os recursos de arrecadação que teriam outros fins. A proposta do Ministério do Planejamento é que esse valor aumente, o novo percentual ainda é uma dúvida, algo entre 25% e 30%.

A questão é simples, o governo vai ter que se articular muito bem em 2007 a fim de que em 2008 o país não venha a enfrentar uma crise fiscal. Dessa forma, urge que o Brasil promova modificações não apenas no âmbito das receitas, mas prioritariamente na esfera das despesas. Se não for realizado o ajustamento das despesas, sempre haverá necessidade de ajustes pelo lado das receitas, isto é, através do aumento da carga tributária.

Quando analisamos a trajetória prevista para os indicadores fiscais para 2007, o cenário moderado considera que o governo cumpra as metas acertadas na LDO2007. Apesar de sabermos que as variáveis relacionadas ao nível de atividade estão superdimensionadas naquele documento, a eficiência arrecadatória tem crescido, e a ativação do mercado de trabalho tem surtido efeito sobre o déficit previdenciário. O cenário otimista, assume que algum ajustamento por parte da despesa seja realizado e que a

política de redução da *Selic* não seja tão parcimoniosa quanto no cenário moderado. Já no cenário pessimista, o governo não alcança a meta fixada por não realizar os ajustamentos necessários, os juros ainda são menores que os pagos em 2006 em virtude da trajetória descendente da *Selic* ao longo de 2006, porém, o freio no afrouxamento monetário impede que os juros caiam ainda mais. Com isso, o esforço fiscal seria apenas o suficiente para evitar uma deterioração da relação dívida/PIB.

TABELA 6.4 – PERSPECTIVAS PARA INDICADORES FISCAIS (% do PIB)

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Resultado Primário	4,80	4,30	4,10	4,25	4,50
Resultado Nominal	-3,30	-3,20	-2,85	-2,07	-1,50
Pagamento de Juros Nominais	8,10	7,50	6,95	6,32	6,00
Dívida Líquida do Setor Público	51,60	50,10	50,10	49,10	47,20

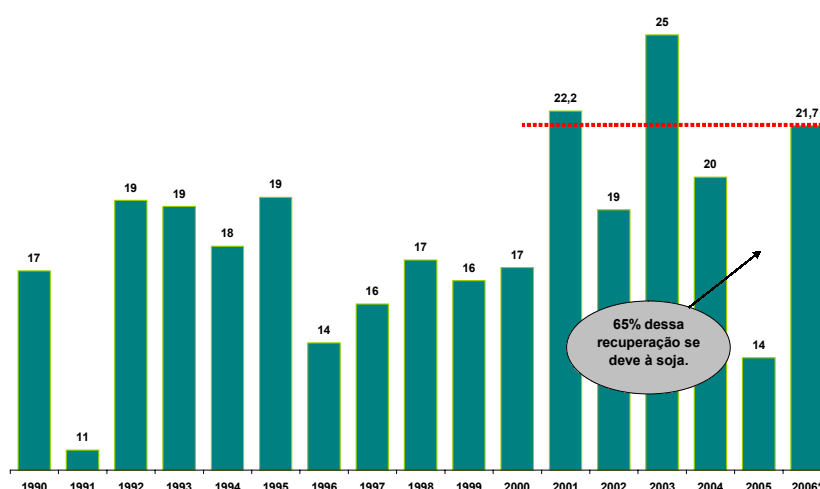
Fonte: STN * Previsão. Estimativas: UEE / FIERGS

A AJUDA VEIO DO CÉU

Sem os impactos da estiagem, a agricultura retoma o nível de produção do início dessa década, e evita que o PIB do estado tenha mais um ano de retração.

A estiagem que assolou o Rio Grande do Sul no ano de 2005 colocou a produção de grãos do estado em seu menor nível nos últimos dez anos. Além desse fator negativo, a economia gaúcha também foi prejudicada pelo cenário adverso do setor primário no País, que deprimiu principalmente a demanda por máquinas e equipamentos agrícolas e também a produção de insumos como calcário e fertilizantes. Vale destacar que esses impactos negativos fizeram-se sentir sobre toda a cadeia produtiva, deprimindo, significativamente a atividade industrial¹⁰.

**GRÁFICO 7.1 - SAFRA DE GRÃOS NO RIO GRANDE DO SUL
(MILHOES DE TONELADAS)**



Fonte: LSPA/IBGE. *Estimativa.

Tal conjuntura adversa permaneceu presente durante todo o primeiro semestre do ano, a despeito da recuperação na produção de grãos no estado projetada para esse ano. De fato, a estimativa da safra 2005/2006 da ordem de 21,7 milhões de toneladas de grãos representa um avanço de mais de sete milhões de toneladas sobre o resultado de 2005. Ressalta-se que esse desempenho se deve, em grande medida, a uma melhor colheita da soja e do milho. Mas, se por um lado a quantidade produzida é maior, por outro o nível de preços recebido pelo produtor e a valorização cambial devem restringir a capacidade de recuperação financeira do setor primário gaúcho.

Diversas culturas importantes para a economia do estado, como o arroz, o milho e a soja, tiveram reduções de preços nesses últimos 24 meses. Vale ressaltar que nem mesmo as exportações, que foram uma alternativa atraente no ano de 2004, devem contribuir para amenizar a queda projetada na rentabilidade dos produtores.

¹⁰ Ver item sobre o nível de atividade industrial gaúcha.

TABELA 7.1 - PREÇOS EM R\$

	2005	2006	Var. (%)
Arroz (50 kg)	20,56	18,23	-11,3%
Feijão (60 kg)	79,01	51,63	-34,7%
Milho (60 kg)	18,21	12,31	-32,4%
Trigo (60 kg)	18,65	21,54	15,5%
Soja (60 kg)	27,90	23,12	-17,1%
Cana-de-Açúcar (t)	110,00	112,27	2,1%
Mandioca (t)	674,99	665,45	-1,4%
Fumo* (@ = 14,687kg)	75,93	73,42	-3,3%
Maça (kg)	0,45	0,47	4,0%
Laranja (kg)	7,28	7,36	1,1%
Uva (kg)	0,45	0,42	-6,0%

Fonte: Emater (média do ano).

Da mesma forma que choques negativos atingiram a agricultura gaúcha durante os últimos meses, na pecuária não foi diferente. Mesmo com a menor probabilidade de contágio da gripe aviária no Brasil, a produção e abate de aves, em especial frango, foi atingida. Esse impacto adveio de uma ligeira mudança de comportamento do consumidor no cenário internacional e queda no preço em dólar, que resultaram em redução dos pedidos. Nesse cenário, tanto o produtor quanto a agroindústria registram queda de rentabilidade. Sendo assim, novamente a economia gaúcha viu-se prejudicada, na medida em que é o terceiro estado com o maior número de abates e exportações de carnes de frango do País¹¹.

Por outro lado, a despeito das dificuldades fito-sanitárias impostas por outros países, além de embargos e ações para dificultar as exportações de carnes brasileiras¹², com diversos estados se defrontando com problemas relacionados à febre aftosa, os abates de bovinos e suínos devem encerrar o ano com crescimento no Rio Grande do Sul. Tal cenário traçado para a agricultura e a pecuária deve contribuir para a recuperação do PIB do setor agropecuário em 2006. Porém, dada a extensão da crise e das dificuldades presentes, o faturamento do setor ainda não será o suficiente para reverter perdas passadas.

TABELA 7.2 - QUANTIDADE ABATIDA

	Bovinos	Suínos	Frangos
2004	1.702.014	4.720.668	648.962.663
2005	1.955.886	5.122.946	657.264.728
2006*	2.073.392	5.540.814	645.584.599
Var. (%) 2005/2004	14,92%	8,52%	1,28%
Var. (%) 2006/2005	6,01%	8,16%	-1,78%

Fonte: IBGE. *Estimativa. Bovinos: bois, vacas, novilhos e vitelos.

¹¹ O Estado com o maior número de abates é o Paraná, seguido de Santa Catarina. Posições essas que se mantêm em relação às exportações.

¹² Durante o ano de 2006 diversos países mantiveram embargos à carne brasileira: África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Bulgária, Cabo Verde, Chile, Cingapura, Colômbia, Cuba, Egito, Indonésia, Israel, Líbano, Malásia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Noruega, Paraguai, Peru, Romênia, Rússia, Suíça, Ucrânia, União Européia (25 países) e Uruguai.

De qualquer forma, as diferentes regiões do estado que antes haviam sofrido com a estiagem, tiveram um alívio no ano de 2006, em especial naquelas onde se faz presente lavouras de soja e milho. A esse cenário de recuperação, agregam-se os indicadores de vendas industriais, em especial nos setores exportadores, que mostram uma ligeira recuperação no último trimestre do ano.

O termômetro do comércio, mesmo que positivo, ainda mostra uma situação um pouco dispare, tanto entre as diferentes atividades quanto em termos regionais. O volume de vendas do comércio varejista no estado cresce, no ano apenas 1,2%, ao passo que, em 12 meses, esse resultado está positivo em 0,5%. Porém, é importante salientar que esse crescimento está concentrado em três segmentos: as vendas de hipermercados e supermercados, as vendas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria e a venda de móveis e eletrodomésticos.

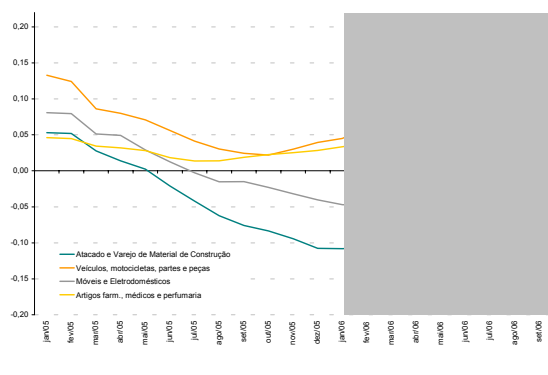
**TABELA 7.3 - DESEMPENHO DO COMÉRCIO VAREJISTA NO RIO GRANDE DO SUL
(DADOS ATÉ SETEMBRO/2006)**

	Var. (%) ac. No ano	Var. (%) em 12 meses
Hiper., super., prod. Alim., bebidas e fumo	7,41%	7,16%
Hipermercados e supermercados	7,17%	6,69%
Artigos farmac., médicos, ortop, perfum	5,54%	5,89%
Móveis e eletrodomésticos	4,36%	1,65%
Equip. e mat. Escrit., inform. e comunic.	-2,41%	-2,12%
Tecidos, vestuário e calçados	-2,39%	-3,03%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-1,48%	-4,48%
Combustíveis e lubrificantes	-6,18%	-6,59%
Livros, jornais, revistas e papelaria	-8,38%	-7,74%
Comércio Varejista	1,28%	0,49%
Veículos, motocicletas, partes e peças	24,52%	20,80%
Atacado e varejo de material de construção	-1,07%	-3,41%
Comércio Varejista Ampliado (*)	5,28%	3,81%

Fonte: FEE. * Considera todas as atividades de comércio varejista mais as duas últimas.

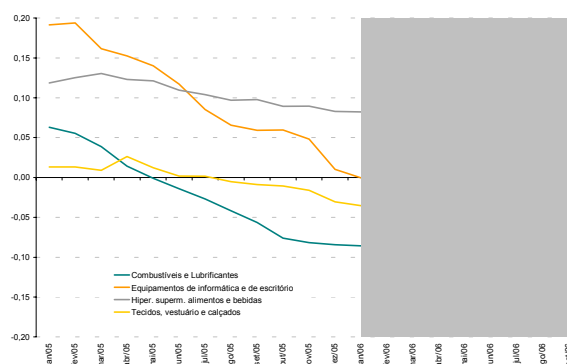
Porém, o comércio varejista ampliado mostra resultados bem mais significativos, mas com ligeira tendência de queda. Ressalta-se que esse indicador agrega, ao índice de comércio varejista, o desempenho do volume de vendas de veículos, motos, partes e peças e também de materiais de construção. Ambos apresentam tendência de crescimento no ano de 2006, com as vendas do item veículos, motos e partes acumulando taxa de expansão de 24% nos primeiros nove meses do ano.

**GRÁFICO 7.2 - COMÉRCIO VAREJISTA
(ATÉ SET./06) SEGMENTOS COM TENDÊNCIA
DE CRESCIMENTO**



Fonte: FEE

**GRÁFICO 7.3 - COMÉRCIO VAREJISTA
(ATÉ SET./06) SEGMENTOS COM TENDÊNCIA DE
QUEDA**



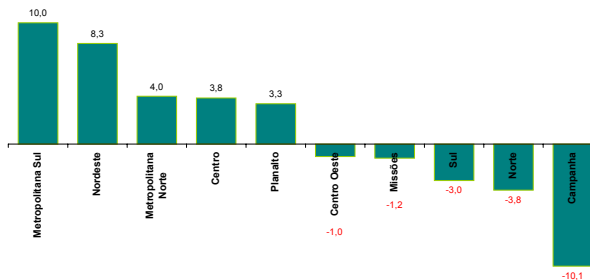
Fonte: FEE

Por outro lado, apesar das vendas de material de construção civil acumular queda de 1% no ano, a sua recuperação é nítida nos últimos seis meses, na esteira de um melhor desempenho do setor no estado. Assim, quando se analisam os dados de comércio desagregado por essas atividades, é possível notar aqueles que, apesar de terem um crescimento no acumulado do ano, esse demonstra ter uma tendência de queda, ou seja, mostra-se menor a cada mês. Por outro lado, há os que, como as vendas de material de construção, que mesmo em queda no ano, possui uma forte tendência de recuperação.

A análise regional revela uma situação heterogênea para o comércio varejista ampliado. Cinco microregiões do estado estão em crescimento, com destaque para a região metropolitana sul e nordeste. Por outro lado, outras cinco microregiões estão em queda, sendo a mais intensa na região da campanha. É possível notar que existe uma similaridade entre o desempenho do comércio dessas microregiões em queda e a relação das mesmas com a atividade agropecuária.

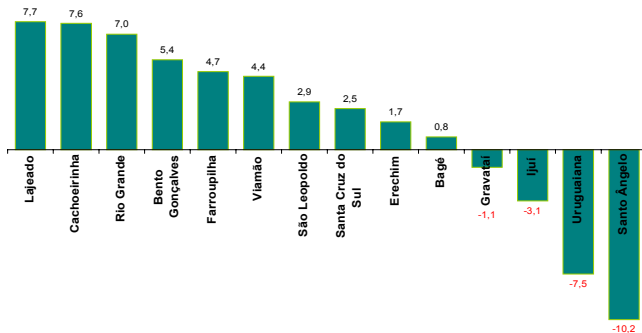
A pesquisa de comércio também é feita para 14 municípios. Como pode ser visto, quatro desses estão em queda no ano e, à exceção de Gravataí, localizado na região metropolitana, é possível identificar que todos os outros três municípios em retração: Ijuí, Uruguaiana e Santo Ângelo, possuem como base econômica a agropecuária. Por outro lado, dos dez municípios que apresentam aumento das vendas no comércio varejista ampliado, para o mesmo período, três estão localizados na região metropolitana de Porto Alegre. No total, destaque para o desempenho das vendas em Lajeado, Cachoeirinha e Rio Grande.

GRÁFICO 7.4 - COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (AC. NO ANO ATÉ SET/06) MICROREGIÕES



Fonte: FEE

GRÁFICO 7.5 - COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (AC. NO ANO ATÉ SET/06) PRINCIPAIS MUNICÍPIOS



Fonte: FEE

Se por um lado o aumento da quantidade produzida de grãos no estado não será o suficiente para reverter a crise financeira no setor, por outro deve gerar impactos positivos no subsetor de transportes, dado que já verifica-se um aumento da quantidade exportada pelo estado nos últimos meses.

Os resultados para o Rio Grande do Sul no ano de 2006, e o cenário internacional e nacional traçados para 2007, embasam uma perspectiva positiva para a economia gaúcha. No setor agrícola, após a recuperação da quantidade produzida no último ano safra, a projeção é de estabilidade, tanto no que diz respeito à área plantada quanto na safra de grãos. Vale destacar que, nas projeções feitas pela Conab para o estado, assume-se a hipótese de ausência de intempéries climáticas, como uma nova estiagem.

Sendo assim, a produção de grãos no estado, projetada para 2007, deve ficar entre 19,9 e 20,4 milhões de toneladas.

Como pode ser visto, os avanços mais significativos, em termos de quantidade, devem ocorrer na soja e no milho, ao passo que se projeta uma menor produção de arroz. É importante ressaltar que os maiores ganhos em termos de quantidade produzida no setor já foram obtidos na safra 2005/2006, o que reduz a magnitude dos números para a safra 2006/2007. Ou seja, a base de comparação no setor – em termos de quantidade – voltou a um patamar mais alto.

TABELA 7.4 - PREVISÃO DE SAFRA – ÁREA PLANTADA

	Safras em 1000ha		
	05/06	06/07	
		Lim Inf.	Lim Sup
Amendoim Total	4,6	4,6	4,6
Arroz	1.018,1	967,2	997,7
Aveia	51,5	65,9	65,9
Centeio	3,7	4,0	4,0
Cevada	87,4	55,6	55,6
Feijão Total	120,1	122,8	125,6
Feijão 1ª SAFRA	91,0	93,7	96,5
Feijão 2ª SAFRA	29,1	29,1	29,1
Feijão 3ª SAFRA	17,1	17,1	17,1
Girasol	19,0	19,0	19,0
Milho	1.436,0	1.392,9	1.421,6
Milho 1ª SAFRA	1.436,0	1.392,9	1.421,6
Soja	3.885,6	3.924,5	4.021,6
Sorgo	25,0	25,0	25,0
Trigo	845,5	693,3	693,3
Triticale	9,8	9,4	9,4
Total do Rio Grande do Sul	7.519	7.297	7.456

Fonte: Conab

TABELA 7.5 - PREVISÃO DE SAFRA - PRODUÇÃO

	Em mil t		
	05/06	06/07	
		Lim Inf.	Lim Sup
Amendoim Total	6,5	6,5	6,5
Arroz	6.729,6	6.190,1	6.385,3
Aveia	103,0	128,5	128,5
Centeio	5,3	5,6	5,6
Cevada	218,5	133,6	133,6
Feijão Total	1.213,1	1.128,1	1.130,4
Feijão 1ª SAFRA	85,1	91,8	94,6
Feijão 2ª SAFRA	30,6	27,3	27,3
Feijão 3ª SAFRA	9,9	10,8	10,8
Girasol	28,5	27,6	27,6
Milho	4.547,8	4.624,4	4.719,7
Milho 1ª SAFRA	4.547,8	4.624,4	4.719,7
Soja	7.518,6	7.809,8	8.003,0
Sorgo	57,0	56,3	56,3
Trigo	1.564,2	852,8	852,8
Triticale	16,7	15,0	15,0
Total do Rio Grande do Sul	20.915	19.974	20.460

Fonte: Conab

Mesmo com a expectativa de estabilidade cambial, as exportações gaúchas devem aumentar em dólar e também em reais no ano de 2007, tanto no segmento industrial quanto no relacionado a produtos primários. Nesse caso, destaque para as exportações de grãos de soja e derivados, como óleo e farelo de soja. Uma vez que o nível de produção de soja no ano safra de 2005/2006 voltou a patamares históricos e que, portanto, os maiores impactos positivos na recuperação das exportações couberam a esses produtos, é de se esperar que tal cenário não se repita no ano de 2007. Ou seja, a se manter a atual safra de soja, em torno de 7,8 milhões de toneladas, as maiores contribuições para a alavancagem das exportações deverão vir da indústria. Além disso, uma perspectiva melhor no cenário agrícola nacional indica uma ligeira recuperação da demanda de máquinas e equipamentos agrícolas¹³.

Sendo assim, as perspectivas são positivas para a produção e vendas no setor industrial, o que deve resultar em impactos tanto na cadeia produtiva quanto em variáveis do mercado de trabalho, como as horas trabalhadas, o nível de emprego e a massa de salários real.

Aliado a esse cenário destaca-se a projeção de aumento do crédito a pessoas físicas na economia, a estabilidade de preços e a queda dos juros nominais e reais, fatores esses que devem contribuir para uma expansão do volume de vendas do comércio no Rio Grande do Sul.

Porém, vale destacar que esse processo de retomada da economia gaúcha no ano de 2007 deve ser puxado, em grande medida, pela indústria. É importante lembrar que,

¹³ Ver texto que analisa a indústria brasileira, onde já é possível identificar uma recuperação nas vendas de máquinas agrícolas no mercado interno, mesmo que de forma tímida.

dado que o maior impacto negativo nesse setor adveio da expressiva queda das vendas industriais, em especial no segmento exportador, então é razoável supor que a maior contribuição para a retomada econômica advenha desse segmento. Assim, na medida que as exportações apresentem expansão, tanto em dólares quanto em reais, mantida as projeções de desempenho setorial no centro do País, as vendas industriais devem se recuperar.

Tal comportamento pode beneficiar de forma mais intensa as cidades e regiões onde a indústria exportadora se faz presente, como é o caso da região metropolitana e serra e também municípios como Santa Rosa, Santa Cruz do Sul e o eixo Rio Grande-Pelotas. As projeções são que, nesse caso, a variável horas trabalhadas, tenha os melhores resultados.

Na medida em que a retomada da atividade setorial estiver mais consistente, o que deve ocorrer em meados do ano, projeta-se que os dados de quantidade de emprego se recuperem de forma mais acentuada. Dessa forma, a conjunção desses dois fatores, irá permitir que a demanda se recupere, com benefícios positivos sobre atividades importantes como comércio e transportes.

Assim, no cenário moderado as perspectivas para a economia gaúcha é de um crescimento da ordem de 3,5%, onde destaca-se o resultado projetado para a indústria de transformação. Outro setor que também deve contribuir positivamente é a construção civil, dando seqüência a um ciclo de recuperação que iniciou no ano de 2006.

Por fim, as projeções de desempenho do comércio para 2007 estão em linha com o desempenho de 2006, dado que os indicadores de vendas dos hipermercados e supermercados além do segmento de veículos, motos, partes e peças, deve arrefecer. No geral, o setor de serviços deve ter um crescimento menor do que o verificado no ano de 2006 devido a uma menor performance projetada para o segmento de transportes.

Mesmo considerando as hipóteses nacionais no cenário pessimista, a economia gaúcha deve ter uma performance positiva, com destaque para os resultados da indústria. Nesse caso, vale destacar que as projeções consideram a ausência de qualquer intempérie climática, o que justifica a pequena oscilação na agropecuária, e também uma recuperação da demanda nacional, gerando impactos positivos sobre a indústria de bens intermediários e também do complexo metal-mecânico.

TABELA 7.6 - PERSPECTIVAS PARA O PIB DO RIO GRANDE DO SUL

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agropecuária	-15,2%	17,8%	2,4%	3,4%	4,4%
Indústria Total	-4,8%	-2,1%	4,8%	5,8%	6,8%
Extrativa Mineral	1,2%	1,0%	0,0%	1,0%	2,0%
Transformação	-4,5%	-3,2%	5,2%	6,2%	7,1%
Construção Civil	-9,8%	5,1%	3,3%	4,3%	5,3%
SIUP	1,1%	2,1%	1,4%	2,4%	3,3%
Serviços	-0,4%	1,3%	0,2%	1,1%	2,1%
Comércio	-2,5%	2,0%	1,0%	2,0%	3,0%
PIB total	-4,7%	2,6%	2,5%	3,5%	4,5%

Fonte: IBGE/FEE. *Estimativa UEE/FIERGS. Previsões da UEE/FIERGS

UMA CONJUNÇÃO DE FATORES NEGATIVOS E A MAIOR CRISE DA HISTÓRIA

Os diversos fatores negativos que impactaram a economia gaúcha nos últimos meses colocaram a indústria no menor nível de faturamento desde o ano 2000. Parte desse cenário deverá perdurar para o ano de 2007 mas, mesmo assim, as perspectivas para o setor são de recuperação de parte das perdas passadas.

Ao fechar o biênio de 2005/2006, o setor industrial terá ultrapassado uma das maiores crises da história econômica do estado do Rio Grande do Sul. Vale destacar que tal cenário foi sendo formatado a partir de uma sucessão de fatores de natureza conjuntural, que impactaram negativamente a indústria gaúcha ao longo de 24 meses. O ponto inicial dessa crise foi a estiagem do primeiro trimestre do ano passado, e seus efeitos foram potencializados com o processo contínuo de valorização cambial, de um lado e, de outro, com a queda no preço de importantes *commodities* agrícolas no cenário internacional.

Mesmo com a agricultura nos demais estados brasileiros não tendo ultrapassado a mesma crise que ocorreu em solo gaúcho, a queda nos preços internacionais dos produtos foi o suficiente para promover uma queda de rentabilidade dos produtores agrícolas do País. Com isso, a demanda por produtos relacionados à indústria fornecedora de insumos, como fertilizantes e calcários e também de máquinas e equipamentos para o setor primário, tal como tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, sentiu essa retração de demanda. Uma vez que essas atividades têm uma importância significativa na composição do PIB setorial e também com fortes encadeamentos na matriz industrial do Rio Grande do Sul, a disseminação dessa crise ocorreu de forma intensa em todo o estado.

Na virada do ano de 2005, as medidas de restrição de repasses dos créditos de exportação, por parte do governo do estado aos segmentos exportadores, foi mais um duro golpe para um setor que já amargava prejuízos acumulados de cerca de R\$ 6 bilhões com a valorização cambial. E o segmento exportador do Rio Grande do Sul, que ocupa a terceira posição dentre os maiores exportadores do País, sentiu esse choque, em especial no aspecto financeiro.

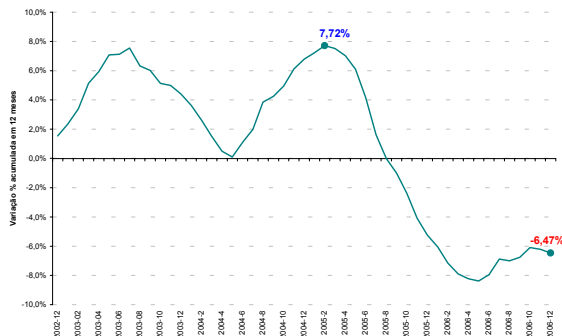
Para completar esse cenário negativo, o primeiro semestre do ano foi marcado pelas dificuldades criadas, tanto no mercado internacional quanto nacional, dos efeitos da gripe aviária. Nesse momento, um dos poucos setores no Rio Grande do Sul que ainda apresentavam bom desempenho, como era o caso de alimentos e bebidas, sentiu os efeitos nocivos dessa conjunção de fatores, e as vendas, que estavam positivas, reverteram-se rapidamente, indicando que o resultado do ano de 2006 deve ser de queda.

Da mesma forma que o desempenho de diversos segmentos industriais foram reagindo de forma negativa a essa sucessão de choques de oferta que atingiram a economia gaúcha, os indicadores de mercado de trabalho iniciaram uma retração. Tal comportamento pode ser analisado a partir do nível de emprego, horas trabalhadas e massa salarial do setor¹⁴. Apesar desse cenário, o movimento do indicador de desempenho industrial (IDI), sinaliza que o pior momento da crise já pode ter passado.

¹⁴ Ver comentário no item sobre o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul.

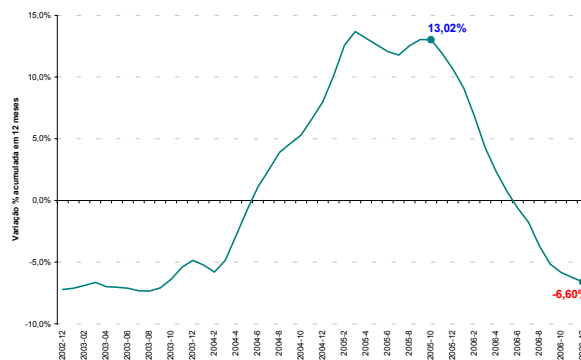
Porém, o ano de 2006 não deixará de revelar mais um período de queda no indicador, projetado para se situar próximo a 6%.

GRÁFICO 8.1 - GREVOÇÃO DO IDI – INDÚSTRIA TOTAL (VARIAÇÃO % EM 12 MESES)



Fonte: UEE/FIERGS

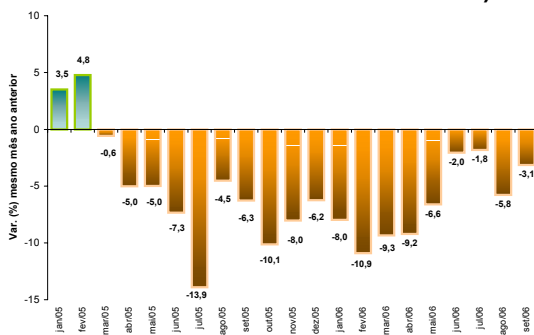
GRÁFICO 8.2 - EVOLUÇÃO DO IDI – ALIMENTOS E BEBIDAS (VARIAÇÃO % EM 12 MESES)



Fonte: UEE/FIERGS

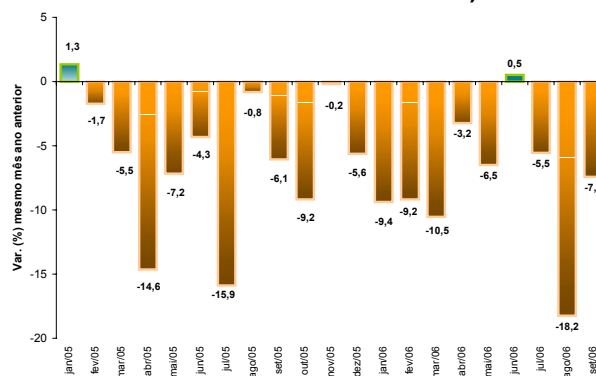
Vale ressaltar que, dentre as variáveis que compõem o IDI, as vendas industriais, sem dúvida alguma, foram as que mais reagiram de forma negativa ao cenário de valorização cambial e também à queda da demanda. De fevereiro a setembro último foram 19 meses de retração no indicador de vendas, quando medido em relação ao mesmo mês do ano anterior. Cenário idêntico teve o indicador de desempenho industrial. Esses resultados acabaram por construir o que se pode configurar como uma das mais intensa e prolongada crise que a indústria gaúcha já registrada em sua história.

GRÁFICO 8.3 - EVOLUÇÃO DO IDI – INDÚSTRIA TOTAL (EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR)



Fonte: UEE/FIERGS

GRÁFICO 8.4 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS – INDÚSTRIA TOTAL (EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR)

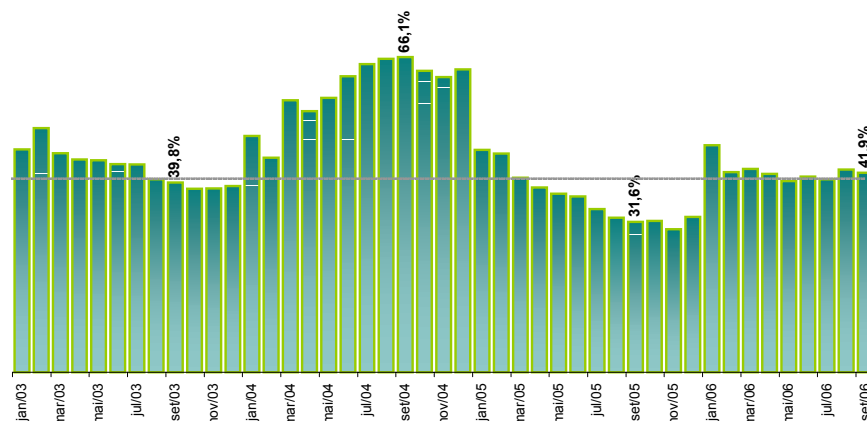


Fonte: UEE/FIERGS

Outro indicador setorial que também pode ser utilizado para retratar a dimensão dessa crise é o índice de difusão. Esse mede a proporção de empresas que apresentam aumento das vendas em relação ao total de empresas. Como pode ser visto, de um pico onde quase 70% das empresas industriais apresentavam crescimento das vendas em setembro de 2004, o indicador se retraiu para 30% em novembro do ano passado. Ou seja, nesse momento, no auge da crise, infere-se que cerca de 70% das empresas industriais do Rio Grande do Sul apresentavam queda nas vendas.

Desde então, é possível notar uma pequena e lenta recuperação no indicador, que atingiu, em setembro último, um total de 42%. Vale destacar que tal nível está muito abaixo do verificado em setembro de 2004. Porém, o aspecto positivo desse movimento é a sinalização de que mais empresas passaram a apresentar uma recuperação das vendas, indicando que os resultados de 2007 podem vir a ser melhores.

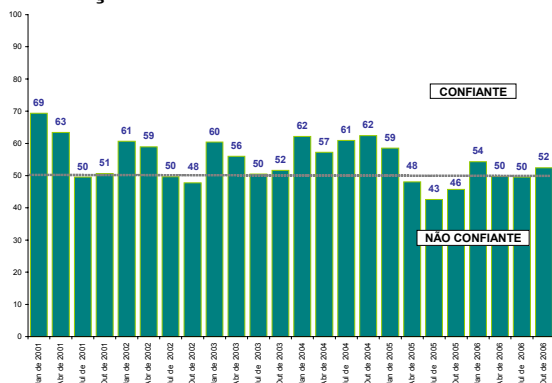
GRÁFICO 8.5 - ÍNDICE DE DIFUSÃO – VENDAS INDUSTRIAIS



Fonte: UEE/FIERGS.

A evolução da crise no Rio Grande do Sul e seus impactos sobre a confiança do empresário gaúcho também podem ser visualizadas a partir do movimento do ICEI – Índice de Confiança do Empresário Industrial¹⁵. Depois de ter atingido o seu pico no terceiro trimestre de 2004, o indicador iniciou um processo de queda que perdurou até o terceiro trimestre de 2006 (última pesquisa realizada). Vale destacar que essa queda ocorreu tanto nas condições atuais quanto no indicador de expectativas. Porém na medida em que a crise se instalava com maior intensidade no estado, foi o indicador de confiança que passou a apresentar a maior retração.

GRÁFICO 8.6 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL - RS



Fonte: UEE/FIERGS. Resultados do 3º trimestre de 2006.

TABELA 8.1 - COMPARATIVO ICEI BRASIL E RS

	Brasil	Rio Grande do Sul
Condições atuais	Economia	42,6
	Setor	42,5
	Empresa	50,4
Total		46,5
Expectativas	Economia	54,2
	Setor	54,1
	Empresa	61,5
Total		59,2
Índice de Confiança		55,0
		52,4

Fonte: UEE/FIERGS. Resultados do 3º trimestre de 2006.

¹⁵ O índice de confiança é composto de dois conjuntos de indicadores, o de condições atuais e o de expectativas. Cada um desses dois indicadores possuem três outras variantes; condições da economia, do setor de atividade e da empresa. Valores do indicador acima de 50 sinalizam uma situação otimista por parte do empresário, ao passo que um índice abaixo de 50 significa que o empresário está pessimista.

De acordo com a última pesquisa, realizada no terceiro trimestre do ano, em relação aos resultados apresentados para a média brasileira, é possível notar a disparidade de percepção das condições atuais e também das expectativas para os próximos seis meses comparativamente aos resultados no Rio Grande do Sul. Em qualquer que seja a medida utilizada, os níveis para o estado estiveram abaixo do resultado no Brasil. Cenário idêntico sinalizou o indicador de expectativa. A única exceção foi o resultado das expectativas para os próximos meses da empresa, na qual o Rio Grande do Sul registrou média acima da brasileira.

Por fim, o indicador de confiança, que é uma composição do nível de condições atuais e de expectativas, esteve maior no Brasil do que no Rio Grande do Sul. Vale destacar que dado positivo dessa última pesquisa é que o indicador de expectativas no estado já apresenta uma reversão, lenta, é verdade, mas que, assim como o índice de difusão, sinaliza melhores perspectivas para o estado em 2007.

Comparativamente ao resultado apresentado pela indústria em outros estados, as vendas gaúchas mostraram-se bem mais deprimidas. Além do Rio Grande do Sul, apenas três outros estados no Brasil tiveram queda das vendas industriais ao longo de 2006. Porém, a retração das vendas gaúchas supera em larga escala o resultado negativo presenciado nos outros estados. Isso se deve, basicamente, a dois fatores: primeiro o fato de que o Rio Grande do Sul possui uma estrutura produtiva que foi penalizada pela conjuntura adversa na agricultura nacional e também pelo perfil de produção de bens de capital e intermediários, tendo pouca participação no fornecimento de produtos de bens de consumo duráveis e semi-duráveis; em segundo lugar o fato da indústria do estado ter um perfil fortemente exportador, o que, em um cenário de valorização cambial, resultou em perdas de faturamento. Por outro lado, os melhores desempenhos industriais ocorreram nos estados da Bahia, Goiás e Pernambuco.

TABELA 8.2 - VENDAS INDUSTRIAIS DOS ESTADOS

(VARIAÇÃO % ACUMULADA NO ANO)

	Var.acum. no ano
Bahia	14,03%
Goiás	13,01%
Pernambuco	8,55%
Amazonas	6,47%
Paraná	4,35%
Minas Gerais	2,78%
Ceará	1,91%
São Paulo	0,68%
Brasil	0,38%
Santa Catarina	-4,38%
Espírito Santo	-0,39%
Rio Grande do Sul	-7,77%
Rio de Janeiro	-5,91%

Fonte: CNI/UEE/FIERGS.

Em relação aos segmentos industriais, é possível notar que os mais atingidos pela crise ou estão no grupo dos exportadores ou então fazem parte da cadeia produtiva do agronegócio. No segmento de alimento, o item mais importante é a produção de frangos. Nesse caso, o impacto foi duplo, uma vez que as empresas sentiram os efeitos da gripe aviária e da valorização cambial, pois o setor no estado é tradicionalmente exportador.

Ainda no grupo do agronegócio, destaque para as retrações das vendas de máquinas e implementos agrícolas, que puxou para baixo o desempenho da indústria de metalurgia.

No grupo dos exportadores, há aqueles que perderam competitividade no cenário externo, e tiveram queda de faturamento, como foi o caso do setor de couro e calçados, móveis e veículos automotores. Por outro lado, vale destacar que a valorização cambial também expôs a indústria nacional a uma maior concorrência estrangeira no cenário nacional, e o segmento de vestuário e acessórios foi fortemente atingido.

TABELA 8.3 - VENDAS INDUSTRIAIS POR SEGMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

(VARIAÇÃO % ACUMULADA NO ANO)

	Var. acum. no ano
Alimentos e bebidas	-8,77%
Alimentos	-10,60%
Bebidas	5,71%
Produtos têxteis	12,16%
Vestuário e acessórios	-11,75%
Couros e fab. artef. couro e calçados	-10,71%
Couros	-2,96%
Calçados	-11,52%
Produtos de madeira	-1,33%
Edição, impressão e repro. Grav.	-4,60%
Produtos químicos	1,16%
Borracha e plástico	3,88%
Borracha	7,02%
Metalurgia básica	-2,56%
Produtos de metal	2,39%
Máquinas e equipamentos	-9,85%
Máquinas Agrícolas	-13,22%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,45%
Material eletrônico e de comunicação	13,32%
Veículos automotores	-5,35%
Móveis e indústrias diversas	2,88%
Móveis	-0,47%
Indústria total	-7,77%

Fonte: UEE/FIERGS.

Em termos de categoria de uso, a maior queda nas vendas foi do item de bens de consumo durável, seguida da indústria de bens intermediários, em especial aqueles relacionados à indústria química e petroquímica. Por fim, tem-se a retração nas vendas de bens de capital, onde o item de maior peso são os tratores e as colheitadeiras.

Apesar desse cenário adverso, analisando comparativamente os dados do acumulado do ano com aqueles em 12 meses, pode-se notar que há uma tendência de recuperação das vendas industriais nas categorias de bens de consumo, fortemente puxada pelos itens de bens de consumo duráveis.

TABELA 8.4 - VENDAS INDUSTRIAIS POR CATEGORIA DE USO

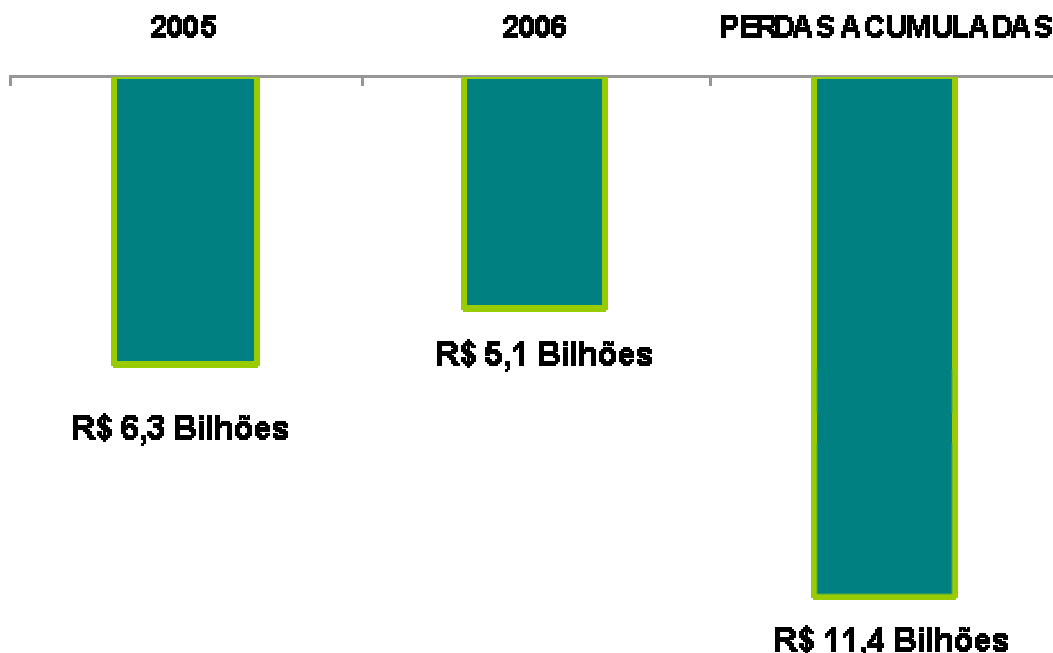
(VARIAÇÕES % ACUMULADAS NO ANO ATÉ SETEMBRO)

	Var. (%) ac. No ano	Var. (%) em 12 meses
Bens de Capital	-2,17%	-5,22%
Bens intermediários	-4,30%	-6,89%
Bens de Consumo	-2,89%	-1,38%
Duráveis	-10,25%	-5,29%
Não-duráveis	-2,01%	-0,84%
Vendas Totais RS	-7,77%	-7,08%
Vendas Totais Brasil	0,38%	-0,24%

Fonte: UEE/FIERGS.

Por fim, vale ressaltar que o biênio da crise 2005 e 2006 deve produzir uma queda de faturamento no setor industrial gaúcho da ordem de R\$ 11,4 bilhões, e colocar o nível de faturamento de alguns setores, como é o caso de couro e calçados, no mesmo patamar de 1997. Da mesma forma, no caso da indústria de móveis e de produtos de metal, o faturamento projetado para 2006 deve ficar no mesmo nível do faturamento do ano 2000.

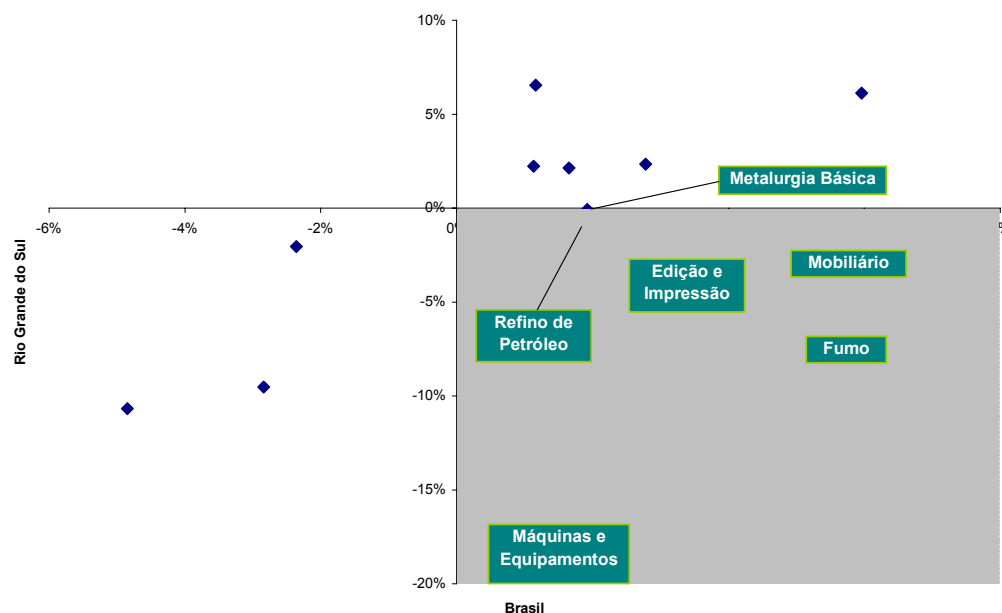
**GRÁFICO 8.7 - ESTIMATIVA DE PERDA DE FATURAMENTO NA INDÚSTRIA
COM A CRISE DE 2005 E 2006 (VALORES REAIS – IPCA)**



Os indicadores de produção do IBGE corroboram o cenário negativo vivenciado pela indústria gaúcha. Porém, em uma análise comparativa entre os resultados da produção no Rio Grande do Sul e Brasil, é possível identificar seis segmentos com desempenhos distintos. A indústria de máquinas e equipamentos, mobiliário, metalurgia básica, edição e impressão, refino de petróleo e fumo, apresentam queda de produção no Rio Grande do Sul ao passo que, no caso do Brasil, os mesmos segmentos estão com crescimento da produção. Novamente, dois fatores básicos podem explicar, em parte, esses resultados: os efeitos negativos da valorização cambial e o diferente perfil produtivo dessas indústrias.

Por exemplo, a indústria de fumo e de mobiliário do Rio Grande do Sul tem um perfil muito mais exportador do que as demais empresas do Brasil. No segmento de máquinas e equipamentos gaúcho, a predominância é de tratores, colheitadeiras e ar condicionado, ao passo que no Brasil são outros produtos que compõem esse segmento, como por exemplo *freezers* e congeladores de uso industrial, compressores de ar e gás, bombas compressoras e de diversos tipos, dentre outros produtos.

GRÁFICO 8.8 - PRODUÇÃO FÍSICA BRASIL E RIO GRANDE DO SUL (VARIAÇÃO % ACUMULADA NO ANO)



Fonte: IBGE. Dados até setembro/06.

Da mesma forma, os indicadores de **produção** sinalizam alguns segmentos com desempenho positivo que, no caso das **vendas**, estavam negativos. Esse é o caso, por exemplo, da indústria de alimentos, produtos químicos, produtos de metal e veículos automotores. Mas, no **agregado setorial**, ambos os indicadores apresentam desempenho negativo. Ressalta-se que as vendas têm queda mais acentuada pois tiveram um impacto direto da valorização do câmbio e da queda de faturamento em reais com as exportações¹⁶.

**TABELA 8.5 - PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL
(VARIAÇÕES % ACUMULADAS ATÉ SETEMBRO)**

	Var. (%) ac. No ano	Var. (%) em 12 meses
Alimentos	5,96%	6,54%
Bebidas	6,81%	6,12%
Celulose, papel e produtos de papel	6,20%	2,34%
Borracha e plástico	4,67%	2,23%
Veículos automotores	3,78%	2,14%
Metalurgia básica	-0,35%	-0,07%
Refino de petróleo e álcool	-6,14%	-0,96%
Mobiliário	3,11%	-2,01%
Outros produtos químicos	-0,86%	-2,04%
Edição, impr.e reprod.de gravações	-2,88%	-2,18%
Indústria de transformação	-2,99%	-3,21%
Fumo	-8,21%	-7,16%
Prod. de metal - exclusive máq. e equip.	-11,35%	-9,53%
Calçados e artigos de couro	-8,51%	-10,68%
Máquinas e equipamentos	-18,43%	-18,50%

Fonte: IBGE.

¹⁶ Para maiores esclarecimentos acerca das diferenças metodológicas entre os indicadores da FIERGS e do IBGE, consultar a metodologia.

Diante do exposto, alguns elementos devem estar presentes na determinação das projeções do setor para o ano de 2007. O pano de fundo do cenário internacional permanece benigno, com um crescimento da ordem de 4,9%, menores riscos inflacionários que advém do comportamento do preço do petróleo e a perspectiva de queda nos juros a partir de meados do ano. No cenário nacional, as perspectivas são de que a economia brasileira cresça de forma moderada, cerca de 3,5%, com destaque para a retomada dos investimentos, na esteira da queda dos juros nominais e reais, e também da produção industrial, que parte de um ano de resultado baixo.

Esses elementos em conjunto devem resultar em uma maior estabilidade econômica durante o ano traduzida em poucas oscilações na taxa de câmbio e inflação dentro da meta estipulada de 4,5%. Essa são as hipóteses de um cenário moderado que, do ponto de vista regional, sinalizam para a manutenção de uma rentabilidade ainda baixa para o segmento exportador, uma vez que não se vê, pelo menos até o final de 2007, uma perspectiva de maior desvalorização cambial.

Do ponto de vista setorial, a indústria inicia o ano com alguns segmentos já apresentando melhores resultados, seja do ponto de vista dos indicadores do IBGE de produção física, seja nos indicadores de vendas industriais coletados pela FIERGS. Esse é o caso, por exemplo, da indústria química, borracha e plástico e do complexo metal-mecânico. Por outro lado, alguns segmentos como couros e calçados, têxtil e alimentos e bebidas, ainda devem ter taxas negativas no indicador de desempenho industrial (IDI).

**TABELA 8.6 - PERSPECTIVAS DO IDI PARA A INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL
(VARIAÇÃO %)**

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Alimentos e bebidas	10,7%	-6,6%	-3,5%	-1,6%	0,2%
Produtos têxteis	2,5%	9,1%	-4,5%	-3,1%	-1,7%
Vestuário e acessórios	-0,9%	-6,0%	-0,2%	3,4%	7,1%
Couros e fab. artef. couro e calçados	-12,4%	-9,9%	-2,2%	-0,6%	1,1%
Produtos de madeira	-5,6%	-1,1%	1,7%	2,5%	3,3%
Edição, impr. e reprod. de gravações	-2,9%	-0,8%	-1,4%	0,4%	2,2%
Produtos químicos	-7,3%	-3,9%	1,7%	4,3%	6,8%
Borracha e plástico	-10,0%	-1,6%	1,9%	3,6%	5,3%
Metalurgia básica	-0,6%	-2,6%	-0,4%	1,0%	2,3%
Produtos de metal	-7,6%	-3,9%	3,1%	4,3%	5,6%
Máquinas e equipamentos	-15,7%	-10,4%	12,6%	15,1%	17,6%
Máquinas Agrícolas	-26,5%	-17,0%	27,1%	31,7%	36,2%
Máq., aparelhos e materiais elétricos	-22,1%	-2,7%	9,4%	11,8%	14,3%
Material eletrônico e de comunicação	-8,9%	11,5%	-2,9%	-0,2%	2,5%
Veículos automotores	-2,4%	-4,5%	1,0%	2,5%	4,0%
Móveis e indústrias diversas	-5,0%	-1,1%	0,9%	1,9%	2,9%
Móveis	-6,4%	-5,9%	4,3%	5,5%	6,8%
Indústria total	-5,2%	-6,5%	5,2%	6,5%	7,8%

Fonte: NEST/FIERGS. *Estimativa UEE/FIERGS. Previsões da UEE/FIERGS

Tal fato está diretamente relacionado, no caso da indústria de alimentos, à menor rentabilidade do setor exportador de frangos, da mesma forma que ainda se projetam dificuldades para o setor de calçados. Para a indústria têxtil, a maior exposição à concorrência internacional deve contribuir para deprimir as vendas do setor. Por fim, o

resultado da indústria de material eletrônico e de comunicação apresenta resultado negativo devido a elevada base de comparação do ano de 2006.

Os destaques com resultados positivos devem vir da indústria de máquinas e equipamentos, que já apresenta ligeira melhora das vendas no mercado nacional, e também da indústria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. No primeiro caso, destaque para uma melhor performance da agropecuária nacional.

Assim, no cenário moderado, o indicador de desempenho industrial no Rio Grande do Sul deve ter crescimento da ordem de 6,5%, onde a maior contribuição deve ser da variável vendas reais. Vale destacar que, mesmo diante de uma piora no cenário nacional, com inflação um pouco maior e uma política monetária mais apertada, juntamente com uma valorização do câmbio, as perspectivas para a indústria gaúcha são positivas. O fato é que boa parte do crescimento de 2007 está fundamentado em uma base de comparação baixa, construída após dois anos seguidos de queda do indicador.

9. MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

CRISE NA INDÚSTRIA LIMITA A EXPANSÃO DO EMPREGO E DA RENDA NO ESTADO.

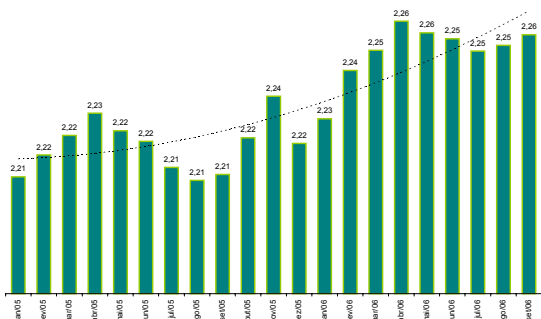
Se for levado em conta a crise que assola o Estado, o ano que se encerra registrou um padrão aceitável de desempenho do mercado de trabalho. Poderia ter sido melhor, não fosse a fraca evolução dos indicadores relacionados à indústria de transformação. A renda dos trabalhadores, de um modo geral, cresceu em resposta ao aumento do salário mínimo, da estabilidade de preços e dos reajustes salariais na iniciativa privada e no setor público.

Ao contrário do dinamismo apresentado em âmbito nacional, o ritmo de crescimento da geração de postos formais em 2006 no Rio Grande do Sul, aumentou comparativamente ao ano passado. Todavia, essa melhora relativa se dá diante de um quadro extremamente desfavorável ocorrido no ano passado, quando os indicadores de mercado de trabalho no Estado registraram os piores desempenhos desde a crise cambial de 1999. Portanto, de uma maneira geral os índices associados ao mercado de trabalho do Rio Grande do Sul – ocupação e renda - melhoraram em 2006 na comparação com 2005, porém, não significa que estamos diante de um cenário positivo. O estado ainda ressenete-se da crise derivada da valorização cambial e dos demais fatores que colocam a atividade econômica gaúcha, e em especial a indústria, em níveis historicamente baixos.

Esta seção tem como objetivo acompanhar a evolução do mercado de trabalho gaúcho, em especial a geração do emprego, o nível de ocupação, a taxa de desemprego e os rendimentos dos trabalhadores. Para tanto, este foi analisado sob a ótica de três pesquisas diferentes divididas entre Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho – CAGED / MTE -, a Pesquisa Indicadores Industriais da FIERGS e a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME – IBGE).

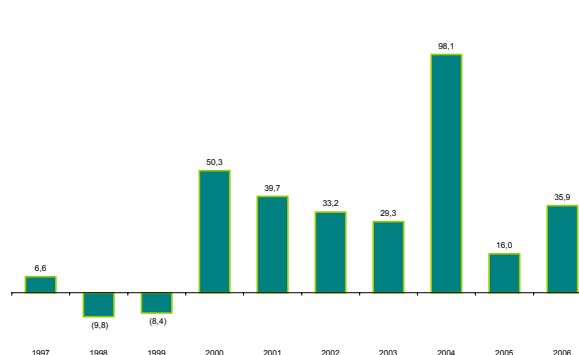
NÍVEL DE OCUPAÇÃO TOTAL

GRÁFICO 9.1 - ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS RS (MILHÃO)



FONTE: CAGED/MTE

GRÁFICO 9.2 - GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO RS (JANEIRO A SETEMBRO)



Iniciando a análise pela geração de empregos formais, o CAGED / MTE confirmou o comportamento favorável deste indicador no Estado. O contingente médio de trabalhadores com carteira assinada alcançou 2,26 milhões em 2006. A criação de mais

de 35,9 mil novos postos de trabalho formais, de janeiro a setembro deste ano, é mais do que o dobro do número registrado no mesmo período do ano passado (16 mil). Vale ressaltar, que, mesmo levando-se em consideração o baixo nível de 2005 e o momento de crise que ainda atravessa o Estado, a geração de emprego nos primeiro nove meses de 2006 é a quarta maior em dez anos.

Os melhores resultados para o número de vagas criadas, relativamente a 2005, foram determinados, principalmente, pela Indústria Total que, após ter fechado 12,0 mil postos em 2005, recuperou-se, em parte, nesse ano e gerou 11,1 mil vagas. Este comportamento refletiu a retomada das contratações na indústria de transformação e na construção civil. Entre os setores econômicos, apenas o agropecuário fechou postos de trabalho em 2006, assim mesmo, apresentou um desempenho relativamente melhor do que o mesmo período do ano passado. O setor de Serviços, por sua vez, embora tenha dado a maior contribuição à geração de postos de trabalho, esta é inferior ao ano passado.

TABELA 9.1 - GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL - RS – SETORES (em unidades)

	Geração de Postos de Trabalho	
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006
Agricultura	(4.757)	(3.166)
Indústria Total	(11.986)	11.070
Indústria Extrativa	(44)	505
Indústria de Transformação	(10.921)	7.832
SIUP	467	598
Construção Civil	(1.488)	2.135
Comércio	6.549	7.657
Serviços	26.215	20.350
TOTAL	16.021	35.911

Fonte: CAGED/MTE

Em termos regionais, as maiores contribuições foram fornecidas pelas regiões Metropolitana de Porto Alegre, com 16,0 mil novos postos, e o Nordeste Rio-Grandense, apresentando 7,8 mil novas oportunidades de trabalho com carteira assinada. O bom desempenho reflete a característica econômica dessas regiões: fortemente vinculadas à indústria.

TABELA 9.2 - GERAÇÃO DE EMPREGO RS – REGIÕES – (em unidades)

(Acumulado de Janeiro a Setembro de 2006)

	Geração de Emprego	
	Absoluto	Percentual
Noroeste Rio grandense	4.250	1,5%
Nordeste Rio grandense	7.835	2,9%
Centro Ocidental Rio grandense	2.080	2,8%
Centro Oriental Rio grandense	4.967	3,4%
Metropolitana de Porto Alegre	15.983	1,3%
Sudoeste Rio grandense	354	0,4%
Sudeste Rio grandense	442	0,3%
Total	35.911	1,6%

Fonte: CAGED/MTE

Passando a análise para o nível de emprego (estoque de empregados) percebe-se que houve um aumento médio de 33,4 mil novos postos de trabalho na economia gaúcha na comparação de janeiro a setembro de 2006 com o mesmo período de 2005. Esse bom desempenho foi devido, fundamentalmente, aos setores de comércio e serviços. A agricultura e a indústria encolheram seus quadros funcionais, em especial a indústria de transformação, que apesar do aumento no número de contratações em 2006 referido, esse não compensou a forte retração do emprego ocorrida ao longo do ano passado. Nesse caso, o setor manufatureiro gaúcho reduziu em 10,8 mil o contingente de empregados.

TABELA 9.3 - ESTOQUE DE TRABALHADORES FORMAIS - RS

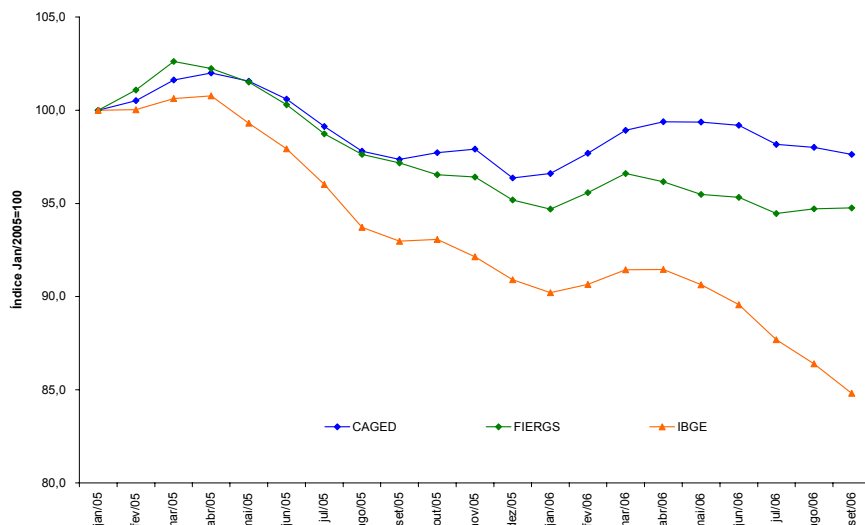
	Estoques de empregados		Diferença
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006	
Agricultura	78.451	75.799	(2.652)
Indústria Total	713.926	704.464	(9.462)
Indústria Extrativa	4.737	5.013	276
Indústria de Transformação	621.745	610.968	(10.777)
SIUP	14.884	15.394	510
Construção Civil	72.560	73.089	529
Comércio	398.716	416.778	18.062
Serviços	1.025.409	1.052.902	27.493
TOTAL	2.216.502	2.249.943	33.441

Fonte: CAGED/MTE

No que se refere especificamente à indústria de transformação, três indicadores são importantes para avaliar o comportamento do emprego do setor no Estado, e da mesma forma que no âmbito nacional, demonstram trajetórias diferentes, embora invariavelmente apontem para uma retração.

A diferença se dá de forma mais expressiva entre o indicador de emprego da PIMES/IBGE e os indicadores da FIERGS e do CAGED/MTE. Nesse sentido, enquanto os dois últimos registram retração de 1,7 e 4,8%, respectivamente, o primeiro aponta uma queda de 9,0%. Em termos absolutos, o primeiro estima uma diminuição no quadro de empregados da indústria da ordem de 10,8 mil, enquanto o segundo de 29,8 mil e o último indica 56 mil postos destruídos.

GRÁFICO 9.3 - NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL – RIO GRANDE DO SUL

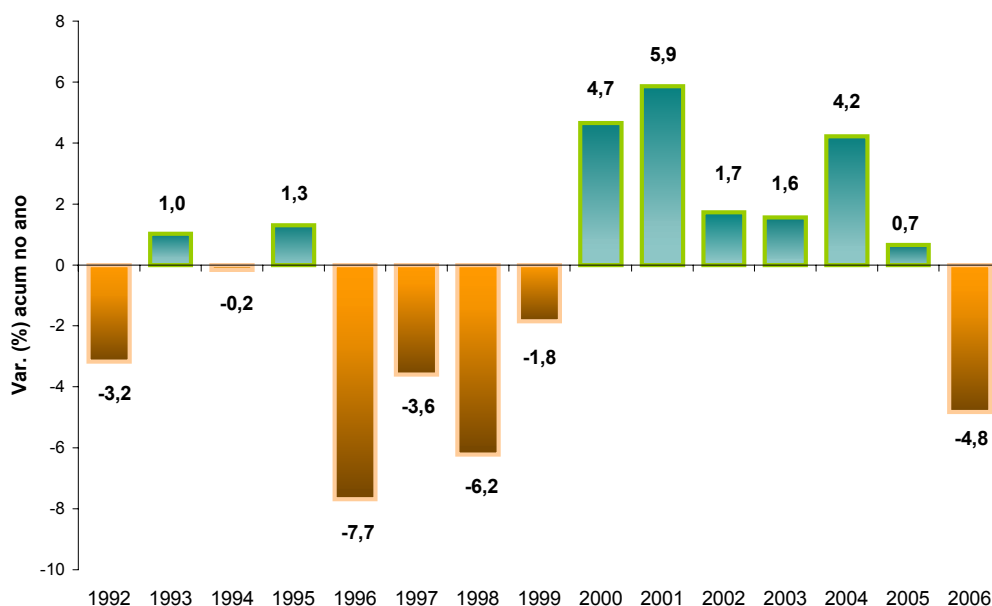


Fonte: CAGED/TEM IBGE CNI

As diferenças metodológicas vão ao encontro de que a maior retração da PIMES/IBGE deve-se ao fato da amostra abranger o setor informal da economia, segmentos não contemplados nos indicadores de emprego da FIERGS e do MTE.

Pelo menos há uma certeza: o emprego na indústria de transformação gaúcha passa pelo momento mais delicado desde o período de ajuste ocorrido ao longo do Plano Real. O gráfico demonstra que em 2006, deverá ocorrer a primeira redução no quadro de funcionários da indústria de transformação desde o ano 1999.

**GRÁFICO 9.4 - PESSOAL OCUPADO – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - RS
VAR. ACUM. NO ANO(%) - JANEIRO A SETEMBRO**



FONTE: FIERGS

**TABELA 9.4 - ESTOQUES DE EMPREGADOS FORMAIS INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – RS
(em unidades)**

	Estoque de empregados		Diferença Absoluta	Diferença (%)
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006		
Alimentos e Bebidas	96.984	101.883	4.900	5,1%
Fumo	16.155	14.775	(1.380)	-8,5%
Têxtil	12.012	11.833	(179)	-1,5%
Vestuário e acessórios	16.626	16.713	87	0,5%
Artefatos de couro e Calçados	165.051	151.095	(13.956)	-8,5%
Madeira	17.453	17.675	222	1,3%
Celulose e produtos de papel	8.962	8.852	(110)	-1,2%
Editorial e Gráfica	17.501	18.183	681	3,9%
Coque e refino de petróleo	1.099	1.139	40	3,6%
Química	16.262	16.259	(3)	0,0%
Borracha e Plástico	35.501	35.803	302	0,9%
Minerais não-metálicos	14.744	15.123	380	2,6%
Metalurgia básica	14.289	13.897	(392)	-2,7%
Produtos de metal	44.535	44.102	(432)	-1,0%
Máquinas e equipamentos	47.281	46.045	(1.236)	-2,6%
Máquinas para escritório e equip informatic...	2.336	2.756	420	18,0%
Material elétrico e de comunicações	10.583	10.837	254	2,4%
Material eletrônico e de aparelhos e equip. de c	4.326	4.673	347	8,0%
Equip. de instrum. para usos medico-hospital...	2.730	2.900	170	6,2%
Material de Transporte	34.081	34.273	193	0,6%
Outros equipamentos de transporte	591	1.020	429	72,7%
Móveis e indústrias diversas	40.858	39.370	(1.488)	-3,6%
Reciclagem	1.786	1.761	(25)	-1,4%
Total Indústria de Transformação	621.745	610.968	(10.777)	-1,7%

FONTE: CAGED/MTE

Em termos setoriais, a evolução negativa do emprego na indústria de transformação gaúcha em 2006 é resultado da redução nos quadros funcionais de segmentos fortemente intensivos em mão-de-obra e direcionados ao mercado externo: coureiro-calçadista, mobiliário, fumo e máquinas e equipamentos. Por outro lado, os setores de alimentos (e bebidas), editorial e gráfica e material de transporte deram as maiores contribuições positivas devido, basicamente, ao seu maior vínculo com o mercado interno.

A variável Pessoal Empregado Total, componente da Pesquisa Indicadores Industriais da FIERGS, confirma que as maiores reduções do quadro funcional na indústria gaúcha vêm sendo verificadas nos segmentos de fumo, couros e calçados, máquinas e equipamentos e móveis.

TABELA 9.5 - PESSOAL EMPREGADO TOTAL (%)

	Acumulado	
	no Ano	em 12 Meses
Alimentos e bebidas	1,3%	2,4%
Alimentos	1,3%	2,4%
Bebidas	2,3%	3,1%
Produtos de fumo	-21,6%	-20,5%
Produtos têxteis	4,9%	4,2%
Vestuário e acessórios	0,0%	-0,8%
Couros e fab. artef. couro e calçados	-13,0%	-13,6%
Couros	-1,9%	-3,1%
Calçados	-13,8%	-14,3%
Produtos de madeira	-5,2%	-5,7%
Edição, impressão e reprod. de gravê	3,7%	2,7%
Produtos químicos	1,2%	0,9%
Borracha e plástico	-2,4%	-2,4%
Borracha	-0,7%	-1,0%
Metalurgia básica	-0,6%	-0,6%
Produtos de metal	-4,0%	-4,1%
Máquinas e equipamentos	-2,6%	-4,5%
Máquinas Agrícolas	-10,5%	-13,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-4,1%	-3,2%
Material eletrônico e de comunicação	4,9%	4,4%
Veículos automotores	0,2%	0,7%
Móveis e indústrias diversas	-4,7%	-4,6%
Móveis	-10,4%	-9,5%
Total Indústria de Transformação	-4,8%	-5,0%

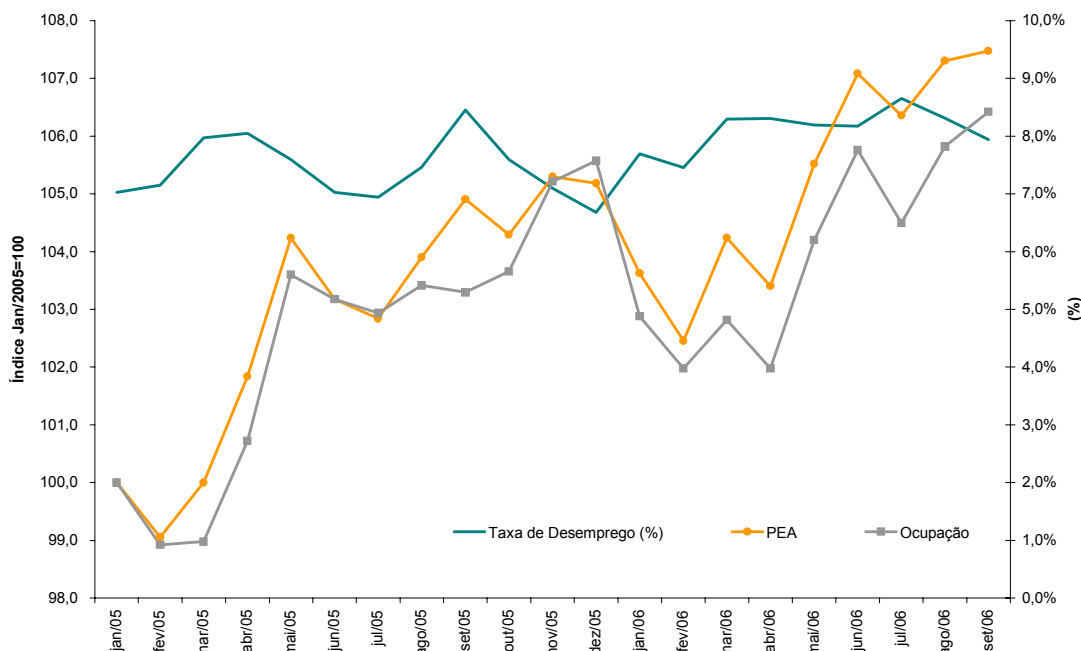
FONTE: FIERGS

TAXA DE DESEMPREGO

Em 2006, a taxa de desemprego na região metropolitana de Porto Alegre foi em média (até setembro) 8,1% ante 7,5% no mesmo período de 2005. Este crescimento de 0,6 pontos percentuais é explicado pelo incremento mais intenso da População Economicamente Ativa – PEA (força de trabalho), 3,0% no período em análise, contra uma expansão da ocupação (demanda por trabalhadores) de 2,3%. Portanto, o aumento da taxa de desemprego resulta da incapacidade da economia da região gerar o número suficiente de empregos para compensar o crescimento da força de trabalho. De fato, em termos absolutos, foram criados 39,4 mil novas oportunidades de trabalho ante um crescimento de cerca de 54,7 mil pessoas ao contingente de trabalhadores em busca de uma vaga.

Esse diferencial (0,6%) representa um acréscimo no contingente de desempregados de 15,3 mil indivíduos, situação esta que alcança, em 2006, 153,2 mil trabalhadores na região.

GRÁFICO 9.5 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E DE SEUS COMPONENTES



Fonte: PME/IBGE

O aumento da taxa de desemprego na região foi expressivo para os trabalhadores da faixa de 18 a 24 anos de idade e de menores níveis de escolaridade. O desemprego na faixa de 15 a 17 anos, embora tenha diminuído, segue com as maiores taxas, confirmando a extrema dificuldade dos jovens em obter o primeiro emprego.

**TABELA 9.6 - TAXA DE DESEMPREGO (%)
FAIXA ETÁRIA**

	Taxa de desemprego	
	Jan/set-2005	Jan/set-2006
15 a 17 anos	28,0	27,4
18 a 24 anos	15,1	15,3
25 a 49 anos	5,5	5,6
50 anos ou mais	3,0	3,0

**TABELA 9.7 - TAXA DE DESEMPREGO (%)
ANOS DE ESTUDO**

	Taxa de desemprego (%)	
	Jan/set-2005	Jan/set-2006
S/ instrução e menos de 8 anos	6,7	8,1
8 a 10 anos	10,4	10,7
11 anos ou mais	6,8	7,1

Fonte: PME/IBGE

No que tange aos setores pesquisados, o desemprego aumentou consideravelmente na indústria, em sintonia com o medíocre desempenho do setor no Estado. Percebe-se que a maior parte desse comportamento deve-se, principalmente, a indústria de transformação. Vale ressaltar, que o segmento coureiro-calçadista com forte presença na região foi o segmento industrial que mais demitiu em 2006.

Por outro lado, a taxa de desemprego caiu na construção civil, oscilando em menor grau nos demais segmentos econômicos pesquisados.

O nível de ocupação metropolitana, por sua vez, aumentou 2,3% nos nove primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2005, correspondendo a um acréscimo de 39 mil novas ocupações. Esse comportamento ocorreu na maioria dos setores pesquisados, com destaque para o grupo composto pela intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis. No grupo encabeçado pela administração

pública, a expansão da ocupação também foi expressiva. O momento desfavorável da indústria gaúcha é mais uma vez captado pela redução do indicador do setor.

TABELA 9.8 - TAXA DE DESEMPREGO – SETORES – RMPOA (%)

	Taxa de desemprego	
	Jan/set-2005	Jan/set-2006
Indústria, produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3,7	5,7
Construção	5,4	4,9
Comércio	4,2	4,4
Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imob. e int. financ.	3,9	3,9
Adm. pública, defesa, seg. social, educação, saúde e serviços sociais	1,7	2,0
Serviços domésticos	4,3	4,1
Outros serviços	4,5	4,2

Fonte: PME/IBGE

TABELA 9.9 - NÍVEL DE OCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE POA

	Ocupação média (mil)		Diferença (%)
	Jan/Set-2005	Jan/Set-2006	
Indústria Geral	397	388	(2,3)
Construção	117	120	3,1
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pe	328	334	1,9
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e s	204	220	7,9
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, s	271	281	3,6
Serviços domésticos	119	122	2,4
Outros serviços	243	255	4,9
Outras atividades	16	13	(14,8)
Total RS	1.695	1.734	2,3

Fonte: PME/IBGE

A maior parte do aumento do contingente de pessoas empregadas (essa variável é conceitualmente diferente das pessoas ocupadas) em 2006 foi por conta própria: 22,1 mil. Destaca-se também a número de pessoas empregadas com carteira assinada que aumentou em 19,4 mil. O número de empregadoras, por outro lado, diminuiu em 9,3 mil indivíduos.

TABELA 9.10 - PESSOAS EMPREGADAS DO TRABALHO PRINCIPAL- RMPOA

	Ocupação (em mil)		Diferença (%)
	Jan/set-2005	Jan/set-2006	
Empregadas - com carteira de trabalho assinada	829,9	849,3	2,3
Empregadas - sem carteira de trabalho assinada	323,2	329,4	1,9
Conta própria	301,8	323,9	7,3
Empregadoras	89,3	80,0	(10,4)
Outros	15,7	17,6	12,1
Total	1.559,9	1.600,2	2,6

Fonte: PME/IBGE

TABELA 9.11 - PESSOAS EMPREGADAS NO TRABALHO PRINCIPAL-RMPOA

	Ocupação (em mil)	
	Jan/set-2005	Jan/set-2006
Empregadas do setor privado no trabalho principal	970,8	985,0
Com carteira de trabalho assinada	744,7	760,1
Sem carteira de trabalho assinada	226,1	224,9
Setor público	197,2	205,0
Total	1.559,9	1.600,2

FONTE: PME/IBGE

Ainda no âmbito das pessoas empregadas no trabalho principal, os dados disponíveis permitem registrar que o maior aumento ocorreu no setor privado da

economia, em especial, ocorreram nas vagas com carteira assinada. Cabe ressaltar, que no setor privado o número de vagas sem carteira assinada caiu. Portanto, dado que o montante de pessoas empregadas sem carteira assinada aumentou no total da região, esse crescimento se deu no setor público.

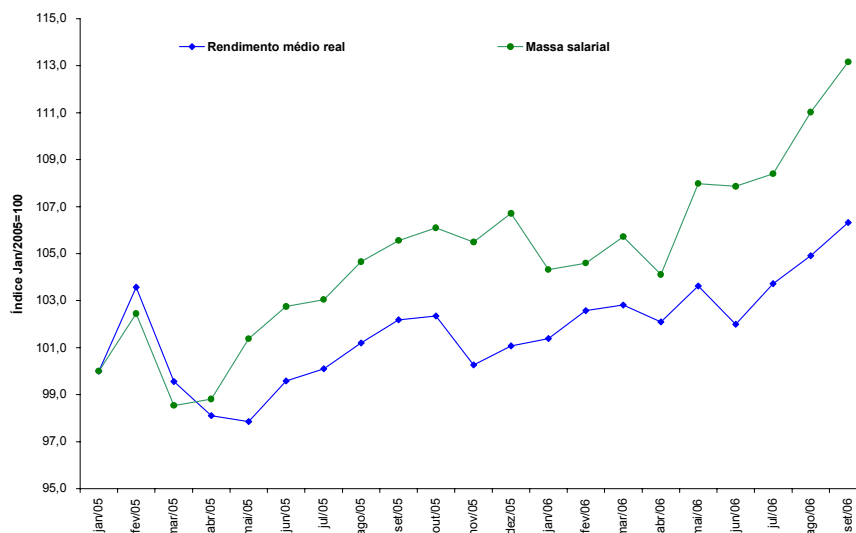
RENDIMENTOS

No que se refere a esta variável, há duas formas de análise: a primeira é estimada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), que abrange o setor formal e informal das principais regiões metropolitanas e o segundo, a partir do setor formal da economia do CAGED / MTE com abrangência nacional.

Simultaneamente à expansão do nível de emprego, o desempenho dos rendimentos dos trabalhadores apresentou uma relativa melhora em 2006, resultado dos aumentos reais do salário mínimo, da diminuição dos índices de preços e dos reajustes no setor público e privado.

O rendimento médio real do trabalhador na região metropolitana de Porto Alegre (R\$ 981,60) aumentou 3,0% enquanto a massa salarial do total (R\$ 1,7 bilhão/ mês) cresceu 5,5% no período de janeiro a setembro de 2006 ante o mesmo período de 2005.

GRÁFICO 9.6 - RENDIMENTO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO



Fonte: PME / IBGE

Em termos absolutos, a expansão nos rendimentos totais recebidos habitualmente pelos trabalhadores representou um incremento médio de R\$ 88 milhões/mês, em valores de setembro, na economia da região, sendo que cada trabalhador recebeu em média R\$ 29,0 por mês a mais do que em 2005. Essa dinâmica se deu de forma mais expressiva nos trabalhadores por conta própria e empregados no setor público, embora, os rendimentos tenham aumentado no setor privado em menor intensidade.

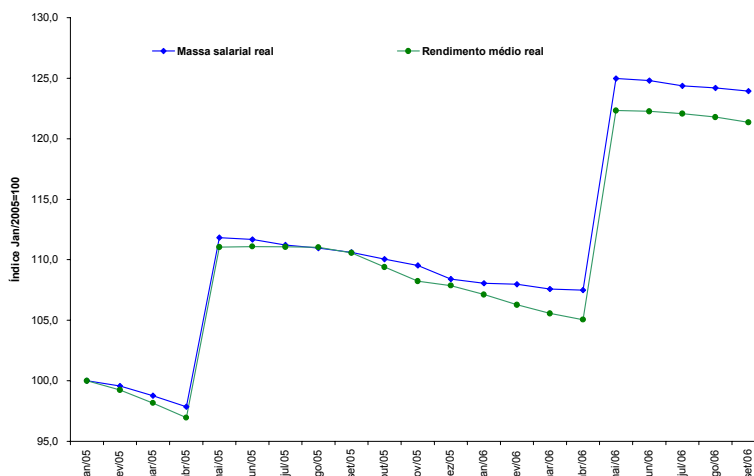
No mesmo sentido, o rendimento médio dos trabalhadores estimado com base nos registros administrativos do CAGED/MTE aponta para uma expansão de 8,9% no período de janeiro a setembro em relação ao período análogo de 2005, e alcança R\$ 1,1 mil. Esse desempenho somado ao crescimento do emprego no período determinou um incremento da massa salarial da economia gaúcha de 10,6% e atingiu o total estimado de R\$ 2,5 bilhões/mês. O montante referido representa um acréscimo de renda, derivado dos salários dos trabalhadores com carteira assinada, de R\$ 240 milhões mensais se comparados ao mesmo período do ano passado. Cada trabalhador, aumentou o seu poder de compra em R\$ 91,00 mensais em valores de setembro de 2006.

TABELA 9.12 - RENDIMENTO MÉDIO DOS TRABALHADORES - RMPOA

	Rendimento médio R\$		Variação (%)	Variação R\$
	Jan/set-2005	Jan/set-2006		
Setor Privado com carteira assinada	872,81	887,64	1,7%	14,8
Setor Privado sem carteira assinada	617,65	628,73	1,8%	11,1
Setor Público	1.618,55	1.695,32	4,7%	76,8
Conta própria	815,41	908,03	11,4%	92,6
Total	952,74	981,60	3,0%	28,9

Fonte: PME/IBGE

GRÁFICO 9.7 - EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES – SETOR FORMAL - RS



Fonte: MTE / CAGED

Comportamento totalmente diferente é percebido na indústria de transformação do Estado. Em sintonia com a redução das vendas e da produção, os rendimentos pagos aos trabalhadores no setor manufatureiro caíram 8,2%, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários. Este percentual representa em termos de massa salarial um decréscimo de cerca de R\$ 556 milhões.

TABELA 9.13 - FOLHA DE PAGAMENTO REAL – INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RS (Var. acumulada Jan-Set/2006)

	Variação (%)
Alimentos e Bebidas	4,4
Fumo	2,9
Têxtil	(10,2)
Vestuário	(20,3)
Calçados e Couro	(22,1)
Madeira	(10,7)
Papel e Gráfica	(10,6)
Coque, Refino de Petróleo, Comb.Nucleares e Álcool	12,8
Produtos Químicos	(15,2)
Borracha e Plástico	(11,0)
Minerais Não-Metálicos	2,7
Metalurgia Básica	(8,1)
Produtos de Metal	(6,9)
Máquinas e Equipamentos	(6,6)
Máq.e Apar. Elétricos, Eletrônicos, Precisão e de Com.	(1,3)
Fab.de Meios de Transporte	3,4
Fab. de Outros Produtos	(11,2)
Indústria de Transformação RS	(8,2)

FONTES: PIMES/IBGE

Os setores onde os salários caíram de forma mais intensa foram calçados (e couros), vestuário, produtos químicos. Entre os que registraram expansão destaque para os gêneros de refino de petróleo e alimentos (e bebidas).

A expectativa sobre os rendimentos dos trabalhadores gaúchos, é a mesma referida quando da análise nacional: passados os efeitos dos reajustes concedidos, a trajetória declinante nos índices de preços e a perspectiva de reajustes menores no salário mínimo, tendo em vista o déficit na previdência social, os rendimentos não deverão apresentar um desempenho tão positivo no médio prazo. A indústria de transformação, por sua vez, deve recuperar em boa parte os salários pagos, em resposta à perspectiva de melhor desempenho do nível de emprego.

Segundo as projeções da Unidade de Estudos Econômicos, mantido o atual padrão de crescimento do emprego formal no Estado em 2006, tanto no agregado quanto na indústria de transformação, deveremos encerrar o ano contabilizando algo em torno de 49,6 mil novas vagas com carteira assinada. Na indústria total, este número deverá ser de apenas 9 mil, resultado do desempenho modesto da indústria de transformação, que deverá gerar 8,1 mil postos de trabalho em 2006.

Já para 2007 com uma expectativa de melhora no quadro conjuntural no Estado expresso na expansão das vendas internas e externas e da produção industrial, têm-se os elementos necessários para se criar 51,8 mil empregos, acima, portanto de 2006. Esse melhor resultado deriva basicamente de um crescimento mais vigoroso do emprego na indústria (14,4 mil), em grande parte, devido a geração de 13,8 mil postos de trabalho na indústria de transformação.

No cenário pessimista, com as projeções de menor crescimento da economia regional, deverá resultar também em menor geração de empregos formais. Porém, projeta-se que em pelo menos, 48,8 mil novos empregos no próximo ano. A indústria de transformação nesse cenário deverá ser responsável pela criação de 12,7 mil novas oportunidades de trabalho.

No cenário otimista, naturalmente, as projeções de crescimento da economia são maiores e, portanto, devendo resultar em um maior número vagas criadas. Nesse cenário, projeta-se 55 mil novas vagas para 2007. A indústria de transformação, por sua vez, deve colaborar com um incremento de 15 mil novos empregos.

TABELA 9.14 - GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS - RS

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Agricultura	(3.448)	(1.603)	(1.322)	(529)	265
Indústria Total	(19.127)	8.998	12.710	14.400	16.251
Serviços	48.838	42.246	37.375	37.950	38.526
Total	26.263	49.642	48.763	51.822	55.042
Estoque de empregados	2.219.595	2.269.237	2.318.000	2.321.058	2.324.279

Fonte e Projeções: Unidade de Estudos Econômicos

Em termos setoriais, projeta-se para 2007 uma queda no emprego apenas para o segmento coureiro-calçadista. O setor alimentício (incluído bebidas), deve dar a maior contribuição para o resultado agregado. Destaca-se ainda a geração de postos de trabalho no setor metal-mecânico e plásticos e borracha.

TABELA 9.15 - PERSPECTIVAS PARA A GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – RS

	2005	2006	Cenário 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Alimentos e bebidas	5.132	3.660	4.812	5.018	5.225
Produtos têxteis	(328)	240	117	141	164
Vestuário e acessórios	497	430	599	636	673
Couros e fab. artef. couro e calçados	(18.212)	(1.555)	(1.220)	(861)	(503)
Produtos de madeira	233	289	482	505	528
Edição, impr. e reprod. de gravações	512	550	465	483	501
Produtos químicos	(133)	670	402	421	441
Borracha e plástico	412	473	1.129	1.195	1.262
Metalurgia básica	(921)	508	539	559	580
Produtos de metal	(1.224)	1.136	1.219	1.289	1.359
Máquinas e equipamentos	(2.748)	180	1.180	1.264	1.347
Máq., aparelhos e materiais elétricos	384	519	354	360	366
Material eletrônico e de comunicação	186	367	617	645	673
Veículos automotores	187	1.319	1.948	1.990	2.032
Móveis e indústrias diversas	(1.900)	120	285	348	411
Outros	880	(775)	(201)	(149)	(100)
Indústria total	(17.043)	8.131	12.725	13.844	14.959
Estoque de empregados	598.811	606.942	619.667	620.786	635.745

Fonte e Projeções: Unidade de Estudos Econômicos

RECUPERAÇÃO DA SAFRA E DO COMPLEXO CARNES GARANTEM CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES.

O ano de 2006 iniciou gerando expectativas pessimistas quanto ao comportamento do setor externo gaúcho, mas a recuperação da safra agrícola e o incremento das exportações industriais no segundo semestre, principalmente do complexo carnes, geraram um crescimento acima do esperado.

Há alguns anos, o setor externo do Rio Grande do Sul está sob o olhar atento de analistas e empresários. Em 2003 e 2004, por exemplo, o setor externo representou uma grande oportunidade de expansão das suas atividades e a ele foi atribuída a responsabilidade pela recuperação econômica do estado no período (+4,8% e 3,4%, respectivamente). Em 2005, por sua vez, com a intensificação do processo de valorização cambial desde 2004, o cenário começou a mudar. A valorização do câmbio reduzia a competitividade dos produtos gaúchos e simultaneamente contraiu as receitas em reais das exportações. Somado a isso, a profunda crise do setor agrícola em função da seca ocorrida no mesmo ano determinou uma queda significativa na quantidade de grãos processados e exportados com impactos negativos sobre o PIB gaúcho de 2005 (-4,8%).

Com base nesse cenário foram feitas as projeções de desempenho do comércio exterior do RS para o ano de 2006. Obviamente, as expectativas não eram nada animadoras, indicando um crescimento bastante modesto, dado fundamentalmente pela esperada recuperação da produção agrícola aos seus patamares normais. Desta forma, projetavam-se exportações em US\$ 10,8 bilhões para 2006.

O mês de janeiro chegou confirmando as expectativas mais pessimistas, queda de 17% em relação ao mesmo período de 2005. Entretanto, a partir do mês de fevereiro a queda na comparação mensal parou e leves altas foram registradas, sendo que somente em maio as exportações industriais reverteram o sinal negativo gerado em janeiro. A partir de então com a retomada das exportações de soja e a melhoria do desempenho de alguns segmentos da indústria, principalmente no segundo semestre, o resultado de crescimento das vendas externas se consolidou.

Até outubro, as exportações totais do estado (incluindo a venda de produtos primários) tiveram um incremento de 13%, alcançando o montante de US\$ 9,7 bilhões, enquanto que as vendas externas da indústria acumularam alta de 6%, ou US\$ 8,8 bilhões, superando as expectativas do início do ano. A referida retomada ocorrida no segundo semestre, em parte, pode ser atribuída à base de comparação mais baixa, uma vez que o segundo semestre de 2005 já registrava um desaquecimento das exportações industriais do estado. Ou seja, o crescimento mais acentuado do período é parcialmente um fenômeno puramente estatístico.

Dentre os principais destinos das exportações de soja está a China que aumentou em 124% as compras de produtos do Rio Grande do Sul, atingindo o valor de US\$ 636 milhões. Mesmo assim, a China perdeu uma posição no *ranking* dos maiores parceiros comerciais do estado e passou a ocupar a quarta colocação. Em terceiro lugar ficou a Rússia que aumentou em 147% as suas compras e somou US\$ 636 milhões. Esse crescimento está relacionado à ampliação das exportações de carnes suína e bovina. Esse país vem se consolidando com um parceiro crucial para as vendas de carnes, consumindo mais de 70% da carne suína e mais de 50% da carne bovina exportada pelo

Rio Grande do Sul. Com o crescimento registrado em 2006, os dois países mais do que dobraram a sua participação no total exportado pelo estado, passando dos atuais 3% para 7%.

Nas duas primeiras posições continuam os EUA e a Argentina. Enquanto as exportações para os EUA decresceram 6% ante 2005, as vendas para a Argentina cresceram, até outubro, 4%. Ambos os países reduziram sua participação relativa no total exportado pelo estado, sendo que os EUA passam de uma participação de 19% para 15% e a da Argentina caiu de 10% para 9%. Dentre os produtos que mais perderam espaço no mercado americano estão tratores e químicos.

TABELA 10.1 - EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL POR DESTINO

	US\$ milhões		Varição	Participação		
	Jan-Out 2005	Jan-Out 2006	%	US\$ milhões	Jan-Out 2005	Jan-Out 2006
Estados Unidos	1.605	1.502	-6%	-103	19%	15%
Argentina	860	891	4%	31	10%	9%
Rússia	257	636	147%	379	3%	7%
China	283	635	124%	352	3%	7%
Chile	357	338	-5%	-19	4%	3%
Alemanha	313	317	1%	4	4%	3%
Bélgica	187	283	51%	96	2%	3%
Reino Unido	279	265	-5%	-14	3%	3%
Holanda	210	264	26%	54	2%	3%
Paraguai	182	262	44%	80	2%	3%
Total do Grupo	4.533	5.393	19%	859	53%	55%
TOTAL GERAL	8.593	9.732	13%	1.140	100%	100%

Fonte: Secex/MDIC

Como colocado inicialmente o crescimento das exportações gaúchas em 2006 foi fortemente influenciado pelo desempenho de setores relacionados ao agronegócio. Em primeiro lugar vem a recuperação das vendas do complexo soja que cresceram 130% em relação ao ano passado o que representa exportações adicionais de US\$ 630 milhões. Esse crescimento reflete fundamentalmente a base de comparação muito baixa do ano passado em função da seca que prejudicou decisivamente a safra 2004/05. O valor alcançado em 2006 recoloca as exportações de soja no seu patamar de 2004, ou seja, o crescimento é mais estatístico do que indicativo de expansão de mercado para o produto.

O complexo carnes foi igualmente importante, gerando um incremento de receita superior a US\$ 250 milhões. Esse resultado só não foi melhor porque as vendas de carne de frango tiveram uma queda 19% em função dos problemas relacionados à gripe aviária, em especial durante o primeiro semestre do ano. Essa queda representou uma perda de receita de US\$ 124 milhões. Por outro lado, como citado anteriormente, as exportações de carnes suína e bovina tiveram forte crescimento (principalmente suína). As carnes suínas tanto *in natura* como industrializada cresceram acima dos 100%.

O resultado do complexo carne, conjuntamente com as vendas de óleo de soja, foi decisivo no incremento das exportações do segmento industrial de Alimentos e bebidas que cresceu 22% e consolidou a sua posição de maior exportador, participando com 21%

do total das vendas externas do estado. Excetuando-se o segmento de alimentos e bebidas, o cenário do desempenho das exportações industriais não foi muito animador.

TABELA 10.2 - EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

	Jan-Out 2005	Part. (%)	Jan-Out 2006	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Complexo Soja	484	10%	1.114	19%	130%	630
Soja (Grão)	104	2%	640	11%	514%	536
Óleo de Soja	144	3%	203	3%	41%	59
Farelo de Soja	236	5%	271	5%	15%	35
Milho (Grão)	1	0%	7	0%	413%	5
Trigo	-	0%	9	0%	0%	9
Complexo Carnes	1.071	22%	1.328	23%	24%	257
Carne de Frango in natura	663	14%	540	9%	-19%	(124)
Carne de Frango Ind.	28	1%	51	1%	82%	23
Carne Suína in natura	232	5%	467	8%	101%	235
Carne Bovina in natura	88	2%	190	3%	116%	102
Carne Bovina Industrializada	59	1%	80	1%	35%	21
Demais Prod. Agron.	3.270	68%	3.380	58%	3%	110
Agronegócio	4.825	100%	5.822	100%	21%	997
Total Geral	8.593		9.732		13%	1.139

Fonte: Secex/MDIC

Ao analisarmos o desempenho dos demais setores tradicionalmente exportadores do estado, três deles, fumo, material de transporte e máquinas e equipamentos apresentam resultados negativos, sendo que o último registra queda de 15%, o que equivale a uma perda de receita de US\$ 140 milhões. Outros dois setores, couro e calçados e químico, conseguiram reverter os resultados negativos do primeiro semestre e contribuíram para o aumento das exportações (mais 2% e 7%, respectivamente). Nos dois casos, entretanto, o crescimento foi resultado de aumentos de preços de 10% e 12%, enquanto as quantidades exportadas sofreram quedas de 8% e 5%, de acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística do estado (FEE). Ou seja, a variável relevante para determinar o crescimento da produção e do emprego (aumento as quantidades vendidas) está em queda demonstrando que os setores estão perdendo espaço no mercado internacional.

Outros segmentos importantes da indústria também registraram queda nas vendas externas como o setor moveleiro e metalurgia básica. Ambos apresentaram quedas tanto nas quantidades quanto nos preços dos produtos.

Por outro lado, alguns setores tradicionalmente menos exportadores no estado obtiveram crescimento de vendas. Destacam-se os segmentos de refino de petróleo, com incremento de 77% e materiais elétricos e de comunicação que cresceu 24% em relação ao ano anterior. O segmento de refino foi impulsionado pelo aumento da capacidade de refino da Refap que permitiu o crescimento das exportações de combustíveis. No segmentos de materiais elétricos e eletrônicos o destaque fica por conta dos geradores de transformadores elétricos.

Com menor intensidade, também cresceram os seguintes setores: têxtil, celulose e papel, madeira, vestuário e acessórios, borracha e plástico, extrativa mineral e, por fim, produto de metal.

TABELA 10.3 - EXPORTAÇÕES POR GÊNERO DA INDÚSTRIA

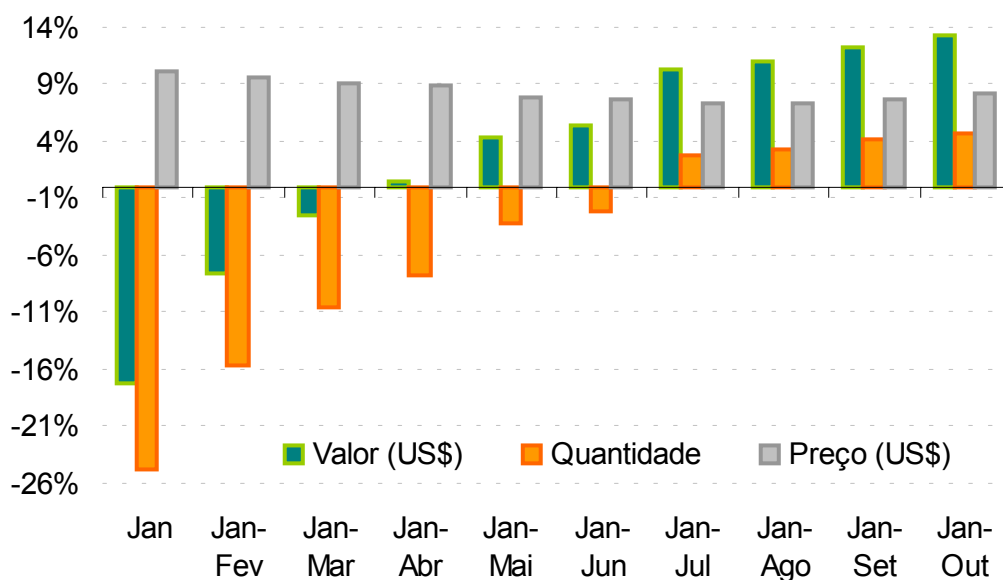
Gênero da Indústria	Jan-Out 2005	Part. (%)	Jan-Out 2006	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Alimentos e Bebidas	1.696	20%	2.061	21%	22%	365
Couros, Artefatos e Calçados	1.519	18%	1.545	16%	2%	26
Química	1.070	12%	1.145	12%	7%	75
Fumo	1.129	13%	1.126	12%	0%	-3
Máquinas e Equipamentos	957	11%	817	8%	-15%	-140
Material de Transporte	586	7%	569	6%	-3%	-17
Indústrias diversas	224	3%	253	3%	13%	29
Móveis	227	3%	219	2%	-3%	-8
Produtos de Metal	160	2%	180	2%	13%	21
Material Elet. e de Comunic.	145	2%	179	2%	24%	34
Refino de Petróleo	95	1%	168	2%	77%	73
Borracha e Plástico	133	2%	147	2%	10%	14
Celulose e Papel	124	1%	139	1%	11%	14
Madeira	116	1%	132	1%	14%	16
Têxteis	62	1%	73	1%	18%	11
Metalurgia Básica	52	1%	45	0%	-13%	-7
Vestuário e Acessórios	24	0%	30	0%	28%	7
Extrativa Mineral	13	0%	14	0%	5%	1
Total da Indústria	8.332	97%	8.842	91%	6%	510
Básicos	156	2%	712	7%	358%	557
Transações Especiais	105	1%	177	2%	69%	72
Total Geral	8.593	100%	9.732	100%	13%	1.139

Fonte: Secex/MDIC

Quando analisado em termos agregados os índices de valor, preço e quantidade a dinâmica do setor exportador da indústria de transformação ao longo do ano revela um cenário mais próximo da realidade percebida pela indústria.

GRÁFICO 10.1 - EXPORTAÇÕES – ÍNDICES DE PREÇO E QUANTIDADE

VAR. % ACUMULADA



Fonte: FEE

O gráfico 10.1 revela claramente que a queda do valor exportado em janeiro, comparado como o mesmo período de 2005, foi resultado da redução das quantidades exportadas, que caíram mais de 20%, enquanto os preços registraram alta superior a 9%. A queda das quantidades alcançou tamanha magnitude que só foi revertida em julho, quando então alcançou 3% de alta em relação ao volume exportado de janeiro a julho de 2005.

Percebe-se, no entanto, que os valores exportados já apresentavam crescimento em relação ao ano anterior a partir do mês de abril. Esse resultado foi claramente gerado em função de ganhos de preços dos produtos vendidos, que desde janeiro já se encontravam em patamares superiores aos dos mesmos períodos do ano anterior.

Os dados acumulados até outubro deixam claro que o crescimento do valor exportado pelo RS se deve mais pelo aumento de preços destes produtos do que pelo incremento nos volumes vendidos. Desta forma, fica mais evidente que apesar do resultado das exportações ter sido surpreendente, não significa que ele deva ser comemorado efusivamente, pois muito pouco foi resultado de ganho de mercado, aumento de produção e volumes vendidos, mas sim em função de ganhos de preços.

Além disso, deve-se destacar que o resultado das exportações medidos em dólares diz muito pouco sobre o real ganho dos exportadores, uma vez que boa parte das suas despesas são efetuadas em reais (fundamentalmente, o pagamento de mão-de-obra e matéria-prima). A tabela 10.4 apresenta os valores exportados por gênero da indústria convertidos para reais e descontando-se a inflação pelo IPCA. A realidade apresentada é muito diferente daquela percebida quando se analisam os dados em dólares.

TABELA 10.4 – EXPORTAÇÕES CONVERTIDAS EM REAIS

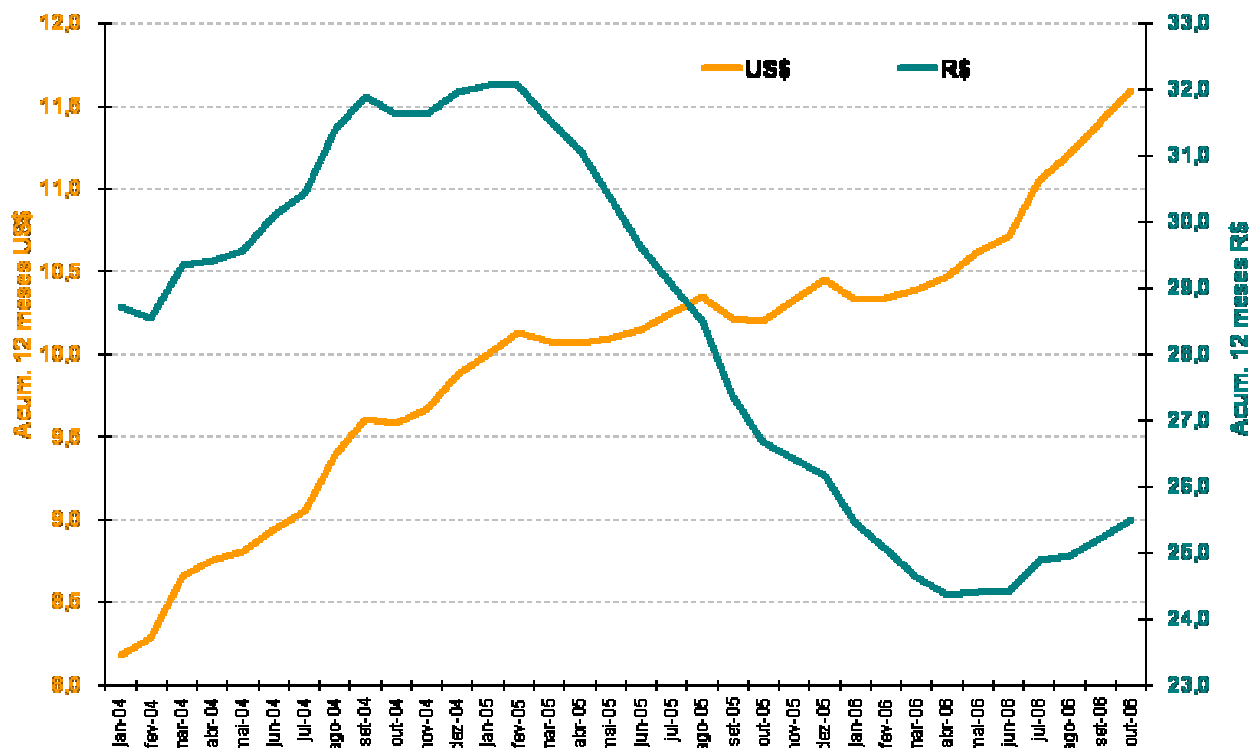
Gênero da Indústria	Jan-Out 2005	Part. (%)	Jan-Out 2006	Part. (%)	Var. (%)	R\$ milhões
Alimentos e Bebidas	4.342	20%	4.499	21%	4%	157
Couros, Artefatos e Calçados	3.900	18%	3.374	16%	-13%	-526
Química	2.753	13%	2.497	12%	-9%	-255
Fumo	2.834	13%	2.467	12%	-13%	-366
Máquinas e Equipamentos	2.451	11%	1.779	8%	-27%	-672
Material de Transporte	1.487	7%	1.243	6%	-16%	-245
Indústrias diversas	573	3%	553	3%	-3%	-20
Móveis	580	3%	478	2%	-17%	-101
Produtos de Metal	407	2%	393	2%	-3%	-14
Material Elet. e de Comunic.	373	2%	392	2%	5%	19
Refino de Petróleo	232	1%	367	2%	58%	135
Borracha e Plástico	342	2%	321	2%	-6%	-21
Celulose e Papel	325	1%	304	1%	-7%	-21
Madeira	297	1%	287	1%	-3%	-10
Têxteis	142	1%	159	1%	12%	17
Metalurgia Básica	135	1%	99	0%	-27%	-36
Vestuário e Acessórios	80	0%	67	0%	-17%	-13
Extrativa Mineral	34	0%	30	0%	-11%	-4
Total da Indústria	21.286	97%	19.308	91%	-9%	-1.978
Básicos	386	2%	1.563	7%	304%	1.176
Transações Especiais	268	1%	387	2%	44%	119
Total Geral	21.940	100%	21.257	100%	-3%	-683

Fonte: Secex / MDIC

Observa-se claramente que muitos dos segmentos industriais que apresentavam resultados em dólares positivos em relação a 2005 acabam registrando resultados negativos quando suas receitas em moeda estrangeira são convertidas para reais. Os melhores exemplos são os setores de coureiro-calçadista e químico que em dólares apresentavam crescimento de 2% e 7% e em reais acumulam até outubro queda de receita de 13% e 9%, respectivamente. Essas realidades aparentemente paradoxais, exportações em dólares registrando crescimento, mas em reais acumulando quedas pode ser melhor compreendida no Box a seguir.

Em dólares apenas quatro dos dezoito segmentos da indústria analisados obtinham resultados negativos. Já os dados convertidos para reais revelam que quatorze dos dezoito setores registram queda das suas receitas. Em termos agregados o crescimento de 6% das exportações industriais é revertido para uma queda de 9%, que equivale a uma perda de receita de aproximadamente R\$ 2 bilhões, e colocam o valor exportado no patamar de 2002 (em termos reais).

GRÁFICO 10.1 - EXPORTAÇÕES EM DÓLARES E EM REAIS



Fonte: Secex/MDIC Elaboração: UEE-Fiergs

Em resumo, os números do setor externo gaúcho, apesar de melhores do que os esperados no início do ano, revelaram que 2006 foi um ano ruim para os exportadores que sofreram com a valorização do câmbio, restrição no reconhecimento dos créditos de ICMS e forte concorrência estrangeira.

Por outro lado, o Rio Grande do Sul registrou forte crescimento das suas importações. Quando analisadas por categoria de uso, observa-se que todas as categorias apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. O crescimento mais expressivo em termos absolutos (medidos pela diferença em US\$) ocorreu na categoria combustíveis e lubrificantes que contribuiu com aproximadamente a metade do incremento do valor importado (US\$ 582 milhões). O resultado reflete o incremento da quantidade de petróleo comprada pela Refap que teve a sua capacidade

de refino ampliada. Além disso, os preços do produto se mantiveram em patamares substancialmente acima dos de 2005 por boa parte do ano.

Em segundo lugar vem a categoria matérias-primas e produtos intermediários que importaram US\$ 213 milhões a mais do que no ano passado. Os grandes responsáveis por esse crescimento foram produtos químicos. Em seguida, vem a categoria bens de consumo duráveis que registrou crescimento de US\$ 138 milhões (133% em relação ao ano passado). Por sua vez, a categoria bens de consumo não duráveis apresentou crescimento menos significativo, adicionando US\$ 34 milhões ao valor importado (+25%). O crescimento deriva do incremento da compra de trigo (+39%).

Por fim, o estado também aumentou a sua importação de bens de capital (+22%). O aumento de US\$ 165 milhões no valor importado reflete o crescimento das compras de veículos de carga e alguns investimentos em máquinas e equipamentos.

Observa-se também que houve uma mudança na participação relativa de cada categoria no total importado. Cresceram de participação bens de consumo duráveis, que passou de 2% para 4%, e combustíveis e lubrificantes que aumentou em um ponto percentual a sua participação passando a representar 47% do total. Matérias-primas e produtos intermediários perde três pontos percentuais de participação, ficando com 33% e bens de capital mantém a sua posição (14%).

TABELA 10.5 – IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

Categorias de Uso	Jan-Out 2005	Part. (%)	Jan-Out 2006	Part. (%)	Var. (%)	US\$ milhões
Bens de Capital	743	14%	908	14%	22%	165
Mat Primas e Prod Intermediários	1.928	36%	2.141	33%	11%	213
Bens de Consumo Não Duráveis	139	3%	173	3%	25%	34
Bens de Consumo Duráveis	104	2%	243	4%	133%	138
Combustíveis e Lubrificantes	2.510	46%	3.092	47%	23%	582
Total Geral	5.423	100%	6.556	100%	21%	1.133

Fonte: Secex/MDIC

Com base no atual cenário, com câmbio em torno de 2,20 e economia mundial crescendo 5%, projeta-se que as exportações gaúchas fechem 2006 em aproximadamente US\$ 11,5 bilhões. Isso significa um crescimento em torno de 10%, sendo que as exportações industriais deverão crescer 5%, alcançando US\$ 10,7 bilhões. Para 2007, as projeções indicam vendas totais próximas a US\$ 12,3 bilhões, com crescimento em torno de 7%, enquanto que as exportações da indústria devem aumentar 5%, passando de US\$ 10,7 bilhões para US\$ 11,2 bilhões, conforme a tabela 10.6. A expectativa de crescimento das vendas industriais decorre do comportamento observado nos últimos meses, que indica um processo de adaptação do setor ao novo patamar cambial e a maturação da melhoria de processos e inovações que geraram ganhos de produtividade e competitividade aos produtos produzidos no estado.

No cenário otimista, em que o câmbio médio fica um pouco mais desvalorizado e a economia mundial cresce a um ritmo superior ao projetado, as exportações poderiam manter o ritmo de crescimento de 10%, alcançando US\$ 12,6 bilhões.

Da mesma forma, estima-se que as importações terminem 2006 em US\$ 8 bilhões aproximadamente, com expansão de 19% em relação a 2005. Espera-se que as importações continuem crescendo em um ritmo mais acelerado que as exportações em 2007. As projeções indicam valores próximos a US\$ 9,2 bilhões, que representa um crescimento de 16%.

TABELA 10.6 – PERSPECTIVAS PARA O SETOR EXTERNO GAÚCHO

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
Exportações					
Industriais	10.151	10.700	10.165	11.200	11.770
Total	10.454	11.500	10.925	12.300	12.650
Importações					
	6.687	7.950	9.300	9.100	8.700
Saldo	3.767	3.550	1.625	3.200	3.950

Fonte: Secex / MDIC *Elaboração e previsões: UEE / FIERGS

A se confirmarem nossas projeções, o saldo comercial do estado em 2006 deve ser um pouco menor do que o registrado no ano passado. Em 2007, essa tendência deve se acentuar, reduzindo o saldo comercial para US\$ 3,2 bilhões que representa queda de 10%.

RECEITA DE EXPORTAÇÕES, EM R\$, ESTÁ ABAIXO DA DE 2005

Apesar da retomada das exportações de produtos básicos e alimentos, que influenciaram positivamente o valor exportado em dólares no mês de maio, a receita acumulada em reais continua 13% abaixo da registrada nos primeiros cinco meses de 2005.

Em raros momentos os dados de exportações tiveram de ser analisados com tanto cuidado como agora. De um lado, vemos os governos anunciando quebras sistemáticas de recordes de valores exportados, e de outro, exportadores dizendo que vêm enfrentando um período de extrema dificuldade e queda das suas receitas. A pergunta que surge é: quem está falando a verdade? Apesar de parecer paradoxal, dependendo do ponto de vista que se analisa os números, ambos podem estar dizendo a verdade. Na realidade, tudo depende da forma em que os números são apresentados. Os números medidos em dólares são crescentes, mas quando convertidos para reais mostram um cenário de queda nas receitas de exportação em função da contínua valorização da moeda brasileira em relação ao dólar.

Os dados em dólares registram crescimento de 4% das exportações do Rio Grande do Sul entre janeiro e maio de 2006 sobre o mesmo período do ano anterior, colocando o estado como o terceiro maior exportador do Brasil, atrás de São Paulo e Minas Gerais. O crescimento é explicado, fundamentalmente, pelos resultados do setor de alimentos e bebidas, materiais de transporte e pela recuperação das vendas externas de produtos básicos, que registraram variações positivas de 2%, 11% e 352%. A expressiva variação percentual das exportações de básicos se deve a base de comparação ser muito baixa, uma vez que as exportações deste segmento, em 2005, foram muito prejudicadas pela seca ocorrida durante a safra 2004/2005. O valor exportado em dólares também tem sido influenciado pelo crescimento de setores que até então não contribuíam significativamente para esse resultado, destaca-se entre eles o segmento de refino de petróleo que no acumulado do ano já exportou US\$ 71 milhões acima do exportado no mesmo período de 2005.

Alguns setores da indústria de transformação acumulam quedas nos valores exportados, mesmo quando são medidos em dólares. As maiores quedas ocorreram nos segmentos de químicos e máquinas e equipamentos que exportaram 8% e 14% a menos

do que no mesmo período do ano passado. No cômputo geral, dos dezoito segmentos da indústria de transformação, nove apresentam saldo em dólares positivo.

Entretanto, quando convertemos os valores exportados para seus correspondentes em reais, esse cenário de aparente estabilidade de receitas de exportação é totalmente contradito. Dos dezoito segmentos da indústria de transformação, somente dois apresentam crescimento de valores exportados. São eles, refino de petróleo e vestuário e acessórios, dois setores que conjuntamente contribuem com menos de 3% do total exportado pelo estado. Todos os demais segmentos apresentam variações negativas nas receitas de exportação.

Os setores que apresentam as maiores quedas são o de máquinas e equipamentos (-R\$ 342 milhões), química (-R\$ 324 milhões), couros, artefatos e calçados (-R\$ 319 milhões) e alimentos e bebidas (-R\$ 314 milhões), justamente os quatro segmentos que mais exportam no estado. No total, o Rio Grande do Sul acumula queda da receita de exportações equivalente a R\$ 1,3 bilhões nos primeiros cinco meses do ano, comparados ao mesmo período do ano passado.

O resultado descrito acima é influenciado decisivamente pela valorização cambial ocorrida no período. Esse processo prejudica o setor exportador de duas formas: reduz a capacidade de competição do produto produzido no país e reduz a receita gerada em reais. A magnitude deste impacto também varia entre os diferentes segmentos, dependendo da intensidade com que os diferentes fatores de produção são utilizados. Os segmentos que utilizam mais intensivamente mão-de-obra e componentes nacionais tendem a sofrer mais, pois seus custos de produção, quando medidos em dólares, tendem a aumentar muito. Na medida em que estes precisam ser repassados para os preços finais, a capacidade de competição no mercado internacional fica afetada. Ao mesmo tempo em que têm seus custos aumentados, os exportadores acabam recebendo um valor menor, medido em reais, por suas receitas.

Os principais segmentos exportadores do Rio Grande do Sul, diferentemente de outros estados da federação, são tipicamente intensivos em mão-de-obra e componentes nacionais e, portanto, estão no grupo daquelas que mais sofrem com o processo de valorização cambial pelas razões expostas acima.

Em resumo, o que se pretende chamar atenção neste artigo é que por trás desde aparente cenário de calma e resultados positivos de exportação, encontra-se uma realidade muito diferente. As atividades exportadoras amargam quedas brutais de receita e aumentos de custos de produção que dificultam cada vez mais sua capacidade competitiva. O resultado só não é pior porque a exportação de produtos básicos está retornando ao seu patamar histórico, em função do bom andamento da safra 2005/2006 que não sofreu com os problemas de seca registrados na safra anterior, que resultaram em uma queda superior a 80% nas suas exportações.

Publicado no Informe Econômico Nº 43 de 23/10/2006

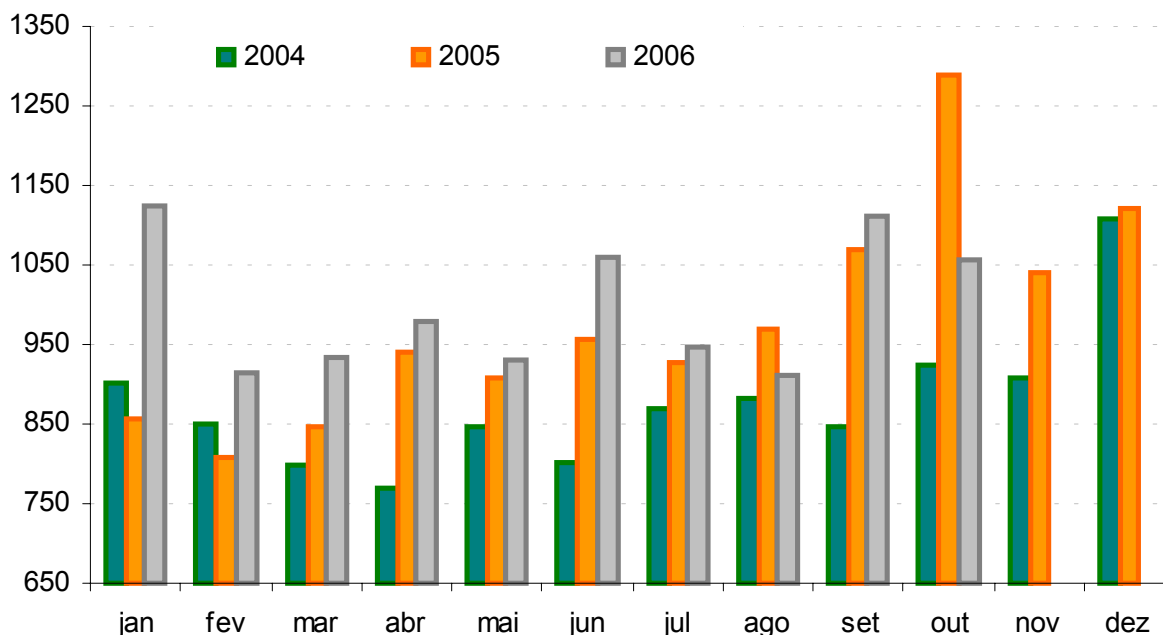
11. SETOR PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

COM UM DÉFICIT CRISTALIZADO, TERMINAMOS MAIS UM ANO NO VERMELHO.

Apesar da arrecadação crescente, as receitas continuam insuficientes para o cumprimento efetivo das vinculações constitucionais e pagamento do décimo terceiro salário do funcionalismo.

Em 2006, a arrecadação de ICMS, principal receita tributária do Estado do Rio Grande do Sul, cresceu 5,63%, em termos nominais, e 4,19%, em termos reais (IGP-DI), no acumulado do ano (jan-out). A expectativa é que encerre 2006 em R\$ 11,98 bilhões, acumulando um crescimento nominal de 5,23%, e 3,4% (IGP-DI), o que representa um incremento nominal de arrecadação da ordem de R\$ 598 milhões.

GRÁFICO 11.1 – ARRECADAÇÃO REAL (IGP-DI) – R\$ MILHÕES



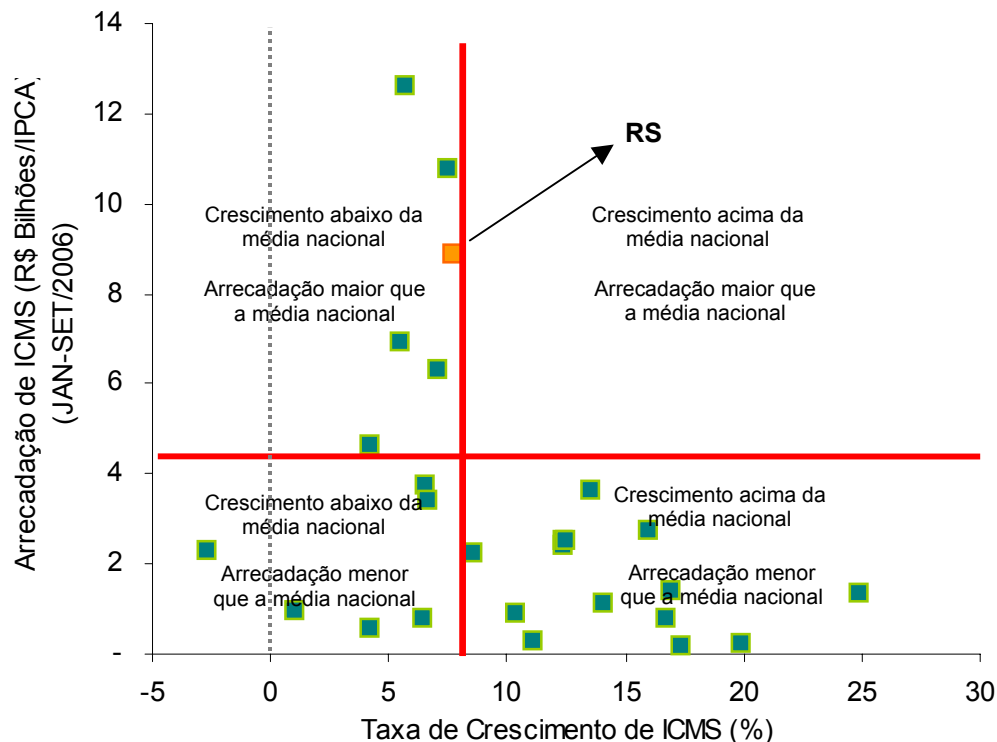
Fonte: COTEPE. Nota: Outubro/2005: Programa de Recuperação de Créditos.

Quando comparamos o resultado da arrecadação gaúcha com a dos demais estados, percebe-se que essa cresceu marginalmente menos que o ICMS/Brasil (no acumulado jan-set), mesmo com o desempenho negativo da indústria¹⁷, o fraco crescimento do comércio, a diminuição de um ponto percentual nas alíquotas de combustíveis, telecomunicações e energia, e a desoneração promovida pelo Simples Gaúcho¹⁸, o que dá fortes indícios de esforço arrecadatório por parte da Secretaria da Fazenda.

¹⁷ O desempenho negativo industrial repercute o resultado do setor exportador, o que tende a gerar menores impactos sobre a arrecadação, mesmo numa conjuntura de restrição de créditos.

¹⁸ Comparação possível apenas com dados acumulados de jan-set/2006.

GRÁFICO 11.2 – TAXA DE CRESCIMENTO DE ICMS x ARRECADAÇÃO REAL



Em 2006, o aumento da arrecadação a taxas superiores ao crescimento do PIB, certamente afetará a carga tributária em âmbito estadual, porém em menor dose que no ano de 2005, em que cresceu cerca de um ponto percentual e a relação ICMS/PIB chegou a alcançar a marca de 7,4% do PIB estadual. Todavia, vale ressaltar que como o PIB/RS cresce em 2006 motivado pela agropecuária que apresenta uma participação muito pequena na arrecadação, percebe-se que a pressão fiscal sobre a indústria e os serviços cresceu. O aumento da arrecadação no ano corrente, só não foi maior, em virtude da diminuição das alíquotas e em virtude da implementação do “Simples Gaúcho”. O governo do estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro na implantação do programa de redução da tributação sobre às micro e pequenas empresas. O Simples Gaúcho passou a ser válido a partir de julho de 2006 e foi mais audacioso do que o recente plano na esfera federal. Estima-se que as empresas tenham um alívio tributário de cerca de R\$ 180 milhões/ano com tal medida, dando, assim, ganhos de competitividade às empresas beneficiadas.

Quanto ao ICMS setorial, divulgado pela COTEPE (Comissão Técnica Permanente do ICMS), são conhecidos apenas os dados até setembro. Nos nove primeiros meses do ano, a arrecadação apresentou um incremento nominal de 8,9% e de 7,7%, deflacionado pelo IGP-DI.

Quando se analisa os números de maneira detalhada é possível notar a recuperação do setor primário. Apesar das taxas de crescimento ainda não serem positivas, elas vem se tornando cada vez menos negativa, o que demonstra um processo de recuperação. Já o montante arrecadado pelo setor secundário cresceu em termos nominais 8% e, em termos reais (IGP-DI), 6,9%. O setor terciário, formado pelo comércio varejista, atacadista, comunicações e transportes, por sua vez apresentou o desempenho

mais positivo, acumulando taxas de crescimento da ordem de 15,3%, em termos nominais, e 13,9% , em termos reais (IGP-DI). Apesar das reduções de alíquota, as arrecadações de energia elétrica, telecomunicações e combustíveis (derivados de petróleo) continuaram crescentes. A tabela a seguir indica os valores nominais arrecadados no período e suas taxas de crescimento real.

TABELA 11.1 – ARRECADAÇÃO SETORIAL

	Jan-Set/2006	Crescimento Real (%)
Primário	50,5	-13,1%
Secundário	2.421,2	6,9%
Terciário	3.198,7	13,9%
Comunicações	1.188,9	10,0%
Energia Elétrica	1.099,5	11,8%
Derivados de Petróleo	1.790,0	4,9%
Dívida	132,1	-11,2%
Outras	58,8	0,0%
Total	8.751	7,7%

Fonte: COTEPE.

Apesar da arrecadação crescente, mais uma vez o Estado do Rio Grande do Sul terminará o ano deficitário. A Execução Orçamentária de 2006 (jan-out) revela um déficit de R\$ 1,1 bilhão. No mesmo período do ano passado esse número era de R\$ 338 milhões. Com base nessa evolução, percebe-se a incapacidade do governo, dada a legislação atual, de realizar ajustes. As transferências federais, por exemplo, que historicamente assumiram um papel importante nas finanças estaduais têm mudado seu caráter com o passar do tempo. Em 2006, apenas 46,6% das transferências federais tinham livre aplicabilidade. Assim, autores como Carvalho (2006)¹⁹ têm afirmado que apesar da importância social das verbas federais, a sua utilidade na minimização do déficit do Estado tem sido cada vez menor.

TABELA 11.2 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

	Orçado	Recebido (Jan-Out)	%
Participação na Receita da União	1.155,50	1.114,86	96%
Outras Transferências da União	880,27	216,49	25%
Transferência Financeira - Lei Complementar N 87 96	262,48	122,42	47%
Transferência Ação Civil Pública do Ministério Público Federal 99 0001418-9	-	2,29	
Termo de Ajuste e Metas Agencia Nacional Vigilancia Sanitaria e Governo Estado	5,49	-	0%
Auxilio Financeiro - Fomento às Exportações do Pais	109,57	91,78	84%
Compensação das Exportações (Orçamento)	502,73	-	0%
Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	-	13,65	
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	416,35	429,99	103%
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social-fnas	1,07	0,65	61%
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-fnde	170,77	164,76	96%
Transferências da União - TOTAL	2.623,97	1.940,41	74%

Fonte: SEFAZ/RS.

O problema do déficit público gaúcho está no fato de que ele está cristalizado em receitas vinculadas e despesas, em níveis muito elevados e quase que incompressíveis,

¹⁹ Darcy Francisco de Carvalho (2006). Disponível em: www.darcyfrancisco.com

mesmo na ausência de investimentos. Em 2006, os investimentos (sentido amplo) que no orçamento de 2006 contavam com R\$ 920 milhões, até setembro, acumularam R\$ 231,1 milhões, cerca de 25% do orçado, mesmo tendo passado cerca de 75% do ano-calendário. Os problemas decorrentes da falta sistemática de investimentos na economia gaúcha é o fato de que se acirram, dia após dia, os gargalos logísticos que só não se revelam de maneira mais explícita, devido à falta de crescimento da economia regional.

Diferentemente de 2005, marcado pelas tensões provocadas pelo aumento de alíquotas, o ano de 2006 foi marcado no Estado por um conjunto de ações que mostraram a preocupação dos agentes com questões de natureza estrutural. As duas principais iniciativas foram a “Agenda Estratégica: 2020”, promovida pelas cinco federações mais o SEBRAE e o “Pacto pelo Rio Grande”, da Assembléia Legislativa. Enquanto a “Agenda Estratégica: 2020” propunha um conjunto de ações que visam restabelecer o equilíbrio da economia gaúcha em seus múltiplos aspectos no longo prazo, a iniciativa da Assembléia buscava o restabelecimento do equilíbrio orçamentário no curto prazo.

Apesar de ser uma iniciativa positiva, o “Pacto pelo Rio Grande” não atacou fundamentalmente o problema da vinculação das receitas, que engessam o orçamento e impedem que ganhos de arrecadação se tornem recursos de livre alocação, fundamentais para resolver questões de infra-estrutura - sem dúvida, gargalos ao crescimento e desenvolvimento do estado. Dessa maneira, o Pacto cristalizou o déficit, uma medida, até certo ponto positiva, dado que o déficit apenas vem aumentando com o passar do tempo.

Outra questão problemática do Pacto foi a tentativa de congelamento do crescimento das despesas em 3% das despesas de pessoal aplicada sobre as despesas realizadas entre julho de 2005 e junho de 2006 de Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público para 2007 e os três anos seguintes. A idéia original seria implementar as medidas do Pacto já na LDO 2007. Porém, como a LDO tem vigência anual, não seria possível a implementação de tal medida através dela. Seria necessário a cada ano se renovar na LDO vigente as propostas do Pacto e, como ela tem caráter indicativo, no sentido de dar diretrizes, caberia à Proposta de Lei Orçamentária a cristalização das propostas (replicada em todos os seqüentes anos). No entanto, para a validação das propostas do Pacto seria necessário que o governo enviasse à Assembléia uma PLO que contemplasse as medidas propostas, no entanto, isso não aconteceu. A PLO enviada à Assembléia já contava com um reajuste de 3,8% para o Ministério Público e para o Poder Judiciário. Já os reajustes propostos tanto para o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo respeitavam o determinado pelo Pacto.

**TABELA 11.3 – RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS EM R\$ MILHÕES
(EFEITO ORÇAMENTÁRIO)**

	PLO2007
Ressarcimento estradas federais	534
Compensações por exportações (adicional)	390
Operação de crédito BID para alongar a dívida extralimite	305

Fonte: SOP/RS.

Vale resultar que a PLO2007 guarda um déficit oculto da ordem de R\$ 1,7 bilhões, fruto de uma superestimação de receitas de R\$ 1,2 bilhões e R\$ 476 milhões de subestimação de despesa. No caso das despesas, são os desembolsos com os encargos decorrentes da dívida que estão subestimados. Na parcela relativa às receitas, estão presentes receitas extraordinárias somente com a finalidade de fazer com que à PLO não seja deficitária, o que é proibido por lei. Nessas estão orçados três grandes conjuntos de

receitas que não possuem contrapartida real: o ressarcimento de R\$ 534 milhões decorrentes de recuperações de estradas federais e R\$ 390 milhões decorrentes de compensações pela desoneração das exportações. Ambas estão presentes na proposta do Estado, porém não fazem parte da PLO2007 do governo federal. Da mesma forma, há um empréstimo de R\$ 305 milhões com o BID que não foi assinado e que, tampouco, há perspectivas de efetivação. Dado esse cenário, não seria difícil imaginar um ano de 2007 marcado por atrasos de salários, entre outras problemáticas.

Por fim, quanto à arrecadação em 2007, as expectativas são otimistas. Isso se deve ao fato de que se espera que, enfim, haja uma recuperação da economia gaúcha, principalmente, no que se refere à indústria e aos serviços, grandes geradores de arrecadação. Os três cenários foram constituídos com base no seguinte conjunto de hipóteses fundamentais:

- Retornos das alíquotas de combustíveis, telecomunicações e energia elétrica aos níveis de 2004;
- Nenhum tipo de programa de recuperação de dívida ativa;
- Nenhum tipo de novo programa de isenção;
- Inflação conforme cenário moderado.

A diferença básica nos cenários propostos se deve ao comportamento de recuperação da economia gaúcha, principalmente no tocante à indústria e aos serviços. No cenário pessimista, o desempenho da economia gaúcha leva a uma arrecadação semelhante à de 2006, em termos reais. Considerando-se o cenário moderado, a arrecadação cresce motivada principalmente pelos incrementos de produção na indústria, voltada para as exportações, o que num cenário de créditos restritos acabam provocando crescimento de receita de ICMS. O cenário otimista assume que o impacto sobre a arrecadação é marginalmente positivo em relação ao cenário moderado.

**TABELA 11.4 – PERSPECTIVAS PARA A ARRECADAÇÃO DE ICMS/RS
(R\$ BILHÕES)**

	2005	2006*	Cenários 2007		
			Pessimista	Moderado	Otimista
ICMS Total	11,38	11,98	12,6	12,87	13

Fonte: SEFAZ/RS. * Previsão. Estimativas: UEE / FIERGS